



Contas de Governo

EXERCÍCIO DE 2018

VOLUME 5 / BOLETIM DE
TRANSPARÊNCIA FISCAL



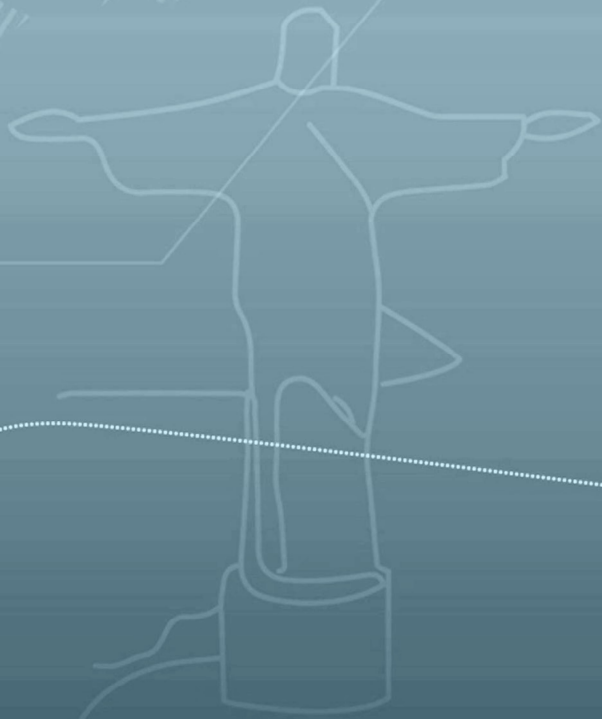
GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO
Secretaria de Fazenda

Secretaria de Estado de Fazenda

Boletim de

Transparência Fiscal

3º quadrimestre | 2018



SECRETÁRIO DE ESTADO DE FAZENDA

Luis Cláudio Fernandes Lourenço Gomes

SUBSECRETÁRIO-GERAL

Fábio Rodrigo Amaral Assunção

SUBSECRETÁRIA DE FINANÇAS

Lígia Helena da Cruz Ourives

SUBSECRETÁRIA DE POLÍTICA FISCAL

Leonardo Lobo Pires

SUBSECRETÁRIO DE RECEITA

Adilson Zegur

SUPERINTENDENTE DO TESOUREO ESTADUAL

Cláudia Torres Santoro

SUPERINTENDENTE DE PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA

Daniela de Melo Faria

SUPERINTENDENTE DE RELAÇÕES FEDERATIVAS E TRANSPARÊNCIA FISCAL

Raphael Philipe Moura

SUPERINTENDENTE DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO DA DÍVIDA

Diana Cabral Siqueira

SUPERINTENDENTE DE FINANÇAS

Elvécio Vital da Silva

SUPERINTENDENTE DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS

Giovana dos Santos Itaboraí

EQUIPE BOLETIM DE TRANSPARÊNCIA FISCAL

Alessandro Lima da Rocha

Alexandre Emilio Zaluar

Ana Cecília de Souza

Ana Paula Quedinho

Creusa Mattoso de Almeida

Cristiane dos Santos Oliveira

Eduardo de Andrade

Hamilton Correa Zambito Horacio

Henrique Reis Pompeu de Moraes

Joana Pimentel Meneses de Farias

Leila Klein

Liliane Figueiredo da Silva

Luciana Vicky Mazloum

Marcos Buarque Montenegro

Maria Gisele Bastos Soares

Neusa Lourenço Silva

Paulo Roberto Arduini Carvalho Júnior

Pedro Bastos Carneiro da Cunha

Sérgio da Costa Peixoto



O **BOLETIM DE TRANSPARÊNCIA FISCAL** é uma publicação iniciada em 2008 pela Secretaria de Fazenda do Estado do Rio de Janeiro, trabalho conjunto da Subsecretaria de Finanças e da Subsecretaria de Política Fiscal, esta última também responsável pela edição do documento. Ele é chamado de TRANSPARÊNCIA FISCAL porque vai além do registro de cifras macroeconômicas ou associadas a metas de equilíbrio fiscal, que são essenciais para a avaliação da solvência do Estado. O Boletim procura também dar uma ampla visão do uso dos recursos públicos pelas diversas funções do gasto. Este é um elemento chave para posteriores análises da efetividade e eficiência no uso das receitas de impostos e de outros recursos públicos, com vistas a avaliar se este uso atende aos objetivos do governo e da sociedade, respondendo corretamente às demandas sociais e atuando como elemento indutor do desenvolvimento econômico.

Esta edição, decorridos onze meses da homologação do Regime de Recuperação Fiscal, evidencia o início da trajetória do Estado do Rio de Janeiro na retomada do equilíbrio fiscal, após três anos de forte frustração de receitas e acúmulo de dívidas com sevidores e fornecedores.

É permitida a reprodução total ou parcial do conteúdo desta publicação desde que mencionada a fonte.

Informações:

Tel: (21) 2334-4929

Home Page: <http://www.fazenda.rj.gov.br>

Secretaria de Estado de Fazenda do Rio de Janeiro

Av. Presidente Vargas, n.º 670

Rio de Janeiro, RJ, CEP 20071-001



Sumário

I. Economic Outlook	13
I.I Brazil and Rio de Janeiro.	13
I. Panorama Econômico	15
I.I O Brasil e Rio de Janeiro.	15
II. Metas Quadrimestrais de Arrecadação e Cronograma de Desembolso do Estado do Rio de Janeiro .	17
III. Resultados Fiscais	23
III.I Resultado Orçamentário	24
III.II Resultado Primário	26
IV. Receita Estadual	31
IV.I Receitas Correntes	32
IV.I.1 Receita Tributária	33
IV.I.2 Receita Patrimonial e Royalties	39
IV.I.3 Demais Receitas Correntes	41
IV.I.3.1 Receita de Transferências	43
IV.I.3.2 Transferências da União	44
IV.II Receitas de Capital	48
V. Despesas do Estado do Rio de Janeiro	50
V.I Despesa Total	50
V.II Créditos Adicionais	51
V.III Despesas por Grupo	52
V.IV - Cumprimento das despesas vinculadas aos índices constitucionais e legais: Educação, Saúde, FAPERJ, FECAM , FEHIS e FISED	56
VI – ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	68



VI.1 Cota Financeira.....	68
VI.2 Pagamento de PD's.....	69
VI.3 Adimplemento de concessionárias e prestadores de Serviços Públicos	69
VI.4 Requisições Judiciais de Pagamento	70
VI.5 Evolução da Dívida Financeira do Estado do Rio de Janeiro e de seu Dispêndio com a Dívida Pública.....	73
VI.6 Acompanhamento Financeiro de Convênios.....	83
VI. 7 Análise de Viabilidade Econômica de PPP	83
VI.8 Captação de Recursos	84
Glossário	86



Apresentação

Este é o quinquagésimo sétimo número do Boletim de Transparência Fiscal. Elaborado pela Secretaria de Fazenda e Planejamento do Estado do Rio de Janeiro (ERJ), é o terceiro referente ao exercício de 2018. Editado quadrimestralmente desde 2016, seu objetivo é fazer chegar aos cidadãos os mecanismos de controle e dar transparência à execução do orçamento estadual - recursos arrecadados, sua origem e aplicação a título de retorno para a sociedade, em linguagem fácil e amigável.

A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) impõe metas fiscais que devem ser cumpridas sob o risco de sanções aos administradores e ao próprio ente federativo, como a suspensão de transferências voluntárias. No cenário de estabilidade fiscal o Estado deve, por exemplo, alcançar uma meta de superávit primário suficiente para, no mínimo, cumprir as obrigações com pagamento da dívida, e dispor de suficiente folga de caixa de maneira que toda a Administração possa planejar seus gastos com segurança.

No entanto, desde 2015, o ERJ vem enfrentando expressiva frustração de receita, influência de um cenário econômico adverso. O encerramento de 2017, mostrou resultados um pouco melhores, por conta do Regime de Recuperação Fiscal (RRF). Em 2018, a economia começa a mostrar sinais de recuperação. A retomada dos investimentos da Petrobrás e o consequente aumento da produção de petróleo refletiram positivamente tanto na Receita de Participações Governamentais como no ICMS da cadeia de óleo e gás.

No item I.I é apresentada breve análise do Cenário Econômico e, a partir do item II, comenta-se a Receita Realizada no 3º quadrimestre de 2018.

É parte do Estado Democrático de Direito a obrigação do administrador público de prestar contas à sociedade, demonstrando a adequabilidade da aplicação dos recursos às demandas econômicas e sociais.

O Boletim procura fornecer, com presteza, detalhes da despesa em cada área, para que haja transparência nos gastos públicos e efetivo acompanhamento pela sociedade.

“O Orçamento Nacional deve ser equilibrado. As Dívidas Públicas devem ser reduzidas, a arrogância das autoridades deve ser moderada e controlada. Os pagamentos a governos estrangeiros devem ser reduzidos, se a Nação não quiser ir à falência. As pessoas devem novamente aprender a trabalhar, em vez de viver por conta pública.” Marcus Tullius Cícero – Roma, 55 A.C.



No que diz respeito à aplicação dos recursos, importante cumprir a lei (e.g., vinculações) e procurar alcançar, entre outros, os objetivos constitucionais de eficiência, economicidade e efetividade. Para essa avaliação, é importante que se conheçam detalhes da aplicação de recursos por função (e.g., saúde, educação) e o perfil temporal desses gastos, uma das finalidades desta publicação. Nos últimos três exercícios até a execução das despesas sujeitas a percentuais mínimos de aplicação foi bastante difícil. A despesa por si só tem um crescimento vegetativo a cada ano, contrapondo-se à frustração de receita enfrentada. Os dados aqui disponibilizados foram extraídos do Sistema Integrado de Gestão Orçamentária, Financeira e Contábil do Rio de Janeiro (SIAFE-RIO) no dia 25/01/2019.

A despesa refere-se, em regra, ao conceito de empenho liquidado; já a receita, por sua vez, corresponde ao conceito de realizada (regime de caixa).

O Boletim é dividido em seis seções, além desta apresentação. As quatro seções iniciais fazem uma breve análise dos resultados fiscais, da evolução das diversas rubricas de receita e das metas correspondentes. A quinta seção apresenta a despesa no seu agregado de execução orçamentária e detalhes dos gastos por área. Por fim, a sexta seção remete aos elementos da política financeira do Estado, aos pagamentos requeridos pelos órgãos, à aplicação dos saldos do Tesouro, à quitação de restos a pagar de administrações anteriores, assim como dos precatórios judiciais. A seção também informa a situação da dívida pública do Estado, cujo pagamento está suspenso por três exercícios por conta do RRF. Traz ainda dados sobre a execução de convênios, atualmente em número reduzido por conta da crise financeira do Governo Federal, que reduziu as tais transferências.

RESUMO EXECUTIVO

A implementação de Medidas de Ajustes de Receita derivadas da homologação do Regime de Recuperação Fiscal - RRF, aliada modesta melhora do cenário econômico no ERJ continuaram a favorecer a obtenção de resultados positivos para a arrecadação no terceiro quadrimestre de 2018, entretanto o cenário no mercado de trabalho ainda incerto dificulta um crescimento mais vigoroso da economia com um todo em 2018.

A Receita Total, incluídas todas as Fontes de Recursos, cresceu 9,4% (+ R\$ 12.588,36 milhões) em relação à meta estimada para o exercício. No 3º quadrimestre, as Receitas Correntes, apresentaram um bom desempenho superando a meta proposta em 15,9% (+ R\$ 3.943,33 milhões) e no acumulado a meta foi superada em 12,5% (+ R\$ 9.371,85 milhões). O resultado foi influenciado, principalmente, pelo desempenho das Receitas Tributárias que superaram a meta quadrimestral em 8,3%, sendo que o ICMS, a principal fonte de recursos tributários para o Estado, arrecadou 8,8% acima da meta no 3º quadrimestre. O desempenho da Receita Patrimonial também influenciou sobremaneira o resultado, consequência do bom desempenho das Receitas de Participações Governamentais derivadas da atividade petrolífera que excedeu a meta em 76,7% no quadrimestre, dada a retomada dos investimentos pela Petrobrás, bem como o aumento do preço do barril tipo brent no mercado internacional. Da mesma forma, o resultado acumulado foi influenciado, principalmente, pelo desempenho arrecadatório das Receitas Tributária e Patrimonial que excederam a meta em 6,9% e 53,9% respectivamente. A Receita Tributária, no exercício de 2018, foi influenciada por uma melhora do panorama econômico do Estado do Rio de Janeiro, por importações de plataformas de petróleo e um programa de refinanciamento de dívidas. Já as Receitas Patrimoniais foram impulsionadas por fatores ligados ao petróleo.

As Receitas de Capital ficaram 65% abaixo da meta estipulada para o quadrimestre, principalmente, devido a operações de crédito que não se concretizaram. A meta acumulada ficou 36,7% abaixo daquela definida para o período.

No acumulado do ano de 2018, o Resultado Orçamentário foi superavitário em R\$ 9.446,74 milhões (155,4%). As Receitas Correntes Líquidas, subtraídas das deduções constitucionais e legais, totalizaram R\$ 60.371,93 milhões de janeiro a dezembro de 2018, enquanto as Despesas Correntes, R\$ 59.356,68 milhões. Esses valores apontam um superávit orçamentário corrente de R\$ 1.015,25 milhões. Da mesma forma, as Receitas de Capital somaram R\$ 3.216,29 milhões e as respectivas Despesas totalizaram R\$ 1.949,97 milhões no acumulado. O resultado orçamentário aponta superávit de capital de R\$ 1.266,32 milhões.

Em 2018 ocorreu uma reformulação completa do modelo do demonstrativo dos resultados primário e nominal e das orientações para sua elaboração na 8ª edição do MDF. Como esse demonstrativo tem o objetivo de verificar o cumprimento das metas fiscais estabelecidas na LDO e, tendo em vista que essa

edição foi publicada após o envio do projeto da LDO com as metas para o exercício de 2018, os entes poderão, facultativamente, verificar o cumprimento das metas de 2018 com base na metodologia disposta na 7ª edição do MDF. Considerando o exposto, em 2018, considerando a metodologia da 8ª edição do MDF foi superavitário em R\$ 1.978,12 milhões. Considerando a metodologia do 7º MDF, no acumulado do ano, o resultado primário foi deficitário em R\$ 658,14 milhões, com uma variação positiva de 89,0% frente a 2017. As receitas primárias totais somaram R\$ 60.076,89 milhões enquanto as despesas primárias totais R\$ 60.735,04 milhões.

Do orçamento autorizado para o exercício de 2018 (R\$ 84,24 bilhões), R\$ 12,03 bilhões permaneceram contingenciados (14,3%) por medida de extrema necessidade em virtude do atual momento econômico do Estado e da Federação. A dotação autorizada para o exercício de 2018 foi expandida em R\$ 11,10 bilhões (um aumento de 15,2%), em razão de incorporação de superávit financeiro e abertura de créditos orçamentários. Essa análise não considera os valores referentes às empresas controladas não dependentes (CEDAE e Imprensa Oficial), mas inclui as despesas intra-orçamentárias.

A Lei Orçamentária Anual (LOA) fixou as despesas do Poder Executivo para 2018 em R\$ 64,44 bilhões. Ao fim do 3º quadrimestre, com o registro de todas as alterações no orçamento, a dotação alcançou R\$ 75,35 bilhões. Desse valor, R\$ 12,03 bilhões continuaram contingenciados (16,0%) como uma medida de controle que orienta as despesas orçamentárias de acordo com a realidade financeira. No exercício de 2018, foram liquidados R\$ 58,22 bilhões pelo poder em tela.

Para os Demais Poderes, a despesa inicialmente fixada foi de R\$ 8,70 bilhões, atingindo R\$ 8,90 bilhões com as alterações orçamentárias. Do montante total das despesas planejadas para os órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública e Tribunal de Contas, foram liquidados R\$ 8,07 bilhões.

Pessoal e Encargos Sociais apresentou uma realização a maior de 16,9% (+R\$ 6,01 bilhões). Do montante pago, R\$ 3,02 bilhões (7,3% do total registrado no grupo) foram de Restos a Pagar.

Outras Despesas Correntes apresentou execução inferior à meta em 25,3% (-R\$ 5,27 bilhões). Nesse grupo, o gasto com Restos a Pagar de 2017 também foi expressivo (R\$ 1,61 bilhão) representando 10,3% do total de despesa realizada.

No aspecto dos índices constitucionais, o índice da Educação não foi cumprido, apesar de ter elevado os gastos nessa área. Este índice atingiu 24,9% contabilizando a aplicação na função até dezembro de 2018. A despesa liquidada na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino alcançou R\$ 10,44 bilhões, um aumento de R\$ 13,3% em relação ao ano de 2017.

A Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do ERJ (FAPERJ), órgão executor das ações na área de Ciência e Tecnologia, executou R\$ 347,86 milhões em 2018, valor esse 9,3% superior ao exercício de 2017. A despesa liquidada pela Fundação representou 2,0% da receita base do índice, atingindo, desta forma, o índice.

No exercício de 2018, a aplicação de recursos em ações direcionadas à Rede de Saúde Pública do ERJ foi positiva em 10,5% em relação ao ano passado. Este índice atingiu 12,2%, cumprindo assim o índice em tela. Ao compararmos com o exercício de 2017, observamos um saldo positivo de R\$ 483,56 milhões.



A soma das despesas liquidadas no contexto do Fundo Estadual de Conservação Ambiental e Desenvolvimento Urbano (FECAM) foi de R\$ 462,02 milhões, ultrapassando desta forma o valor mínimo para cumprimento do índice de R\$ 312,25 milhões. Já a aplicação de recursos nos índices do Fundo Estadual de Habitação de Interesse Social (FEHIS) e do Fundo Estadual de Investimentos e Ações de Segurança Pública e Desenvolvimento Social (FISED) foi de, respectivamente, R\$ 53,09 milhões e R\$ 123,95 milhões.

EXECUTIVE SUMMARY

The implementation of the Revenue Adjustment Measures derived from the homologation of the Fiscal Recovery Regime - RRF, together with the modest improvement of the economic scenario in the ERJ continued to favor the achievement of positive results for the collection in the third quarter of 2018. However, the still unstable scenario in the labor market jeopardizes a more vigorous growth of the economy as a whole by 2018.

Total Revenue, including all sources of funds, exceeded the estimated target for the whole of 2018 by 9.4% (+ R\$ 7,510.43 million).

In the 3rd quarter, Current Revenues performed well, surpassing the proposed target of 15.9% (+ R\$ 3,943.33 million). The result was influenced by the performance of Tax Revenues, which surpassed the quarterly goal by 8.3%, given the performance of the ICMS. Add to this the performance of Asset Revenues, as a consequence of the good performance of Government Revenues derived from the oil activity that exceeded the target by 76.7% in the four-month period, by the resumption of investments by Petrobras as well as by the increase in the price of the Brent barrel in the international market.

In the accumulated, the target was surpassed by 12.5% (+ R\$ 9,371.85 million). In the same way, the result was influenced, mainly, by the tax collection performance of Tax and Asset Revenues, which exceeded the target by 6.9% and 53.9%, respectively. The Tax Revenue in 2018 was influenced by an improvement in the economic outlook for the State of Rio de Janeiro, by imports of oil platforms and by the implementation of the debt refinancing program. Asset Revenues were driven by oil-related factors.

Capital Revenues were 65% lower than the four-month target, mainly due to credit operations that did not materialize. The accumulated target was 36.7% lower than the one defined for the period.

The Budgetary Result, in the accumulated of 2018, was a surplus of R\$ 3,010.04 million (155.4%). Current Revenue, reduced by constitutional and legal deductions, totaled R\$ 60,371.93 million from January to December 2018, while Current Expenses, R\$ 59,356.68 million. These figures indicate a current budget surplus of R\$ 1,015.24 million. Similarly, Capital Revenues amounted to R\$ 3,216.29 million and respective expenses totaled R\$ 1,949.97 million in the accumulated, indicating a capital surplus of R\$ 1,266.32 million.

In 2018 a complete reformulation of the model of the primary and nominal results statement and the guidelines for its elaboration was carried out in the 8th edition of the Manual of Fiscal Statements (MDF) of the National Treasury. Considering the methodology of this edition, in 2018, there was a primary result of R\$ 1,978.12 million. Total primary revenues totaled R\$ 61,941.11 million, while total primary expenses totaled R\$ 59,962.99 million.

Of the authorized budget for fiscal year 2018 (R\$ 84.24 billion), R\$ 12.03 billion remained contingenciados (restricted, in literal translation) (14.3%) as a measure of extreme necessity due to the current economic situation of the State and the Federation. The authorized endowment for 2018 was expanded by R\$ 11.10 billion (an increase of 15.2%), due to the incorporation of a financial surplus and

the opening of budget credits. This analysis does not consider the amounts referring to non-dependent controlled companies (CEDAE and the Official Press), but includes intra-budgetary expenses.

The Annual Budget Law (LOA) set the Executive Branch's expenses for 2018 at R\$ 64.44 billion. At the end of the third quarter, with all changes in the budget recorded, the endowment reached R \$ 75.35 billion. Of this amount, R\$ 12.03 billion remained contingent (16.0%) as a control measure that guides budget expenditures according to financial reality. In fiscal year 2018, R\$ 58.22 billion were settled for the Executive Branch.

For other branches, the initially fixed expense was R\$ 8.70 billion, reaching R \$ 8.90 billion with the budget changes. Of the total amount of expenses planned for the organs of the Legislative and Judicial Branches, the Public Prosecutor's Office, the Public Defender's Office and the Court of Auditors, R\$ 8.07 billion were settled.

Personnel and Social Charges presented an increase of 16.9% (+ R \$ 6.01 billion). Of the amount paid, R\$ 3.02 billion (7.3% of the total registered in the group) were Restos a Pagar (Remaining Payable, in literal translation).

Other Current Expenses posted a performance below the target of 25.3% (- R\$ 5.27 billion). In this group, spending on Restos a Pagar of 2017 was also significant (R\$ 1.61 billion), representing 10.3% of total expenditure.

In the aspect of constitutional indices, the Education index was not met, despite having increased expenditures in this area. This index reached 24.9%, accounting for the application in the function until December 2018. The expense paid in the Maintenance and Development of Teaching reached R\$ 10.44 billion, an increase of R \$ 13.3% over the year 2017.

The Carlos Chagas Filho Foundation for Research Support of the ERJ (FAPERJ), executing agency of the actions in the area of Science and Technology, executed R\$ 347.86 million in 2018, a figure that is 9.3% higher than in 2017. The liquidated expense by the Foundation represented 2.0% of the basic revenue of the index, thus reaching the index.

In 2018, the application of resources in actions directed to the Public Health was positive in 10.5% compared to last year. This index reached 12.2%, thus fulfilling the index on the screen. When comparing with 2017, we recorded a positive balance of R\$ 483.56 million.

The sum of expenses settled in the context of the State Fund for Environmental Conservation and Urban Development (FECAM) was R\$ 462.02 million, thus exceeding the minimum amount of R\$ 312.25 million. On the other hand, the application of resources in the indexes of the State Fund for Social Interest Housing (FEHIS) and the State Fund for Investments and Public Security and Social Development Actions (FISED) was, respectively, R\$ 53.09 million and R\$ 123.95 million.

I. Economic Outlook

I.1 Brazil and Rio de Janeiro.

In the fourth quarter of 2018, the Gross Domestic Product (GDP) grew 0.1% in relation to the immediately preceding quarter (after the seasonal adjustment), the eighth consecutive positive change in this comparison, but still indicating stability in growth, as occurred in the previous quarters. Compared with the fourth quarter of 2017, GDP increased 1.1%, the second lowest positive change in the last six quarters in this comparison, which reinforces the gradual growth of the national economy. In the year, the result was + 1.1%, at the same pace as in the previous year.

Slightly below expected market growth, the GDP result in 2018 was heavily influenced by trade factors, on the external side, and by many electoral and economic uncertainties, on the domestic side. Add to this the slow recovery of the labor market and the truckers' strike in May / June, further jeopardizing the recovery of activity in Brazil. On the supply side, as in 2017, the services sector (+ 1.3%) was the highlight, driven by trade (+ 2.3%) and real estate activities (+ 3.1%). The manufacturing and construction industry occurred below expectations (+ 1.3% and -2.5%, respectively), after results of + 1.7% and -7.5% in 2017. After the record growth of 2017, agricultural production had a steady performance in 2018 (+ 0.1%), influenced both by the lower harvest and by the fall in international demand for some agricultural products. On the demand side, the main highlight was Gross Fixed Capital Formation, with growth of 4.1% after four consecutive negative results. And, as occurred in 2017, the growth of household consumption (+ 1.9%) also contributed to the result. With a strong increase in the indicators of confidence of businessmen and consumers in recent months after years of historically low levels, and despite the risk of some factors that hindered the performance of domestic activity in 2018 may occur again this year, such as the crisis in Argentina, the market estimates a growth of 2.48% of GDP in 2019.

The monthly indicators of the main economic activities, published by IBGE, show the continuity of a gradual advance, and in the same terms of 2017: in Brazil, the recovery still goes through the retail trade and some services; in the ERJ, the manufacturing industry, as well as in 2017, was the main highlight in 2018.

In the manufacturing industry, considering the last four months of 2018 in relation to the same period of the previous year, the results were in the opposite direction of the first half of the year, both in Brazil (- 2.1%) and ERJ (-4.0 %), especially due to the crisis in Argentina, a major trading partner, and the deepening of the political electoral uncertainties in the country. Even so, the results were positive at the end of 2018, especially in the ERJ (+ 3.1%). Among the highlights in the state of Rio de Janeiro are 'Manufacture of food products', 'Manufacture of coke, petroleum products and biofuels' and 'Manufacture of motor vehicles, trailers and bodies'.

In retail trade, the 2018 results still show a less heated scenario in the ERJ, largely due to the increase in unemployment and informality in the state compared to the country average. In the 3rd four-months, the variations in relation to the period of 2017 in the ERJ and Brazil were, respectively, + 0.6% and + 1.8%. In the year closed, the results were, respectively, + 0.8% and + 2.3%. In the ERJ, it was the first



positive result after three consecutive years of falling indicator, which reflects the increase in the average income in the State, especially when analyzing the segment of 'Hypermarkets, supermarkets, food products, beverages and tobacco', which also became positive in 2018 (+ 1.2%) after a long period of decline.

And the services sector, which is the most important in the GDP and in the national and state labor market, largely summarizes the slowness of the domestic recovery process, both in Brazil and in the ERJ. Even rising 0.7% in the last four months of 2018, compared to the same period of 2017, the national indicator was not yet able to show a consistent evolution in the accumulated in the year (- 0.1%), the fourth consecutive negative result. In the ERJ, even worse situation: variations in the last four months and year of, respectively, -6.7% and -3.2%.

Unemployment data from the IBGE Continuous PNAD show that there are certain similarities between the evolution of the labor market and the services and construction sector. In Brazil, the unemployment rate continues to fall very slowly over the last quarters, closing the fourth quarter of 2018 at 11.6%, below the level registered in the fourth quarter of 2017 (11.8%) and the third quarter of 2018 (11.9%). In ERJ, in addition to a substantially higher rate than the national one in the fourth quarter of 2018 (14.8%), the indicator remains practically at the same level as in the same period of the previous year (15.1%), besides having risen relative to the immediately previous quarter (14.6%). And it is still among the six states with the highest unemployment rates in the country, and is the only one in the South-Southeast Region. And if we take into account only those jobs with a formal contract, excluding domestic workers, the difference is even greater: between the first quarter of 2015 and the fourth quarter of 2018, the falls in the distribution of the employed in Brazil and ERJ were, respectively, 3.7 and 8.3 percentage points, which is in line with the higher relative increase of self-employed and informal workers (without a formal contract) in the State.

The National Broad Consumer Price Index (IPCA) rose 0.15% in December, down from the same month of 2017 (+ 0.44%). This is the lowest result for the month since 1994. In the accumulated result for the year, the index reached + 3.75%, below the center of the target set for 2018 (+ 4.50%), but higher than 2017 (+2 ,95%). In the year, we highlight the increases in food and beverages, housing and transportation, which are highly representative in the index and include increases in electricity, gasoline, air tickets, besides the lowest food crop in 2018 compared to 2017 and the strike of truckers in May / June, raising prices of food. Market expectations for the IPCA at the end of 2019 are + 3.88% .

I. Panorama Econômico

I.1 O Brasil e Rio de Janeiro.

No 4º trimestre de 2018, o Produto Interno Bruto (PIB) cresceu 0,1% em relação ao trimestre imediatamente anterior (realizado o ajuste sazonal), a oitava variação positiva seguida nessa comparação, mas ainda indicando uma estabilidade no crescimento, como ocorreu nos trimestres anteriores. Na comparação com o 4º trimestre de 2017, o PIB avançou 1,1%, a segunda menor variação positiva dos últimos seis trimestres nessa comparação, o que reforça o avanço gradual do crescimento da economia nacional. No ano, o resultado foi de +1,1%, no mesmo ritmo do ano anterior.

Um pouco abaixo do crescimento esperado pelo mercado, o resultado do PIB em 2018 foi muito influenciado por fatores comerciais, pelo lado externo, e por muitas incertezas eleitorais e econômicas, pelo lado doméstico. Adiciona-se a isso a lenta recuperação do mercado de trabalho e a greve dos caminhoneiros em maio/junho, comprometendo ainda mais a recuperação da atividade no Brasil. Pelo lado da oferta, e assim como no ano de 2017, o setor de serviços (+1,3%) foi o destaque, puxado pelo comércio (+2,3%) e pelas atividades imobiliárias (+3,1%). Já a indústria de transformação e a construção civil continuam decepcionando (+1,3% e -2,5%, respectivamente), após resultados de +1,7% e -7,5% em 2017. Após o crescimento recorde de 2017, a Agropecuária teve desempenho estável em 2018 (+0,1%), influenciado tanto pela safra menor tanto pela queda da demanda internacional de alguns produtos agrícolas. Pelo lado da demanda, o destaque principal foi a Formação Bruta de Capital Fixo, com um crescimento de 4,1% após quatro resultados negativos consecutivos. E ainda, assim como ocorreu em 2017, o crescimento do consumo das famílias (+1,9%) também contribuiu para o resultado. Com forte elevação dos indicadores de confiança de empresários e consumidores nos últimos meses após anos de níveis historicamente baixos e, apesar do risco de alguns fatores que prejudicaram o desempenho da atividade doméstica em 2018 continuarem a ocorrer no presente ano, como a crise na Argentina, o mercado estima um crescimento de 2,48% do PIB para 2019.

Os indicadores mensais das principais atividades econômicas, divulgados pelo IBGE, mostram a continuidade de um avanço gradual, e nos mesmos termos de 2017: no Brasil, a recuperação ainda passa pelo comércio varejista e alguns serviços; no ERJ, a indústria de transformação, assim como em 2017, foi o principal destaque de atividade em 2018.

Na indústria de transformação, considerando o último quadrimestre de 2018 em relação ao mesmo período do ano anterior, os números foram na direção contrária do 1º semestre do ano, tanto no Brasil (-2,1%) quanto no ERJ (-4,0%), especialmente em função da crise na Argentina, grande parceiro comercial, e o aprofundamento das incertezas político eleitorais no país. Ainda assim, os resultados foram positivos ao término de 2018, especialmente no ERJ (+3,1%). Entre os destaques fluminenses, estão a 'Fabricação de produtos alimentícios', 'Fabricação de Coque, de produtos derivados do petróleo e de biocombustíveis' e a 'Fabricação de veículos automotores, reboques e carrocerias'.

No comércio varejista (restrito), os números de 2018 ainda mostram um cenário menos aquecido no ERJ, muito em função do aumento do desemprego e informalidade no Estado na comparação com a



média do país. No 3º quadrimestre, as variações em relação ao período de 2017 no ERJ e Brasil foram de, respectivamente, +0,6% e +1,8%. No ano fechado, os resultados foram de, respectivamente, +0,8% e +2,3%. No ERJ, foi o 1º resultado positivo após três anos seguidos de queda do indicador, o que reflete o aumento do rendimento médio no Estado, especialmente quando analisamos o segmento de 'Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo', que também se tornou positivo em 2018 (+1,2%) após longo período de queda.

E o setor de serviços, de maior peso no PIB e no mercado de trabalho nacional e fluminense, resume em grande parte a lentidão no processo de recuperação da atividade doméstica, tanto no Brasil quanto no ERJ. Mesmo crescendo 0,7% no último quadrimestre de 2018, na comparação com o mesmo de 2017, o indicador nacional não conseguiu ainda mostrar uma evolução consistente no acumulado no ano (-0,1%), a quarta queda consecutiva. No ERJ, situação ainda pior: quedas no 3º quadrimestre e ano de, respectivamente, 6,7% e 3,2%.

Dados de desemprego da PNAD Contínua do IBGE mostram que há certas similaridades entre a evolução do mercado de trabalho e o setor de serviços e construção civil. No Brasil, a taxa de desocupação continua caindo muito lentamente ao longo dos últimos trimestres, fechando o 4º trimestre de 2018 em 11,6%, abaixo do verificado no 4º trimestre de 2017 (11,8%) e do 3º trimestre de 2018 (11,9%). No ERJ, além de uma taxa substancialmente superior à nacional no 4º trimestre de 2018 (14,8%), o indicador continua praticamente no mesmo nível da taxa registrada no mesmo período do ano anterior (15,1%), além de ter subido na comparação com o trimestre imediatamente anterior (14,6%). Além disso, continua entre os seis Estados com as maiores taxas de desemprego do país, e o único da Região Sul- Sudeste. E se considerarmos apenas os postos de trabalho de carteira assinada, excluindo os trabalhadores domésticos, a diferença se torna ainda maior: entre o 1º trimestre de 2015 e o 4º trimestre de 2018, as quedas na distribuição dos ocupados no Brasil e ERJ foram de, respectivamente, 3,7 e 8,3 pontos percentuais, o que é condizente com o maior aumento relativo dos trabalhadores por conta própria e informais (sem carteira assinada) no Estado.

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) subiu 0,15% em dezembro, abaixo do mesmo mês de 2017 (+0,44%). É o menor resultado para o mês desde 1994. No resultado acumulado no ano, o índice alcançou +3,75%, abaixo do centro da meta prevista para 2018 (+4,5%), mas acima do registrado em 2017 (+2,95%). No ano, destaque para as elevações em alimentação e bebidas, habitação e transportes, de grande peso no índice e que inclui o aumento de energia elétrica, gasolina, passagens aéreas, além da menor safra de alimentos em 2018 em relação a 2017 e da greve dos caminhoneiros em maio/junho, elevando os preços. Expectativas de mercado para o IPCA ao final de 2019 são de +3,88% .



II. Metas Quadrimestrais de Arrecadação e Cronograma de Desembolso do Estado do Rio de Janeiro

Aprovada a Lei de Orçamento Anual, nos termos do que dispõe a LRF, cabe à SEFAZ estabelecer e divulgar as Metas de Arrecadação e o Cronograma Mensal de Desembolso. A Tabela 1 a seguir demonstra as metas de arrecadação para o 3º quadrimestre de 2018, divulgadas no Anexo I da Resolução SEFAZ N° 209 de 06 de fevereiro de 2018, que considera a Receita Bruta arrecadada no período, aí incluídos os valores de transferências aos Municípios e ao FUNDEB, que requereram R\$ 5.993,94.

- Receita Total Realizada X Metas Estabelecidas

Quadrimestre: R\$ 28.935,00 milhões / 113,7% da meta realizada.

Acumulado: R\$ 87.790,74 milhões / 109,4% da meta realizada.

Tabela 1

METAS DE ARRECAÇÃO DA RECEITA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO EM 2018.

Metas de Receita

(R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	META DE RECEITA (SET - DEZ) 2018	RECEITA REALIZADA (SET - DEZ) 2018	% REALIZADO SOBRE A META DO QUADRIMESTRE	META DE RECEITA (JAN - DEZ) 2018	RECEITA REALIZADA (JAN - DEZ) 2018	% REALIZADO SOBRE A META ACUMULADA
RECEITAS CORRENTES (1)	24.744,83	28.688,16	115,9%	75.202,38	84.574,23	112,5%
RECEITAS DE CAPITAL (1)	705,57	246,84	35,0%	5.077,93	3.216,51	63,3%
TOTAL	25.450,40	28.935,00	113,7%	80.280,31	87.790,74	109,4%

Fonte: SIAFERIO em 25/01/2019.

Nota: Segundo artigo 13º da LRF.

(1) Valores incluem Receitas Intraorçamentárias.

O conceito das Receitas Correntes e de Capital e os respectivos desdobramentos de cada uma delas constam de Glossário, anexo a este Boletim.

No ano de 2018 a economia brasileira apresentou uma leve recuperação, entretanto o cenário no mercado de trabalho persiste instável, o que dificulta um crescimento mais vigoroso da economia com um todo. No Estado do Rio de Janeiro o panorama persiste desafiador. O Estado encerrou o ano com um alto valor de Restos a Pagar e inicia 2019 prevendo déficit orçamentário. Após o primeiro ano completo sob o Programa de Recuperação Fiscal – PRF, junto ao Governo Federal, o ERJ iniciou o processo de reequilíbrio de suas

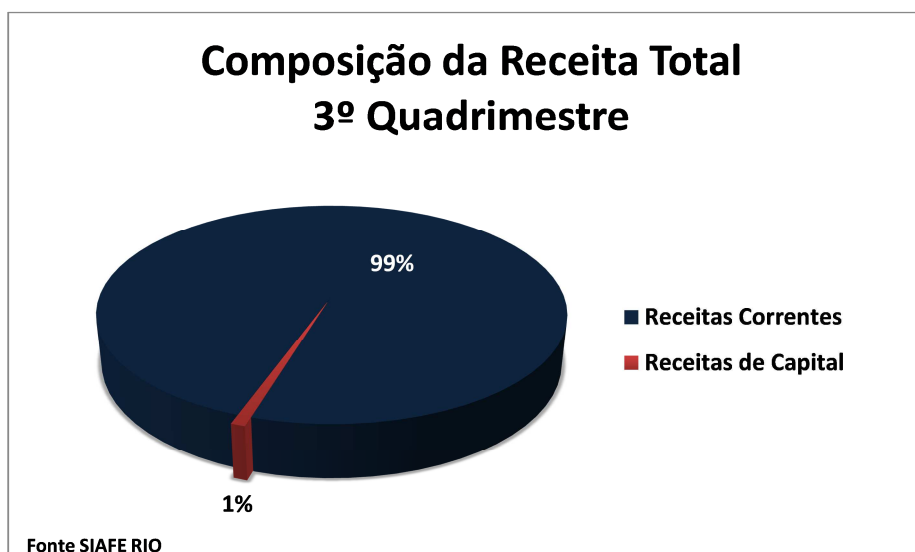
contas visando atingir a estabilidade fiscal. Com as medidas de ajuste adotadas pelo ERJ, os números da receita apontam, melhora cenário.

A Receita Realizada, no 3º quadrimestre de 2018, atingiu R\$ 28.935,00 milhões, valor 13,7% superior à meta prevista para o período. As Receitas Correntes apresentaram um bom desempenho e registraram o montante de R\$ 28.688,16 equivalente a 115,9% da meta proposta. Já as Receitas de Capital somaram o valor de R\$ 246,84 milhões, 35,0% do previsto para o quadrimestre. Esses números serão analisados detalhadamente mais adiante.

No acumulado do ano, a receita total realizada alcançou 109,4% da meta determinada, atingindo o valor de R\$ 87.790,74 milhões. A superação da meta de receita prevista para o exercício de 2018 ocorreu devido ao desempenho das Receitas Correntes que alcançaram 112,5% da meta prevista para o período, em valores absolutos, R\$ 84.574,23 milhões. Já as Receitas de Capital totalizaram R\$ 3.216,51 milhões o que corresponde a 63,3% da meta determinada para o período.

O Gráfico 1 exibe a participação das respectivas Receitas Corrente e de Capital no total arrecadado pelo Estado. Bem como a Tabela 2 e a Tabela 3 discriminam, por Origem, os recursos arrecadados em cada Categoria Econômica, Corrente e Capital. O Gráfico 2 detalha a Receita Corrente por Origem e a participação de cada uma delas no total realizado. Já o Gráfico 3 exibe a evolução da Receita Corrente acumulada.

Gráfico 1



**- Receita Corrente Realizada**

Quadrimestre: R\$ 28.688,16 milhões / 115,9% da meta realizada.

Acumulado: R\$ 84.574,23 milhões / 112,5% da meta realizada.

Tabela 2

METAS DE ARRECADAÇÃO DA RECEITA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO EM 2018.

Metas de Receita

(R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	META DE RECEITA (SET - DEZ) 2018	RECEITA REALIZADA (SET - DEZ) 2018	% REALIZADO SOBRE A META DO QUADRIMESTRE	META DE RECEITA (JAN - DEZ) 2018	RECEITA REALIZADA (JAN - DEZ) 2018	% REALIZADO SOBRE A META ACUMULADA
RECEITAS CORRENTES ⁽¹⁾	24.744,83	28.688,16	115,9%	75.202,38	84.574,23	112,5%
TRIBUTÁRIA	16.400,21	17.764,78	108,3%	49.835,33	53.270,00	106,9%
CONTRIBUIÇÕES	1.014,27	1.174,25	115,8%	2.658,01	3.049,84	114,7%
PATRIMONIAL	2.596,06	4.587,30	176,7%	9.159,08	14.099,28	153,9%
AGROPECUÁRIA	0,10	0,02	14,8%	0,32	0,05	16,7%
INDUSTRIAL	52,39	26,13	49,9%	157,16	60,08	38,2%
SERVIÇOS	122,28	112,30	91,8%	358,46	320,51	89,4%
TRANSF. CORRENTES	2.413,69	2.259,53	93,6%	6.767,87	6.732,55	99,5%
OUTRAS	479,89	424,04	88,4%	1.440,75	1.278,01	88,7%
INTRAORÇAMENTÁRIA	1.665,94	2.339,80	140,4%	4.825,41	5.763,91	119,4%

Trocar tabela – intraorçamentária com i cortado.

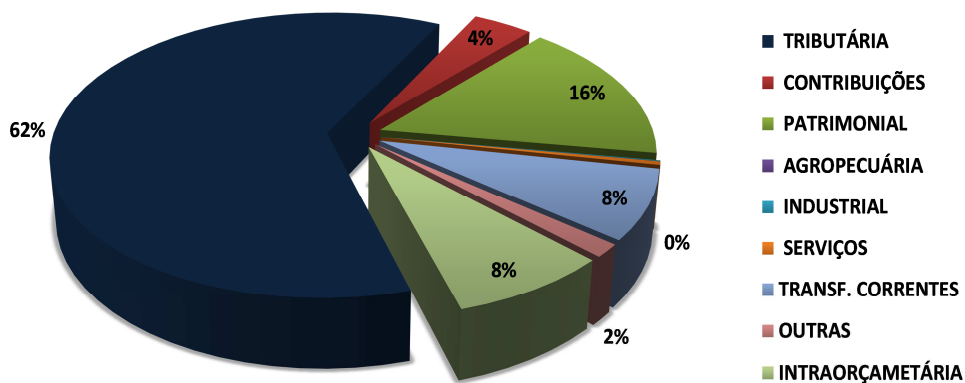
No âmbito das Receitas Correntes, no quadrimestre, cabe observar o desempenho das Receitas Tributária, Patrimonial e de Contribuições. A Receita Tributária totalizou R\$ 17.764,78 milhões, 108,3% da meta estabelecida. Entre os tributos do ERJ, o ICMS, principal fonte de receita do Estado, arrecadou R\$ 12.415,90 milhões, 8,8% acima da meta determinada. O resultado foi influenciado pela importação de plataformas de petróleo pela Petrobras e por um programa de refinanciamento de dívidas (REFIS) executado pelo governo. Este resultado também reflete a melhora da dinâmica da economia fluminense, demonstrando que a fase mais aguda da crise foi superada.

A Receita Patrimonial registrou R\$ 4.587,30 milhões, 176,7% da meta. Este desempenho foi resultado da combinação do aumento da produção do petróleo e da cotação do dólar e do Brent no mercado internacional (vide **tabela 13** desse boletim) que gerou ao Estado, no período, o total de R\$ 4.415,90 milhões em Royalties e Participações Especiais.

Mais informações acerca das Receitas Correntes na seção IV, deste Boletim.

A Receita Corrente alcançou, no 3º quadrimestre de 2018, o valor de R\$ 28.688,16 milhões.

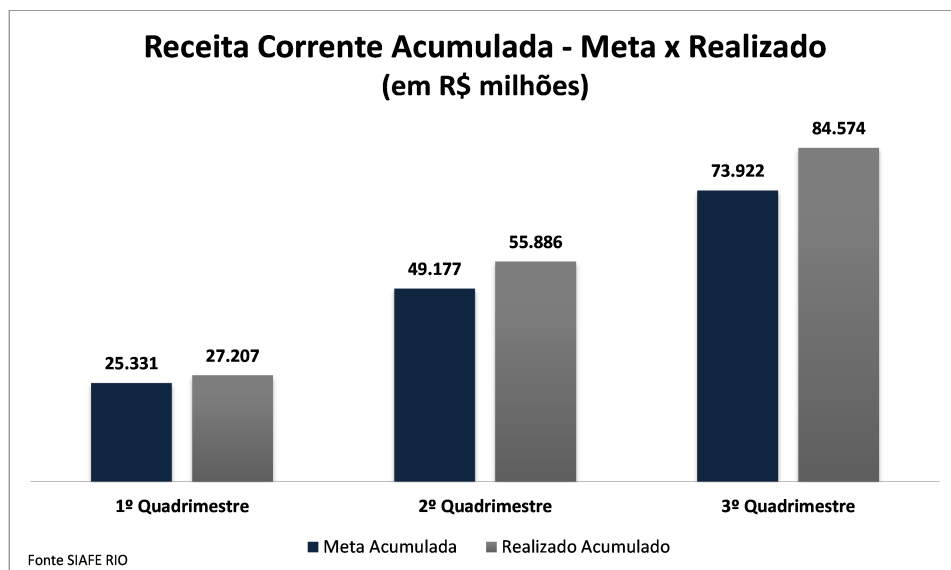
Gráfico 2

**Composição da Receita Corrente Realizada
3º Quadrimestre**

Fonte SIAFE RIO

Com relação ao resultado acumulado no período de janeiro a dezembro/2018, as receitas correntes totalizaram R\$ 84.574,23 milhões, o que equivale a 112,5% da meta estipulada. Este resultado foi alcançado devido, principalmente, ao desempenho arrecadatário das Receitas Tributaria e Patrimonial que excederam a meta em 6,9% e 53,9% respectivamente. A primeira arrecadou no ano R\$ 53.270,00 milhões, enquanto a outra atingiu o valor de R\$ 14.099,28 milhões. Como mencionado anteriormente, a Receita Tributaria, no ano de 2018, foi influenciada por uma melhora do panorama econômico do Estado do Rio de Janeiro, por importações de plataformas de petróleo e um programa de refinanciamento de dívidas. Já as Receitas Patrimoniais foram impulsionadas por fatores ligados ao petróleo.

Gráfico 3



- Receita de Capital Realizada X Metas Estabelecidas

Quadrimestre: R\$ 246,84 milhões / 35,0% da meta realizada.

Acumulado: R\$ 5.077,93 milhões / 63,3% da meta realizada.

Tabela 3

METAS DE ARRECADAÇÃO DA RECEITA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO EM 2018.

Metas de Receita

(R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	META DE RECEITA (SET - DEZ) 2018	RECEITA REALIZADA (SET - DEZ) 2018	% REALIZADO SOBRE A META DO QUADRIMESTRE	META DE RECEITA (JAN - DEZ) 2018	RECEITA REALIZADA (JAN - DEZ) 2018	% REALIZADO SOBRE A META ACUMULADA
RECEITAS DE CAPITAL ⁽¹⁾	705,57	246,84	35,0%	5.077,93	3.216,51	63,3%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	585,04	109,43	18,7%	4.653,83	1.088,52	23,4%
ALIENAÇÃO DE BENS	6,32	3,68	58,1%	19,01	1.875,00	9.862,7%
AMORT. EMPRÉSTIMOS	29,29	41,64	142,2%	83,49	124,52	149,1%
TRANSF. CAPITAL	84,92	91,99	108,3%	321,60	128,26	39,9%
OUTRAS		0,00	-		0,00	-
INTRAORÇAMENTÁRIA		0,09	-		0,22	-

Fonte: SIAFERIO em 25/01/2019.

Nota: Segundo artigo 13º da LRF.

(1) Valores incluem Receitas Intraorçamentárias.

Trocar tabela, tirar outras zerado e substituir nome de intraorçamentária

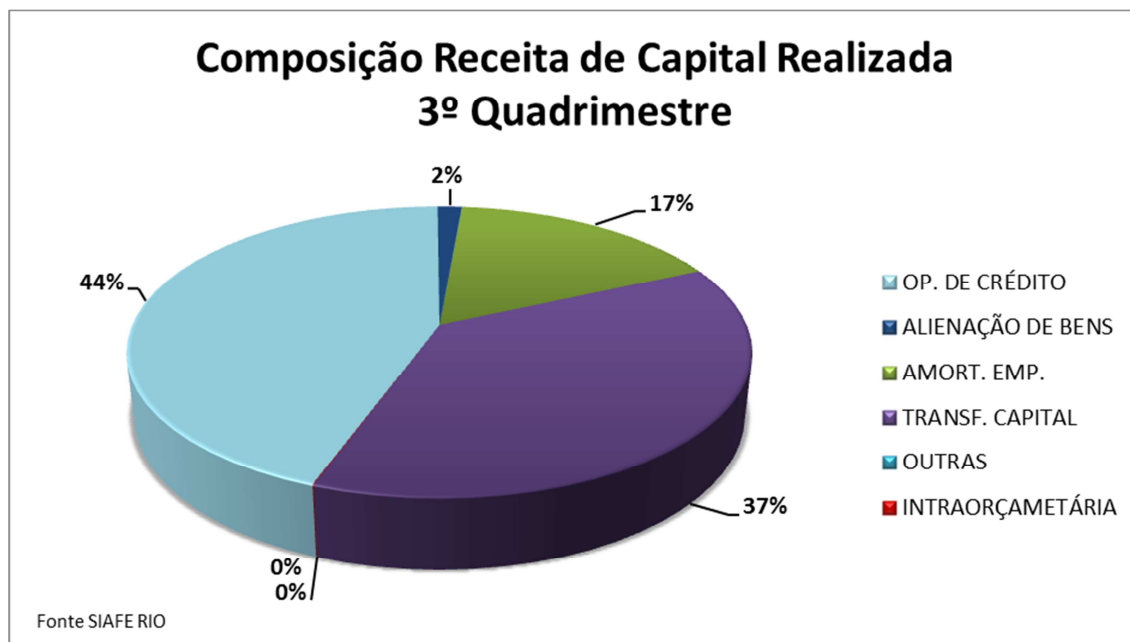
No 3º quadrimestre de 2018, as Receitas de Capital realizaram 35,00% da meta estimada para o período. Em valores absolutos: R\$ 246,84 milhões.

O fraco resultado apresentado pelas Receitas de Capital ocorreu, principalmente, devido a duas operações de crédito que não foram contratadas. A operação para modernização da estrutura fazendária, no valor de R\$ 250 milhões e a operação para a realização do leilão reverso dos Restos a Pagar no valor de R\$ 3.000 milhões.

A partir do Gráfico 4, é possível visualizar o detalhamento da Receita de Capital por origem e, também, a participação de cada uma delas no realizado. Já o Gráfico 5 demonstra a evolução da Receita de Capital acumulada no dois quadrimestres de 2018.

As receitas de capital atingiram o montante de R\$ 246,84 milhões no 3º quadrimestre 2018, o que representa 35,0% da meta proposta.

Gráfico 4



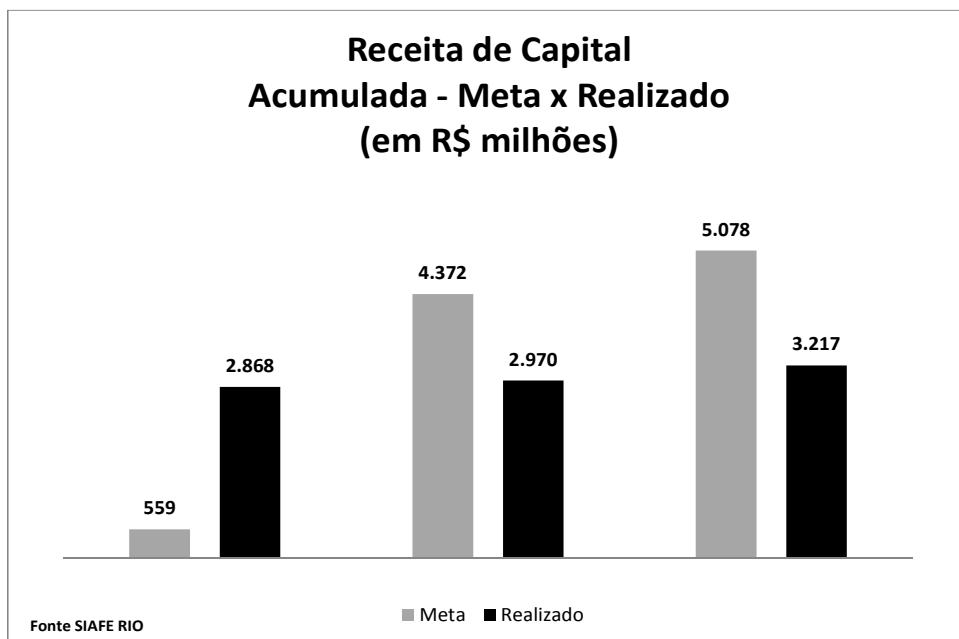
O resultado acumulado das receitas de capital totalizou R\$ 3.216,51 milhões, 63,3% da meta do período. Destaca-se que o valor da receita realizada de R\$ 1.871,25 milhões, registrado no 1º quadrimestre em Alienação de Bens da cessão definitiva de crédito de royalties e participação especial foi inicialmente classificado nas Receitas Correntes, distorcendo assim a análise em questão.

Expurgando essa receita da análise, observa-se que o desempenho das Receitas de Capital terminou o quadrimestre com um percentual de 25% frente à Meta proposta.

A não realização das operações de crédito previstas para 2018, operação para modernização da estrutura fazendária, no valor de R\$ 250 milhões e a operação para a realização do leilão reverso dos Restos a Pagar no valor de R\$ 3.000 milhões, contribuíram negativamente para desempenho aquém da Meta das Receitas de Capital no acumulado do ano.

Informações mais detalhadas estão comentadas na seção IV.II deste Boletim.

Gráfico 5



Informações mais detalhadas estão comentadas na seção IV.II deste Boletim.

III. Resultados Fiscais¹

Neste item, o montante da receita não considera as Transferências aos Municípios e ao FUNDEB, por tratar-se de cumprimento de obrigação constitucional e legal.

A receita segue demonstrada pelo valor líquido com objetivo de evidenciar o financiamento dos gastos do Estado e sua capacidade de cumprir os pagamentos devidos.

¹ O Resultado Fiscal leva em conta as despesas apuradas até o final do prazo limite para a liquidação do orçamento de alguns itens, que ocorrem em janeiro do exercício subsequente, conforme definido no Decreto nº2/2010.

III.I Resultado Orçamentário

Quadrimestre: - R\$ 6.060,05 milhões / 7,1%

Acumulado: R\$ 3.010,04 milhões / 155,4%

Tabela 4

RESULTADO ORÇAMENTÁRIO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO 2017 - 2018.

(R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO QUADIM (SET - DEZ)		VAR %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN - DEZ)		VAR %
	2017	2018		2017	2018	
I. RECEITA TOTAL (A)	22.137,80	22.919,13	3,5%	62.274,06	69.352,35	11,4%
I.1 RECETA CORRENTE	17.746,02	20.332,49	14,6%	52.281,63	60.371,93	15,5%
I.2 RECETA DE CAPITAL	2.341,39	246,74	-89,5%	3.302,67	3.216,29	-2,6%
I.3 RECETA INTRAORÇAMENTÁRIA	2.050,39	2.339,90	14,1%	6.689,76	5.764,13	-13,8%
II. DESPESA TOTAL (B)	28.620,10	28.976,37	1,2%	67.510,94	66.332,28	-1,7%
II.1 DESPESA CORRENTE	24.790,94	25.726,79	3,8%	58.493,49	59.356,68	1,5%
II.2 DESPESA DE CAPITAL	902,01	1.208,52	34,0%	1.704,98	1.949,97	14,4%
II.3 DESPESA INTRAORÇAMENTÁRIA	2.927,15	2.041,05	-30,3%	7.312,47	5.025,62	-31,3%
III. AMORT. DA DÍV. / REFINANCIAMENTO	40,56	2,81	-93,1%	199,82	10,03	-95,0%
RES. ORÇAMENTÁRIO	-6.522,87	-6.060,05	7,1%	-5.436,70	3.010,04	155,4%

Fonte: RREO - 6º Bimestre de 2018 emitido em 23/01/2019

O resultado orçamentário reflete o balanço orçamentário, relação numérica, entre as receitas e as despesas realizadas, que pode ser superavitário ou deficitário.

O resultado orçamentário, no 3º quadrimestre de 2018, foi negativo em R\$ 6.060,05 milhões, superior 7,1% quando comparado ao mesmo período de 2017. Apesar do resultado negativo no período, em 2018 o resultado orçamentário encerrou superavitário. Salientando que o resultado é consequência do não pagamento do serviço da dívida, uma das medidas do Plano de Recuperação Fiscal pactuado entre a União e o ERJ. Além desta medida, o rigoroso controle do Caixa, e as demais medidas adotadas pelo ERJ foram fundamentais para a gradual melhora da situação fiscal do Estado.

As receitas, no quadrimestre, totalizaram R\$ 22.919,13 milhões 3,5% superior comparando-a ao 3º quadrimestre de 2017. A despesa foi de R\$ 28.976,37 milhões, 1,2% superior ao alcançado no mesmo período do ano anterior. As Receitas Correntes realizaram R\$ 20.332,49 milhões, enquanto as Despesas Correntes R\$ 25.726,79 milhões, gerando um déficit corrente de R\$ 5.394,31 milhões. Já as Receitas de Capital, totalizaram R\$ 246,74

O resultado orçamentário, no 3º quadrimestre de 2018 foi deficitário em R\$ 6.060,05 milhões.



milhões enquanto as respectivas Despesas somaram R\$ 1.208,52 milhões, registrando um déficit de capital de R\$ 961,78 milhões.

No acumulado de 2018, o resultado orçamentário foi superavitário em R\$ 3.010,04, 155,4% superior comparado ao mesmo período do ano anterior. As receitas correntes realizaram R\$ 60.371,93 milhões, enquanto as despesas correntes R\$ 59.356,68 milhões, resultando um superávit corrente de R\$ 1.01,24 milhões. Já as receitas de capital somaram R\$ 3.216,29 milhões e as respectivas despesas totalizaram R\$ 1.949,97 milhões, levando a um superávit de capital de R\$ 1.266,32 milhões.

III.II Resultado Primário

Acumulado: R\$ 1.978,12 milhões / 1,5%

Tabela 5

RESULTADO PRIMÁRIO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO 2018

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO
	2018
RECEITAS TOTAL	69.352,35
RECEITAS FINANCEIRAS	1.647,10
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	5.764,13
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (A)	61.941,11
DESPESAS TOTAL PAGA	65.581,09
DESPESAS FINANCEIRAS PAGAS	592,48
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	5.025,62
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (B)	59.962,99
RESULTADO PRIMÁRIO	1.978,12

Fonte: RREO - 6º Bimestre de 2018 emitido em 23/01/2019

Resultado Primário conforme o modelo da 8ª edição do MDF

3º Quadrimestre: - R\$ 6.374,46 milhões / 1,5%

Acumulado: - R\$ 658,14 milhões / 89,0%

Tabela 6

RESULTADO PRIMÁRIO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO 2017-2018

(R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO QUADRIM (SET - DEZ)		VAR %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN - DEZ)		VAR %
	2017	2018		2017	2018	
RECEITAS TOTAL	22.137,80	22.919,13	3,5%	62.274,06	69.352,35	11,4%
RECEITAS FINANCEIRAS	2.378,59	214,00	-91,0%	2.956,09	3.511,32	18,8%
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	2.050,39	2.339,90	14,1%	6.689,76	5.764,13	-13,8%
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (A)	17.708,82	20.365,23	15,0%	52.628,22	60.076,89	14,2%
DESPESAS TOTAL PAGA	28.660,66	28.979,18	1,1%	67.710,76	66.342,31	-2,0%
DESPESAS FINANCEIRAS	1.549,99	198,44	-87,2%	1.805,07	581,64	-67,8%
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	2.927,15	2.041,05	-30,3%	7.312,47	5.025,62	-31,3%
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (B)	24.183,52	26.739,69	10,6%	58.593,21	60.735,04	3,7%
RESULTADO PRIMÁRIO	-6.474,70	-6.374,46	1,5%	-5.965,00	-658,14	89,0%

Fonte: RREO - 6º Bimestre de 2018 emitido em 23/01/2019

Resultado Primário conforme o modelo da 7ª edição do MDF

Em 2018 ocorreu uma reformulação completa do modelo do demonstrativo e das orientações para sua elaboração na 8ª edição do MDF. Com essa alteração, o resultado primário e o resultado nominal passaram a ser apresentados no mesmo demonstrativo, denominado Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal. Nessa proposta, a



verificação do cumprimento da meta fiscal, para os estados, DF e municípios, se dará por meio desse novo modelo de demonstrativo e, consequentemente, o estabelecimento das metas fiscais para os resultados primário e nominal deverá observar a mesma metodologia para a apuração desses resultados. Como esse demonstrativo tem o objetivo de verificar o cumprimento das metas fiscais estabelecidas na LDO e, tendo em vista que essa edição foi publicada após o envio do projeto da LDO com as metas para o exercício de 2018, os entes poderão, facultativamente, verificar o cumprimento das metas de 2018 com base na metodologia disposta na 7ª edição do MDF para os resultados nominal e primário (Anexos 5 e 6 da citada edição).

O Resultado Primário retrata a capacidade de pagamento do Ente para cumprir seus compromissos. É calculado pela diferença entre as receitas não financeiras (não inclui recursos provenientes de operações de crédito, de receitas financeiras e de alienação) e as despesas não financeiras (exclui despesas com o serviço da dívida). Pode ser entendido como o esforço fiscal direcionado à diminuição do estoque da dívida pública.

Em 2018, o resultado primário, considerando a metodologia da 8ª edição do MDF (Tabela 5) foi superavitário em R\$ 1.978,12 milhões. A receita primária foi de R\$ 61.941,11 milhões, já a despesa primária alcançou R\$ 59.962,99 milhões.

Considerando a metodologia do 7º MDF (Tabela 6), no 3º quadrimestre de 2018, o resultado primário foi negativo - R\$ 6.374,46 milhões. Em relação a 2017, observa-se uma variação positiva de 1,5% no mesmo período.

No acumulado do ano, o resultado primário foi deficitário em R\$ 658,14 milhões, com uma variação positiva de 89,0% frente a 2017. As receitas primárias totais somaram R\$ 60.076,89 milhões enquanto as despesas primárias totais R\$ 60.735,04 milhões.



Cronograma de Desembolso do Estado do RJ

- Despesa Total Realizada: R\$ 64,70 bilhões / +2,2%²

No exercício de 2018, a dotação autorizada foi expandida em R\$ 11,10 bilhões³ (um aumento de 15,2%) em razão de incorporação de superávit financeiro e abertura de créditos orçamentários. Além disso, do orçamento autorizado (R\$ 84,24 bilhões), R\$ 12,03 bilhões permaneceram contingenciados (14,3%), uma vez que a receita não performou conforme previsão inicial. A Tabela 7 sintetiza os dados apresentados.

Essa análise não considera os valores referentes às empresas controladas não dependentes (CEDAE e Imprensa Oficial), mas inclui as despesas intra-orçamentárias.

Para o exercício de 2018, a meta de execução, conforme divulgado no Cronograma de Desembolso (Resolução SEFAZ Nº 210 de 2018), foi de R\$ 63,32 bilhões. Neste período, a despesa total realizada (R\$ 64,70 bilhões) mostrou-se um pouco acima da estimada: uma variação positiva de 2,2%, que representa uma execução a maior de R\$ 1,38 bilhão.

Do total pago até Dezembro, uma parcela equivale ao RP (Restos a Pagar) do exercício anterior. Do montante inscrito em 2017 (estoque de R\$ 10,47 bilhões), 57,6% (R\$ 6,03 bilhões) foram pagos em 2018. Esse valor correspondeu a aproximadamente 9,3% do total de despesa executada até o terceiro quadrimestre.

Tabela 7 - LOA para 2018

Valores em R\$

Lei Orçamentária do ERJ			
Análise do Orçamento ao longo do Exercício			
JANEIRO - DEZEMBRO			
DOTAÇÃO	INICIAL	73.137.150.215	
	ATUAL	84.242.908.757	15,2%
	DISPONÍVEL	72.215.431.182	85,7%
CONTINGENCIADO		12.027.477.575	14,3%
EXPANSÃO ORÇAMENTÁRIA		11.105.758.542	

Fonte: SIAFE Rio / Flexvision

Obs: Dados extraídos em 18/01/2019

*Exclui as Empresas Independentes (CEDAE, Imprensa Oficial)

² As informações representam: a execução até o quadrimestre e a variação percentual comparada à meta de desembolso publicada.

³ Valor exclui apenas as empresas independentes do ERJ.

A Tabela 8 sintetiza a execução orçamentária e financeira do período de acordo com a meta de execução.

Tabela 8 - Cronograma de Desembolso

R\$ Milhões

CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO - METAS DE EXECUÇÃO (art.8º/ LRF)*					
GRUPO DE DESPESA	JANEIRO A DEZEMBRO				Variação %
	METAS DE EXECUÇÃO**	DESP. ORÇAM. REALIZADA	RP 2017 PAGO***	DESP. TOTAL REALIZADA	
PESSOAL e ENCARGOS SOCIAIS	35.549	42.021	3.835	45.857	29,0%
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	20.825	15.027	2.077	17.104	-17,9%
INVESTIMENTOS /INVERSÕES	6.459	1.036	109	1.145	-82,3%
JUROS e ENC. DA DÍVIDA/AMORTIZAÇÕES	487	581	9	591	21,2%
TOTAL	63.320	58.666	6.030	64.696	2,2%

Fonte: SIAFE Rio / Flexvision

Obs: Dados extraídos em 18/01/2019. incluindo despesas intraorçamentárias.

*Exclui CEDAE & Imprensa Oficial / Considerada a despesa paga

**Fonte: Resolução SEFAZ nº 210 de 06/02/2018, publicado no D.O. de 08/02/2018.

***Considerado apenas o pagamento de RP inscrito em 2017

Na análise por grupo de despesa, as despesas pagas em Investimentos / Inversões Financeiras registraram um grau de execução bem abaixo do esperado (-82,3%). Enquanto no grupo de Outras Despesas correntes, a frustração da execução de despesa foi bem menor (-17,9%), resultado da tentativa de enquadramento das despesas do ERJ ao teto de gastos do Plano de Recuperação Fiscal.

Com essa necessidade de frequentemente compatibilizar os gastos públicos com a atual capacidade arrecadatória do estado, as despesas pagas têm sofrido revisões e ajustes, acarretando um realinhamento natural frente à meta elaborada no início do ano.

- Pessoal e Encargos Sociais apresentou uma realização a maior de 29,0% (+R\$ 10,31 bilhões). Do montante pago, R\$ 3,83 bilhões (8,4% do total registrado no grupo) foram de Restos a Pagar. Dos R\$ 42,02 bilhões de despesas orçamentárias realizadas em 2018, R\$ 17,99 bilhões foram gastos na Previdência Social, R\$ 6,81 bilhões em Segurança Pública e R\$ 3,84 bilhões em Educação.
- Outras Despesas Correntes apresentou execução inferior à meta em 17,9% (-R\$ 3,72 bilhões). Nesse grupo, o gasto com RP de 2017 também foi expressivo (R\$ 2,08 bilhões), representando 12,1% do total de despesa realizada. Dos R\$ 15,03 bilhões de despesas orçamentárias realizadas em 2018, R\$ 2,60 bilhões foram gastos na Previdência Social, R\$ 2,42 bilhões em Saúde e R\$ 1,74 bilhão em Segurança Pública.



- As despesas pagas no grupo Investimentos e Inversões Financeiras foram ínfimas. Excluído o pagamento de Restos a Pagar, R\$ 259,98 milhões foram executados na função Urbanismo, R\$ 146,91 milhões foram para a de Segurança Pública e R\$ 126,83 milhões foram para a função Transporte. Uma queda de 82,3% do previsto nas metas de execução do cronograma de desembolso.
- Por fim, as despesas orçamentárias totais pagas no grupo Serviço da Dívida (Juros e Encargos somados com a Amortização do principal) contabilizaram R\$ 591 milhões, dos quais R\$ 559,56 milhões foram na função de Encargos Especiais, R\$ 9,57 milhões em Transporte e R\$ 3,89 milhões na Função Agricultura.

As despesas realizadas no período são analisadas com maior detalhamento no próximo item deste Boletim (parte V).

IV. Receita Estadual⁴⁵Quadrimestre: R\$ 22.919,13 milhões / + 3,5%⁶

Acumulado: R\$ 69.352,35 milhões / + 11,4%

Tabela 9
DECOMPOSIÇÃO DA RECEITA POR NATUREZA, 2017/2018.

(R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO QUADRIMESTRAL (SET - DEZ)		VAR %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN - DEZ)		VAR %
	2017	2018		2017	2018	
Total	22.137,80	22.919,13	3,5%	62.274,06	69.352,35	11,4%
REC. CORRENTE	22.866,79	26.348,36	15,2%	68.479,05	78.810,32	15,1%
REC. CAPITAL	2.341,39	246,74	-89,5%	3.302,67	3.216,29	-2,6%
REC. INTRAORÇAMENTÁRIA	2.050,39	2.339,90	14,1%	6.689,76	5.764,13	-13,8%
DEDUÇÕES (REF. A REC. CORRENTE)	-5.120,78	-6.015,87	17,5%	-16.197,42	-18.438,39	13,8%

Fonte: SIAFERIO em 25/01/2019.

A Tabela 9 demonstra a Receita Total Líquida arrecadada pelo Estado que apresentou, no terceiro quadrimestre de 2018, acréscimo de R\$ 781,33 milhões e R\$ 7.078,28 milhões no acumulado. Os resultados foram suportados pela Receita Corrente.

Os desempenhos da Receita Corrente e da Receita de Capital, serão analisados nas seções IV.I e IV.II, respectivamente.

O resultado acumulado da Receita Estadual cresceu 11,4% (+ R\$ 7.078,28 milhões), com desempenho positivo, para a Receita Corrente (+R\$ 10.331,27 milhões).

⁴ Desta seção em diante, todas as tabelas levam em consideração as Receitas e Despesas do RIOPREVIDÊNCIA.

⁵ A classificação orçamentária por Natureza de Receita é estabelecida pelo § 4o do art. 11 da Lei no 4.320, de 1964. No âmbito da União, sua codificação é normatizada por meio de Portaria da SOF, órgão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. A normatização da codificação válida para Estados e Municípios é feita por meio de Portaria Interministerial (SOF e STN). Importante destacar que a classificação da receita por natureza é utilizada por todos os entes da Federação e visa identificar a origem do recurso segundo o fato gerador, acontecimento real que ocasionou o ingresso dareceita nos cofres públicos. (Fonte:MTO-2018)

A partir de 2018 o código da natureza da receita passa a ser constituído por dez algarismos, cujo detalhamento é apresentado no Glossário deste Boletim.

⁶ As informações representam: a arrecadação no período; e a variação percentual comparado ao mesmo período do ano anterior.



IV.I Receitas Correntes

Quadrimestre: R\$ 26.348,36 milhões / +15,2%

Acumulado: R\$ 78.810,32 milhões / + 15,1%

Tabela 10

RECEITA CORRENTE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2017/2018.

(R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO QUADRIMESTRAL (SET - DEZ)		VAR %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN - DEZ)		VAR %
	2017	2018		2017	2018	
REC. CORRENTE	22.866,79	26.348,36	15,2%	68.479,05	78.810,32	15,1%
TRIBUTÁRIA	15.769,34	17.764,78	12,7%	47.268,80	53.270,00	12,7%
CONTRIBUIÇÕES	675,19	1.174,25	73,9%	2.153,23	3.049,84	41,6%
PATRIMONIAL	2.282,60	4.587,30	101,0%	9.101,08	14.099,28	54,9%
AGROPECUÁRIA	0,15	0,02	-89,5%	0,16	0,05	-67,2%
INDUSTRIAL	19,41	26,13	34,6%	79,91	60,08	-24,8%
DE SERVIÇOS	113,64	112,30	-1,2%	327,12	320,51	-2,0%
TRANSF. CORRENTES	2.270,05	2.259,53	-0,5%	6.341,23	6.732,55	6,2%
OUTRAS CORRENTES	1.736,42	424,04	-75,6%	3.207,53	1.278,01	-60,2%

Fonte: SIAFERIO em 25/01/2019.

A Receita Patrimonial, Tributária e de Contribuições figuraram como as principais causas da variação positiva da Receita Corrente (+ R\$ 3.481,56 milhões) durante o 3º quadrimestre de 2018 e, no acumulado (+ R\$ 10.331,27 milhões).

Importante ressaltar as mudanças na classificação orçamentária por Natureza de Receita, que reposicionou várias rubricas relativas às Multas, Juros de Mora e Dívida Ativa, entre outras, em novas Naturezas de Receita resultando na aparente redução das Outras Receitas Correntes.

O desempenho positivo das Receitas Tributária, Patrimonial e de Contribuições foi a principal fonte do resultado favorável quadrimestral e acumulado, no comparativo com o mesmo período de 2017.

IV.1.1 Receita Tributária
3º Quadrimestre: R\$ 17.764,78 milhões / + 12,7%
Acumulado: R\$ 53.270,00 milhões / + 12,7%
Tabela 11
RECEITA TRIBUTÁRIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - 2017/2018.

(R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO QUADRIMESTRAL (SET - DEZ)		VAR %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN - DEZ)		VAR %
	2017	2018		2017	2018	
RECEITA TRIBUTÁRIA	15.769,34	17.764,78	12,7%	47.268,80	53.270,00	12,7%
ICMS	11.005,09	12.415,90	12,8%	32.212,92	36.374,89	12,9%
Adicional do ICMS	1.498,37	1.466,63	-2,1%	4.575,35	4.645,06	1,5%
IRRF	1.777,71	1.490,46	-16,2%	3.831,32	3.902,68	1,9%
IPVA	190,43	176,44	-7,3%	2.856,59	2.817,59	-1,4%
ITD	634,32	350,37	-44,8%	1.199,56	1.091,21	-9,0%
Multas e Juros	0,00	293,67	100,0%	0,00	687,35	100,0%
Dívida Ativa	0,00	831,65	100,0%	0,00	979,00	100,0%
Taxas	663,41	739,66	11,5%	2.593,06	2.772,20	6,9%

Fonte: SIAFERIO em 25/01/2018.

A Receita Tributária arrecadada, no terceiro quadrimestre de 2018, apresentou crescimento de R\$ 1.995,45 milhões. O crescimento nominal deveu-se ao aumento da arrecadação do ICMS ao Refinanciamento das Dívidas Tributárias – REFIS. No que tange ao ICMS, no período, houve mais uma importação de plataforma pela Petrobrás, no mês de novembro, incrementando a arrecadação em R\$ 270 milhões; ao REFIS, o incremento na arrecadação, entre Multas e Dívida Ativa, foi de R\$ 1,1 bilhão. Ressalta-se, novamente nesta edição, a mudança na classificação da estrutura de contas das Receitas Tributárias, de acordo com a 7ª edição do MCASP (Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público), que passou a incluir, em 2018, as parcelas dos juros, multas de mora e dívida ativa dos tributos, antes classificados como Outras Receitas Correntes.

No acumulado do ano, a variação na arrecadação da Receita Tributária foi positiva em R\$ 6.001,20 milhões, comparativamente ao ano anterior. Tal aumento foi resultado da arrecadação do ICMS, contribuindo para tal, o incremento alavancado pela aquisição de 5 (cinco) plataformas importadas pela Petrobrás durante o exercício de 2018, perfazendo um total de R\$ 1,1 bilhão. Contribuíram também

O Programa de Refinanciamento da Dívida Tributária – REFIS – possibilitou que os devedores (contribuintes) acertassem suas dívidas ativas de ICMS e multas com a Fazenda Pública em melhores condições. O ingresso nos cofres públicos ocorreu entre os meses de novembro e dezembro de 2018.



para o aumento as Multas, Juros e Dívida Ativa, arrecadadas pelo REFIS, conforme já mencionado no parágrafo anterior. Destaca-se que as Multas, Juros e Dívida Ativa dos tributos não compuseram as Receitas Tributárias em 2017, o que inflou a base de comparação destas receitas no acumulado.

– Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS):

3º Quadrimestre: R\$ 12.415,90 milhões / + 12,8%

Acumulado: R\$ 36.374,89 milhões / + 12,9%

A arrecadação de ICMS apresentou variação positiva no terceiro quadrimestre de 2018, com acréscimo R\$ 1.410,81 milhões em relação ao ano anterior⁷. Cumpre salientar a importação de mais uma plataforma pela Petrobrás, a qual gerou receita de ICMS extraordinária de aproximadamente R\$ 257 milhões em novembro.

No acumulado, o crescimento do ICMS foi de R\$ 4.161,97 milhões. Ressalta-se a receita extraordinária no período que inclui cinco plataformas importadas pela Petrobrás, perfazendo um total de ICMS de R\$ 1,1 bilhão.

O ICMS, a seguir, é analisado por setor econômico através da classificação disponível no Sistema de Arrecadação da Secretaria de Estado de Fazenda (Fonte: IBM Cognos Viewer - Arrecadação por Seção e Divisão). Destacam-se os grupos que obtiveram maior participação no total das receitas do ICMS:

ICMS Indústrias de Transformação (Participação Acumulada → 27,67%)

3º Quadrimestre: + 12,08%

Acumulado: + 17,51%

A variação positiva quadrimestral foi significativamente influenciada pelos setores de Fabricação de Coque, de Produtos Derivados de Petróleo e de Biocombustíveis e de Fabricação de Produtos Químicos enquanto que, na análise acumulada, destacam-se os setores de

⁷ Arrecadação extraída do Sistema Integrado de Gestão Orçamentária, Financeira e Contábil do Rio de Janeiro – SIAFE-RIO.



Fabricação de Coque, de Produtos Derivados de Petróleo e de Biocombustíveis e Metalurgia.

ICMS Eletricidade e Gás (Participação Acumulada → 18,12%)

3º Quadrimestre: + 4,95%

Acumulado: + 13,54%

O crescimento do ICMS relacionado à Eletricidade e Gás, no quadrimestre e no acumulado, foi influenciado positivamente pela Produção e Processamento de Gás, pela Transmissão de Energia Elétrica e pela Distribuição de Energia Elétrica. Em contrapartida, tal resultado foi atenuado pela queda no setor do Comércio Atacadista de Energia Elétrica.

ICMS Comércio, Reparação de Veículos Automotores e Motocicletas (Participação Acumulada → 28,81%)

3º Quadrimestre: - 6,41%

Acumulado: - 0,53%

O resultado quadrimestral negativo, assim como no acumulado, concentra-se em Comércio por Atacado, exceto Veículos Automotores e Motocicletas.

ICMS Informação e Comunicação (Participação Acumulada → 9,53%)

3º Quadrimestre: - 23,58%

Acumulado: - 17,71%

O setor Telecomunicações foi o responsável pela queda na receita do grupo no quadrimestre e no acumulado, estando diretamente relacionada aos Serviços de Telefonia Fixa Comutada e, também, à Telefonia Móvel Celular.

- Adicional do ICMS - FECF (Fundo Estadual de Combate à Pobreza e às Desigualdades Sociais)

3º Quadrimestre: R\$ 1.466,63 milhões / - 2,1%

Acumulado: R\$ 4.645,06 / + 1,5%

A queda da receita do adicional, no terceiro quadrimestre de 2018, está relacionada à reclassificação de parte da arrecadação do FECF



para ICMS Substituição Tributária, reduzindo-a em aproximadamente R\$ 100 milhões.

No acumulado, em contrapartida, a variação foi positiva em R\$ 69,71 milhões, com destaque para o setor de Eletricidade e Gás.

- Imposto Sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA)⁸:

3º Quadrimestre: R\$ 176,44 milhões / - 7,3%

Acumulado: R\$ 2.817,59 milhões / -1,4%

No terceiro quadrimestre de 2018, o IPVA segue tendência de queda, R\$ 14 milhões menor que o mesmo período do exercício anterior. Esse resultado pode ser atribuído à entrada em vigência da Lei 7.718/2017 que autorizou a vistoria veicular sem necessidade do contribuinte estar adimplente com o imposto. No mesmo sentido, o acumulado acompanhou a mesma tendência de queda, decrescendo R\$ 39,00 milhões.

- Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e por Doação (ITD):

2º Quadrimestre: R\$ 350,37 milhões / - 44,8%

Acumulado: R\$ 1.091,21 milhões / - 9,0%

A arrecadação do ITD apresentou variação negativa de R\$ 283,95 milhões no quadrimestre. O aumento da alíquota em fevereiro de 2018 não foi suficiente para superar a base comparativa inflada do mesmo período de 2017, tendo em vista que os contribuintes se anteciparam ao pagamento do imposto a fim de evitar os efeitos das novas alíquotas aplicadas a partir de fevereiro de 2018.

Tal fato foi, da mesma forma, responsável pela queda no acumulado (- R\$ 108,35 milhões), apesar do bom desempenho arrecadatário nos meses de janeiro e fevereiro de 2018.

Lei nº 7174/15	Lei nº 7786/2017	
Aliquotas vigentes	Aliquotas vigentes	Aliquotas vigentes
De 29/03/2016 a 31/12/2017	De 01/01/2018 a 15/02/2018	A partir de 16/02/2018
4,5% (quatro e meio por cento), para valores até 400.000 UFIR-RJ	4,0% (quatro por cento), para valores até 70.000 UFIR-RJ	4,0% (quatro por cento), para valores até 70.000 UFIR-RJ;
	4,5% (quatro e meio por cento), para valores acima de 70.000 UFIR-RJ e até 400.000 UFIR-RJ	4,5% (quatro e meio por cento), para valores acima de 70.000 UFIR-RJ e até 100.000 UFIR-RJ
		5,0% (cinco por cento), para valores acima de 100.000 UFIR-RJ e até 200.000 UFIR-RJ
		6% (seis por cento), para valores acima de 200.000 UFIR-RJ e até 300.000 UFIR-RJ
5,0% (cinco por cento), para valores acima de 400.000 UFIR-RJ	5,0% (cinco por cento), para valores acima de 400.000 UFIR-RJ	7% (sete por cento), para valores acima de 300.000 UFIR-RJ e até 400.000 UFIR-RJ
		8% (oito por cento) para valores acima de 400.000 UFIR-RJ

Fonte: www.fazenda.rj.gov.br

⁸ De forma geral, a receita de IPVA fica concentrada amplamente nos primeiros meses do ano, quando do vencimento das placas dos veículos usados, restante do ano, a receita provém principalmente do pagamento do IPVA dos veículos novos, do pagamento de débitos atrasados dos veículos usados e das eventuais cobranças coletivas organizadas pela SEFAZ-RJ.

**– Imposto de Renda (IRRF):****3º Quadrimestre: R\$ 1.490,46 milhões / -16,2%****Acumulado: R\$ 3.902,68 / + 1,9%**

A receita 16,2% menor no 3º quadrimestre de 2018 (- R\$ 287,24 milhões) e 1,9% maior (+ R\$ 71,37 milhões) no acumulado demonstra compensações no fluxo de lançamentos do imposto, fato comum nessa natureza de receita ao longo dos últimos exercícios.

Tabela 12**COMPARATIVO – MULTAS, JUROS E DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIAS – 2017/2018**

(R\$ Milhões)

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO QUADRIMESTRAL (SET - DEZ)		VAR %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN - DEZ)		VAR %
	2017	2018		2017	2018	
Multas e Juros	235,41	293,67	24,7%	662,23	687,35	3,8%
Dívida Ativa	182,40	831,65	356,0%	199,76	979,00	390,1%

Nota: Tabela adaptada para permitir a análise, dada a classificação contábil diversa.

Foram utilizados os valores acessórios das Receitas Tributárias e Outras Receitas Correntes.

A Tabela 12 foi criada para permitir a comparação, entre os anos 2017 e 2018, das receitas de Multas e Juros e Dívida Ativa, tendo em vista a nova metodologia de classificação das Receitas Tributárias.

– Multas e Juros:**3º Quadrimestre: R\$ 293,67 milhões / + 24,7%****Acumulado: R\$ 687,35 milhões / + 3,8%**

O aumento de R\$ 58,26 milhões no quadrimestre e de R\$ 25,12 milhões no acumulado, na Receita de Multas e Juros, em relação ao quadrimestre anterior, teve influência do Programa de Refinanciamento da Dívida Tributária do ICMS – REFIS.

- Dívida Ativa:**3º Quadrimestre: R\$ 831,65 milhões / + 356,0%****Acumulado: R\$ 979,00 milhões / + 390,1%**

A Dívida Ativa apresentou resultado expressivamente superior, tanto no quadrimestre (+ R\$ 649,25 milhões) quanto no acumulado (+ R\$ 779,24), dado o Programa de Refinanciamento da Dívida Tributária do ICMS – REFIS.

– Taxas:

3º Quadrimestre: R\$ 740,89 milhões / + 11,7%

Acumulado: R\$ 2.775,77 milhões / + 7,0%

Tabela 13

RECETA DE TAXAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - 2017/2018.

(R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO QUADRIMESTRAL (SET - DEZ)		VAR %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN - DEZ)		VAR %
	2017	2018		2017	2018	
Taxas	663,41	740,89	11,7%	2.593,06	2.775,77	7,0%
Taxas de Fiscalização	76,85	72,61	-5,5%	532,40	547,36	2,8%
Taxa de Fiscalização de Trânsito	51,75	52,74	1,9%	459,31	489,58	6,6%
Outras	25,10	19,88	-20,8%	73,09	57,78	-20,9%
Taxas pela Prestação de Serviços	586,56	668,28	13,9%	2.060,66	2.228,41	8,1%
Emolumentos e Custas Judiciais	166,71	194,31	16,6%	526,64	572,34	8,7%
Emolumentos e Custas Extrajudiciais	151,60	158,21	4,4%	286,68	449,20	56,7%
Taxa de Serviços de Trânsito ⁽¹⁾	222,25	272,92	22,8%	835,54	904,27	8,2%
Taxa de Serviços-Prevenção/Extinção de Incêndio	24,27	17,36	-28,5%	185,92	225,18	21,1%
Outras Taxas pela Prestação de Serviços	21,72	25,47	17,3%	225,88	77,42	-65,7%

Fonte: SIAFERIO em 25/01/2018.

Nota: (1) Taxas do DETRAN

A variação positiva de R\$ 77,48 milhões em relação ao quadrimestre anterior está relacionada, principalmente, ao aumento na arrecadação das Taxas pela Prestação de Serviços de Trânsito – DUDA e pelos Emolumentos e Custas Judiciais. Destaca-se a inclusão, em 2018, das Multas, Juros e Dívida Ativa das Taxas pela Prestação de Serviços de Natureza Fazendária e pela Fiscalização de Trânsito as quais adicionaram R\$ 1,23 milhão no período.

No acumulado, também houve variação positiva de R\$ 182,71 milhões alavancada pelos Emolumentos e Custas Extrajudiciais, pela Taxa de Serviço de Trânsito – DUDA - e pela Taxa pela Prestação de Serviço de Prevenção e Extinção de Incêndio.

As Multas, Juros e Dívida Ativa das Taxas de Prestação de Serviços de Natureza Fazendária e de Trânsito representaram R\$ 3,56 milhões.



IV.1.2 Receita Patrimonial e Royalties

Quadrimestre: R\$ 4.587,30 milhões / + 101,0%

Acumulado: R\$ 14.099,26 milhões / + 54,9%

Tabela 14

RECEITA PATRIMONIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2017/2018.

(R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO QUADRIMESTRAL (SET - DEZ)		VAR %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN - DEZ)		VAR %
	2017	2018		2017	2018	
RECEITA PATRIMONIAL	2.282,60	4.587,30	101,0%	9.101,08	14.099,26	54,9%
Petróleo	2.066,45	4.382,80	112,1%	7.138,39	13.339,80	86,9%
Royalties	919,29	1.671,23	81,8%	2.656,31	4.205,84	58,3%
Part. Especial	1.144,68	2.708,34	136,6%	4.474,81	9.124,33	103,9%
FEP	2,48	3,23	30,1%	7,27	9,63	32,5%
Delegação de Serviços Públicos	28,11	26,78	-4,7%	81,43	81,58	0,2%
Receitas Financeiras	129,37	125,70	-2,8%	436,39	561,13	28,6%
Outras Rec. Patrimoniais	58,67	52,03	-11,3%	1.444,87	116,75	-91,9%

Fonte: SIAFERIO em 25/01/2019.

A variação positiva da Receita Patrimonial no terceiro quadrimestre de 2018 foi de R\$ 2.304,70 milhões e R\$ 4.998,19 milhões no acumulado do mesmo ano. Nos dois casos, os acréscimos estão concentrados nas Receitas de Petróleo – Royalties e Participações Especiais.

- **Petróleo:** As receitas pela extração de petróleo e gás cresceram no 3º quadrimestre de 2018 dada a manutenção da variação positiva do preço do barril e do câmbio, atribuindo-se + R\$ 751,93 milhões aos Royalties e + R\$ 1.563,66 milhões às Participações Especiais. No mesmo sentido, no acumulado, as receitas de Royalties cresceram R\$ 1.549,53 milhões e as de Participações Especiais R\$ 4.649,52 milhões, somadas ainda ao aumento na produção do petróleo, em especial a relacionada ao pré-sal.

Tabela 15

Participação Governamental do Petróleo

(R\$ milhões)

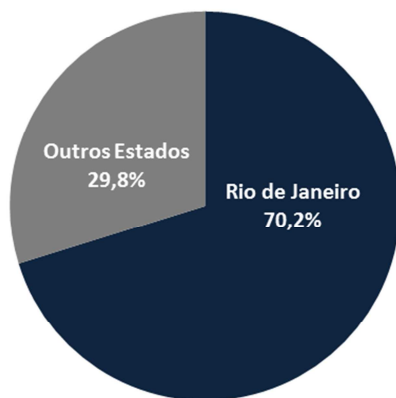
DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO QUADRIMESTRAL (AGO - DEZ)		VAR %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN-DEZ)		VAR %
	2017	2018		2017	2018	
Produção (milhões de m³)	35,24	34,95	-0,8%	103,66	104,47	0,8%
Brent (US\$)	53,46	76,68	43,4%	51,83	71,48	37,9%
Taxa de Câmbio (R\$/US\$)	3,17	3,91	23,3%	3,20	3,56	11,2%

Fontes: Produção: Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP. Brent: Energy Information Administration, EIA. Câmbio: Ipeadata.

Nota: O pagamento dos royalties ocorre dois meses após a extração do petróleo. Sendo assim, para a análise das entradas de receita do 3º Quadrimestre de 2018 são apresentados os dados de produção de Julho de 2018 a Outubro de 2018.

Ainda segundo dados da ANP, a produção do Rio de Janeiro correspondeu a 70,2% da produção total brasileira.

Gráfico 6

Participação do ERJ na Produção Nacional de Petróleo
Jan/2018 a Dez/2018

Fonte: ANP
www.anp.gov.br
Jan/2019

Destaca-se, ainda, a aparente queda acumulada em Outras Receitas Patrimoniais derivada da receita extraordinária relacionada à venda de folha de pagamentos no segundo quadrimestre de 2017 e que não se repetiu em 2018.

IV.1.3 Demais Receitas Correntes⁹

Quadrimestre: R\$ 1.736,73 milhões / - 31,8%

Acumulado: R\$ 4.708,47 milhões / - 18,4%

Tabela 16

DEMAIS RECEITAS CORRENTES DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2017/2018.

(R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO QUADRIMESTRAL (SET - DEZ)		VAR %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN - DEZ)		VAR %
	2017	2018		2017	2018	
DEMAIS RECEITAS CORRENTES	2.544,81	1.736,73	-31,8%	5.767,94	4.708,47	-18,4%
Receita de Contribuições	675,19	1.174,25	73,9%	2.153,23	3.049,84	41,6%
Receita Agropecuária	0,15	0,02	-89,5%	0,16	0,05	-67,2%
Receita Industrial	19,41	26,13	34,6%	79,91	60,08	-24,8%
Receita de Serviços	113,64	112,30	-1,2%	327,12	320,51	-2,0%
Multas e Juros de Mora*	278,73	85,43	-69,4%	791,40	241,03	-69,5%
Dívida Ativa*	86,37	0,00	-100,0%	216,89	0,00	-100,0%
Indenizações e Restituições	1.210,75	70,66	-94,2%	1.644,22	362,37	-78,0%
Receitas Diversas	160,56	267,95	66,9%	555,01	674,59	21,5%

Fonte: SIA FERIO em 25/01/2019.

Nota Explicativa: Os valores de Multas, Juros e Dívida Ativa Tributária estão classificados, no exercício de 2018, em Receitas Tributárias segundo a 7ª edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.

As Demais Receitas Correntes, detalhadas na Tabela 16, apresentaram decréscimo de R\$ 808,07 milhões no 3º quadrimestre 2018 e R\$ 1.059,47 milhões no acumulado, influenciado, principalmente, pelo comportamento das Receitas de Indenizações e Restituições.

As receitas que as compõem são detalhadas a seguir:

– **Receitas de Contribuições:** são receitas originárias das Contribuições Previdenciárias do Regime Próprio de Servidores Ativos e Inativos Cíveis e Militares e sua variação relaciona-se com a folha de pagamento. Os acréscimos de R\$ 499,06 milhões no 3º quadrimestre de 2018 e de R\$ 896,61 milhões no acumulado devem-se ao aumento da alíquota da contribuição previdenciária

⁹ A classificação orçamentária por Natureza de Receita é estabelecida pelo § 4º do art. 11 da Lei nº 4.320, de 1964. No âmbito da União, sua codificação é normatizada por meio de Portaria da SOF, órgão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. A normatização da codificação válida para Estados e Municípios é feita por meio de Portaria Interministerial (SOF e STN). Importante destacar que a classificação da receita por natureza é utilizada por todos os entes da Federação e visa identificar a origem do recurso segundo o fato gerador, acontecimento real que ocasionou o ingresso da receita nos cofres públicos. (Fonte: MTO-2018)

A partir de 2018 o código da natureza da receita passa a ser constituído por dez algarismos, cujo detalhamento é apresentado no Glossário deste Boletim.



implementada no 1º quadrimestre de 2018 e, em menor escala, em consequência do acerto do fluxo financeiro de repasses entre o Tesouro e o RIOPREVIDÊNCIA.

Destaca-se que o desempenho da Receita de Contribuições atenuou o resultado desfavorável das Demais Receitas Correntes.

– **Indenizações e Restituições:** apresentaram queda de R\$ 1.140,09 milhões em relação ao 3º quadrimestre de 2017 e de R\$ 1.281,85 milhões no acumulado, ambas relacionadas à queda da Receita de Restituições, em especial a relacionada à restituição dos valores destinados ao pagamento dos Precatórios e Requisições de Pequeno Valor (RPV) - Lei 7.781/2017, a qual determina o cancelamento dos precatórios e as RPV estaduais expedidos e cujos valores não tenham sido levantados pelo credor e estejam depositados há mais de três anos em instituição financeira. Tal receita extraordinária ocorreu no último quadrimestre de 2017.

– **Multas e Juros de Mora e Dívida Ativa:** a queda aparente das receitas, no 3º quadrimestre e no acumulado, decorre da mudança na classificação contábil ocorrida em 2018 que transferiu a Receita de Juros, Multas de Mora e Dívida Ativa dos tributos para as Receitas Tributárias.

– **Receitas Diversas:** cresceram R\$ 107,38 milhões no 3º quadrimestre de 2018 e R\$ 119,58 milhões no acumulado, relacionadas igualmente às Receitas de Contribuições, dados os ajustes do fluxo de repasses entre o Tesouro e o RIOPREVIDÊNCIA.



IV.1.3.1 Receita de Transferências

Quadrimestre: R\$ 2.259,53 milhões / -0,5%

Acumulado: R\$ 6.732,55 milhões / +6,2%

RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2017/2018.

(R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO QUADRIMESTRAL (SET - DEZ)		VAR %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN - DEZ)		VAR %
	2017	2018		2017	2018	
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS	2.270,05	2.259,53	-0,5%	6.341,23	6.732,55	6,2%
Transf da União	1.367,87	1.256,73	-8,1%	3.578,09	3.800,36	6,2%
FPE	428,76	464,16	8,3%	1.324,73	1.442,27	8,9%
IPI exp	276,33	338,24	22,4%	706,50	997,04	41,1%
IOF	0,02	0,02	-27,9%	0,10	0,05	-53,0%
CIDE	21,75	9,05	-58,4%	83,48	65,77	-21,2%
SUS	358,27	238,07	-33,6%	808,23	745,18	-7,8%
Salário Educação	121,94	119,14	-2,3%	393,67	368,14	-6,5%
Lei Kandir	28,59	28,01	-2,1%	85,78	84,02	-2,1%
Outras Transf. da União	132,20	60,05	-54,6%	175,60	97,89	-44,3%
FUNDEB	837,47	932,44	11,3%	2.598,97	2.732,68	5,1%
Convênios	64,69	64,75	0,1%	164,15	191,45	16,6%
Outras Transf. Corr.	0,02	5,62	100,0%	0,02	8,05	36189,3%

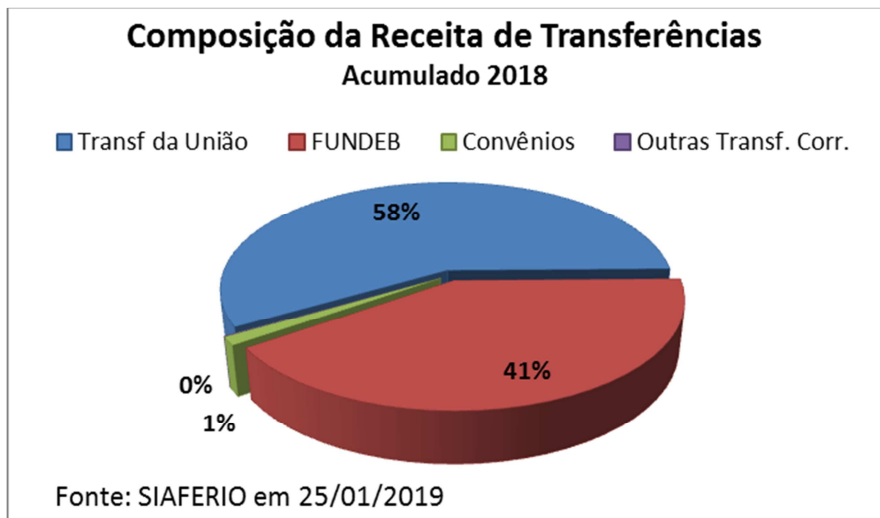
Fonte: SIAFERIO em 25/01/2019.

As Receitas de Transferências apresentaram, no terceiro quadrimestre de 2018, decréscimo de 0,5% (-R\$ 10,52 milhões) se comparado ao mesmo período de 2017. Tal resultado tem sua explicação no desempenho negativo da Receita de Transferência de SUS.

As Transferências da União foram responsáveis por aproximadamente 58% do total das Receitas de Transferências neste 3º quadrimestre de 2018. Da mesma forma, a redução da Receita derivada da Receita de SUS teve preponderante efeito sobre o resultado específico da rubrica de Transferências da União.

O resultado acumulado registra R\$ 6.732,55 milhões, o que representa acréscimo de 6,2% (+ R\$ 391,31 milhões) em relação ao ano passado. O aumento é justificado pela variação positiva das receitas oriundas de IPI exportação, pertencente à conta Transferências da União.

Gráfico 7



IV.I.3.2 Transferências da União

A receita desse grupo apresentou redução de 4,2% (- R\$ 57,12 milhões), em relação ao mesmo quadrimestre de 2017. No que tange a essas receitas, o repasse referente ao SUS é o mais significativo.

Nesta mesma linha, o resultado acumulado de 2018 totalizou R\$ 3.911,18 milhões, crescimento de 9,3% (+R\$ 333,08 milhões) se comparado a 2017. Tal resultado é consequência do desempenho positivo de IPI exportação.

– **FPE**¹⁰: O Fundo de Participação dos Estados é composto por 21,5% da arrecadação do IPI e do IR. O resultado positivo quadrimestral e acumulado dessa transferência foi consequência do aumento da arrecadação do IR.

¹⁰ Fonte: Análise da Arrecadação das Receitas Federais de setembro a dezembro de 2017, Receita Federal.

<http://receita.economia.gov.br/dados/receitadata/arrecadacao/relatorios-do-resultado-da-arrecadacao/arrecadacao-2018/setembro2018/analise-mensal-set-2018.pdf>

<http://receita.economia.gov.br/dados/receitadata/arrecadacao/relatorios-do-resultado-da-arrecadacao/arrecadacao-2018/outubro2018/analise-mensal-out-2018.pdf>

<http://receita.economia.gov.br/dados/receitadata/arrecadacao/relatorios-do-resultado-da-arrecadacao/arrecadacao-2018/novembro2018/analise-mensal-nov-2018.pdf>

<http://receita.economia.gov.br/dados/receitadata/arrecadacao/relatorios-do-resultado-da-arrecadacao/arrecadacao-2018/dezembro2018/analise-mensal-dez-2018.pdf>



Os recursos do 3º quadrimestre do FPE apresentaram aumento de 8,3% (+ R\$ 35,40 milhões) em comparação ao mesmo período de 2017.

Tal fato pode ser explicado em razão do aumento de arrecadação advindo do IPI vinculado à importação, relacionado à elevação da taxa de câmbio e aumento da importação em dólares e do item IPI Outros, justificado pelo crescimento da produção industrial. Ainda mais importante foi o desempenho da receita de IRPJ relacionada às empresas não financeiras, que registraram incremento substancial da arrecadação com redução das compensações tributárias.

No acumulado, o FPE apresentou aumento de R\$ 117,54 milhões (+8,9%), pelos mesmos motivos acima descritos.

–IPI-EXP: A Constituição de 1988 determina que 10% da arrecadação do IPI seja distribuída para os Estados e Distrito Federal, “proporcionalmente ao valor das respectivas exportações de produtos industrializados”, como forma de compensação à desoneração das exportações. A competência para estabelecer e divulgar os coeficientes de participação dos estados cabe ao Tribunal de Contas da União e os mesmos estão disponíveis em: <http://portal.tcu.gov.br/comunidades/transferencias-constitucionais-e-legais/coeficientes-ipi-exportacao/>

Neste quadrimestre a receita apresentou crescimento de 22,4% (+ R\$ 61,91 milhões), comparativamente ao mesmo período do ano anterior.

No acumulado, de modo semelhante, houve aumento de 41,1% (+ R\$ 290,54 milhões), em razão, sobretudo, do aumento do coeficiente de participação do IPI- Exportação para o Rio de Janeiro. O percentual que, em 2017, era de 14,946822%, em 2018 foi reajustado para 17,910467%. Ademais, registra-se que no período, também, houve aumento da arrecadação do IPI total.

–CIDE: Os recursos repassados pela União aos Estados, DF e Municípios a título de CIDE-Combustíveis são destinados obrigatoriamente ao financiamento de programas de infraestrutura de transportes. Os dados referentes aos coeficientes de distribuição das receitas da CIDE podem ser consultados no portal do TCU na internet.

O resultado acumulado da receita na conta IPI-Exportação reflete aumento do coeficiente relativo à participação do ERJ em 2018.



O decreto 8.395 de 28 de janeiro de 2015 reintroduziu a Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico incidente sobre a importação e a comercialização de petróleo e seus derivados, gás natural e seus derivados, e álcool etílico combustível a partir de maio de 2015.

Neste quadrimestre, a receita registrou decréscimo de R\$ 12,70 milhões (-58,4%), em relação ao mesmo período do ano anterior. Observou-se no comparativo anual, redução da base de arrecadação total de CIDE, bem como ajuste do coeficiente do ERJ, que passou de 4,89713997% em 2017 para 4,82526610% em 2018.

No acumulado, o valor recebido foi de R\$ 65,77 milhões, -21,2% (-R\$17,71 milhões) a menos do que o valor recebido em 2017. Tal diferença deriva-se do mesmo motivo apontado anteriormente.

–**SUS:** A transferência do SUS consiste no repasse de valores, regular e automático, diretamente do Fundo Nacional da Saúde (FNS) para os Estados e Municípios, independentemente de convênio ou instrumento similar. Destina-se ao financiamento dos programas do SUS e abrange recursos para a Atenção Básica (PAB¹¹ fixo¹² e PAB variável¹³) e para os procedimentos de Média e Alta Complexidade. Os repasses referentes ao SUS apresentaram redução de R\$ 120,21 milhões (- 33,6%) nesse quadrimestre, se comparado a 2017. Na mesma linha, o repasse acumulado apresentou queda de R\$ 63,05 milhões (- 7,8%).

– **SALÁRIO EDUCAÇÃO:** O Repasse de Salário Educação feito pela União é realizado com base em Coeficientes de Distribuição divulgados no site do FNDE. Os coeficientes são calculados levando em consideração dados do Censo Escolar para o exercício corrente e a arrecadação de recursos ocorrida no ano anterior.

Os valores arrecadados no terceiro quadrimestre de 2018 atingiram R\$119,14 milhões, o que representa um decréscimo de R\$ 2,80 milhões (- 2,3%) em relação ao mesmo período do ano anterior.

¹¹ PAB: Piso de Atenção Básica

¹² Refere-se ao financiamento de ações de atenção básica à saúde. Os recursos são transferidos mensalmente, de forma regular e automática.

¹³ Destina-se a manutenção do Programa de Agentes comunitários de Saúde, servindo o recurso para financiar os salários dos Agentes, bem como demais despesas decorrentes da manutenção do programa. São recebidos 13 parcelas durante o ano, sendo o incentivo adicional normalmente creditado no mês de Dezembro.



No acumulado, a arrecadação alcançou R\$ 368,14 milhões, - 6,5% (- R\$ 25,53 milhões) em relação ao mesmo período do ano passado.

O resultado é explicado pela redução do coeficiente de distribuição do FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação), quando no comparativo anual passou de 0,2955288867 em 2017 para 0,2771923483 em 2018, refletindo o processo de municipalização do ensino público.

– **OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO:** Nesta conta estão consolidadas as transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento Econômico (FNDE) - exceto as receitas do salário-educação, do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS) e demais transferências da União.

Com arrecadação de R\$ 60,05 milhões no quadrimestre, esta receita apresentou decréscimo de 54,6% (- R\$ 72,15 milhões) em relação ao mesmo período de 2017. O decréscimo reflete a redução de receita relativa à Outras Transferências Diretas do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação - FNDE e Outras Transferências da União, reflexo da entrada de recursos do Auxílio Financeiro da União no ano de 2017 e o não recebimento do mesmo em 2018.

De modo semelhante, o acumulado, com arrecadação de R\$ 97,89 milhões, apresentou variação negativa de - 44,3% (- R\$ 77,71 milhões) pelos mesmos motivos explicitados anteriormente.

- **FUNDEB:** É um fundo especial, de natureza contábil, formado por recursos provenientes dos impostos e transferências dos Estados, Distrito Federal e Municípios. São redistribuídos aos Estados e Municípios de acordo com critérios de rateio baseado no número de alunos matriculados na rede pública divulgado pelo censo escolar. A aplicação de seus recursos na educação básica é obrigatória.

O crescimento das receitas do FUNDEB no quadrimestre (11,3% / + R\$ 94,97 milhões) refere-se à composição do ICMS nas receitas do fundo que, dado seu desempenho favorável, contribuiu para que o resultado alcançasse R\$ 932,44 milhões.

No acumulado, o aumento de R\$ 133,71 milhões (+ 5,1%) no resultado é, também, derivado do aumento da receita do ICMS.

IV.II Receitas de Capital

Quadrimestre: R\$ 246,74 milhões / - 89,5%

Acumulado: R\$ 3.216,29 milhões / - 2,6%

Tabela 17

RECETA DE CAPITAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2017/2018.

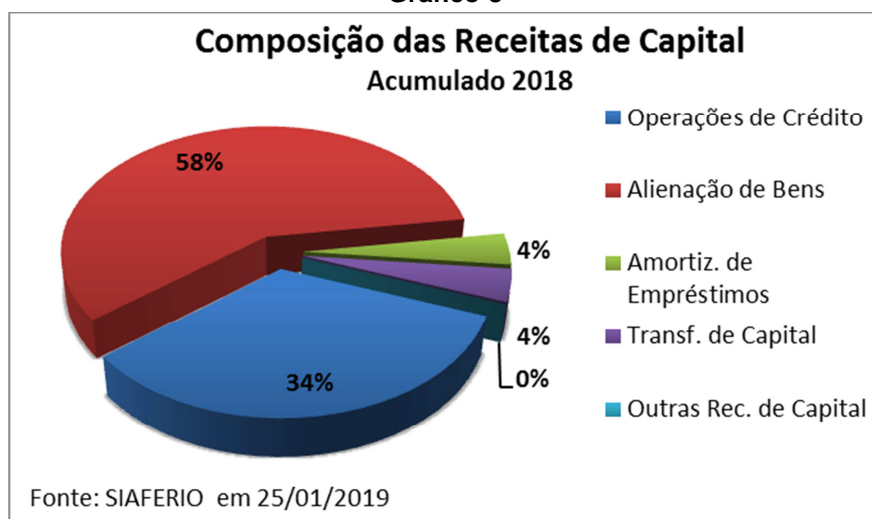
(R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO QUADRIMESTRAL (SET - DEZ)		VAR %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN - DEZ)		VAR %
	2017	2018		2017	2018	
REC. CAPITAL	2.341,39	246,74	-89,5%	3.302,67	3.216,29	-2,6%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	2.230,69	109,43	-95,1%	2.312,61	1.088,52	-52,9%
ALIENAÇÕES DE BENS	4,21	3,68	-12,7%	79,60	1.875,00	2255,6%
AMORTIZ. DE EMPRÉSTIMOS	49,74	41,64	-16,3%	212,83	124,52	-41,5%
TRANSF. DE CAPITAL	56,74	91,99	62,1%	77,51	128,26	65,5%
OUTRAS REC. DE CAPITAL	0,00	0,00	-	620,12	0,00	-100,0%

Fonte: SIAFERIO em 25/01/2019.

As Receitas de Capital apresentaram decréscimo de 89,5% (- R\$ 2.094,64 milhões) nesse quadrimestre, em relação ao mesmo período de 2017. Tal fato decorreu da redução das Operações de Crédito no montante de R\$ 2.121,26 milhões.

Gráfico 8



OPERAÇÕES DE CRÉDITO: Na Receita de Operações de Crédito, houve redução de 95,1% (- R\$ 2.121,26 milhões), justificada nas Operações de Crédito Interna em dezembro de 2017 no valor R\$ 2 bilhões relativa ao Programa de Recuperação Fiscal – PRF celebrado entre o ERJ e o Governo Federal.

A receita de alienação de bens relativa à cessão definitiva de crédito de royalties e PE no valor de R\$ 1,9 bilhão era prevista no PRF para o ano de 2017, mas ocorreu, apenas, em abril de 2018.



No resultado acumulado, do mesmo modo, observou-se redução de 52,9% (- R\$ 1.224,10 milhões) em relação ao acumulado de 2017. Esse desempenho pode ser explicado pelo mesmo motivo citado anteriormente.

ALIENAÇÕES DE BENS: A receita de alienação de bens apresentou redução de 12,7% (- R\$ 0,54 milhão) no quadrimestre.

Por outro lado, o resultado acumulado apresentou crescimento de 2.255,6% (+ R\$ 1.795,40 milhões). Neste particular, observa-se a Receita de Cessão Definitiva de Crédito de Royalties e Participação Especial, em abril de 2018.

OUTRAS REC. DE CAPITAL: No resultado acumulado de 2017 observou-se a arrecadação de R\$ 620,12 milhões decorrente de Recursos de depósitos judiciais tributários, receita que não se repetiu nesse exercício, justificando o resultado negativo de -100% apresentado na comparação de 2018 com 2017.



V. Despesas do Estado do Rio de Janeiro

V.I Despesa Total

A Tabela 18 mostra as despesas do ERJ no seu aspecto mais genérico.

Tabela 18 – Execução da Despesa Total

R\$ Milhões

EXECUÇÃO DA DESPESA TOTAL - JANEIRO A DEZEMBRO							
PODER EXECUTIVO							
ANO	TIPO	LOA	DOTAÇÃO ATUAL	CONTING.	DISPONÍVEL	EMPENHADO	LIQUIDADO
2017	DESPESA SEM INTRA	65.310	71.343	16.456	54.887	53.554	53.483
	DESPESA INTRA	3.603	6.615	248	6.367	6.365	6.364
	DESPESA TOTAL	68.913	77.957	16.704	61.254	59.919	59.847
2018	DESPESA SEM INTRA	60.643	71.197	11.893	59.304	54.405	54.266
	DESPESA INTRA	3.801	4.154	134	4.020	3.960	3.959
	DESPESA TOTAL	64.444	75.351	12.027	63.324	58.365	58.225
OUTROS PODERES							
ANO	TIPO	LOA	DOTAÇÃO ATUAL	CONTING.	DISPONÍVEL	EMPENHADO	LIQUIDADO
2017	DESPESA SEM INTRA	7.978	7.628	0	7.628	7.084	6.916
	DESPESA INTRA	818	1.019	0	1.019	963	948
	DESPESA TOTAL	8.797	8.648	0	8.648	8.047	7.864
2018	DESPESA SEM INTRA	7.669	7.787	0	7.787	7.213	7.006
	DESPESA INTRA	1.025	1.105	0	1.105	1.076	1.067
	DESPESA TOTAL	8.694	8.892	0	8.892	8.290	8.073

Fonte: SIAFE Rio / Flexvision

Obs: Dados extraídos em 18/01/2019

Inicialmente, a LOA fixou as despesas do Poder Executivo para 2018 em R\$ 64,44 bilhões. Ao fim do 3º quadrimestre, com o registro de todas as alterações no orçamento, a dotação alcançou R\$ 75,35 bilhões. Desse valor, R\$ 12,03 bilhões continuaram contingenciados (16,0%) como uma medida de controle que orienta as despesas orçamentárias de acordo com a realidade financeira.

Nesse exercício, foram empenhados R\$ 58,36 bilhões pelos órgãos que compõem a estrutura administrativa do Poder Executivo (92,2% do orçamento disponível).

Para os Demais Poderes, a despesa inicialmente fixada foi de R\$ 8,70 bilhões, atingindo R\$ 8,90 bilhões com as alterações orçamentárias. Do montante total das despesas planejadas para os órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública e Tribunal de Contas, foram empenhados R\$ 8,29 bilhões, o equivalente a 93,2% do orçamento disponível.

V.II Créditos Adicionais

Nesse ano de 2018, R\$ 11,11 bilhões foram adicionados no orçamento inicial (+15,2%).

Avaliando as alterações registradas pelos dois grupos de recursos (Recursos do Tesouro e Demais Fontes), verificou-se que o aumento da dotação inicial na Fonte Tesouro foi de R\$ 1,68 bilhão, enquanto as Demais Fontes sofreram acréscimo de R\$ 8,99 bilhões. Essas alterações que ocorrem na LOA são um mecanismo de controle para preservar a capacidade financeira do Estado, na medida em que se acompanham a realização das receitas estimadas no decorrer dos meses.

Analisando as alterações por suas respectivas Fontes de Recursos (FR), verificou-se uma expressiva expansão da FR 191 (Depósitos Judiciais Não Tributários) no valor de R\$ 1,5 bilhão, referente a superávit financeiro aberto para pagamento de precatórios. Outra fonte do Tesouro que se destacou foi a fonte 103 (Royalties para Ações de Segurança Pública e Desenvolvimento Social), fonte criada para atender às despesas do FISED - Fundo Estadual de Investimentos e Ações de Segurança Pública e Desenvolvimento Social, composta por 5% do pré-sal, e com destinação própria à segurança pública e desenvolvimento social. Enquanto nas Demais Fontes, os Recursos Próprios e do Rioprevidência (FR 230 e 231) totalizaram R\$ 8,25 bilhões, o equivalente a 91,8% do total suplementado. A Tabela 19 apresenta as alterações orçamentárias incluídas no orçamento do Estado, financiados em sua maior parte pelas demais fontes de recursos.

Num recorte por função governamental, o maior acréscimo ocorreu na função Previdência Social: R\$ 4,17 bilhões. O ajuste suplementou em R\$ 2,54 bilhões nos Encargos com Inativos da área de Segurança Pública.

A função Administração apresentou aumento de 44,0% em seu orçamento original. No tocante às ações desenvolvidas, a maior variação ocorreu em Pagamento de Precatórios Judiciais (aumento de R\$ 2,62 bilhões).

Por fim, a Função Segurança Pública também apresentou resultados a serem destacados na análise. A função registrou incremento total de R\$ 1,32 bilhão (variação de 11,5% sobre o orçamento inicial). Esse acréscimo foi alocado em Pessoal e Encargos Sociais

Tabela 19 – Alterações Orçamentárias

R\$ Milhões

ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS - JANEIRO A DEZEMBRO			
FR	LOA	CRÉDITOS ADICIONAIS	DOTAÇÃO ATUAL
TESOURO	45.799	1.684	47.484
Depósitos Judiciais Não Tributários	0	1.500	1.500
Royalties para Ações Segurança Pública	0	320	320
Demais fontes Tesouro	45.799	-135	45.664
DEMAIS FONTES	22.513	8.988	31.500
Recursos Próprios e Rioprevidência	14.245	8.251	22.496
Transferências Voluntárias	344	259	602
Demais Outras Fontes	7.924	478	8.402
TOTAL*	68.312	10.672	78.984
Despesas Intraorçamentárias	4.825	433	5.259
TESOURO	4.382	275	4.657
DEMAIS FONTES	443	158	602
TOTAL GERAL**	73.137	11.106	84.243

Fonte: SIAFE Rio / Flexvision

Obs: Dados extraídos em 18/01/2019

*Exclui CEDAE, Imprensa Oficial e despesas intra-orçamentárias

**Total Geral incluindo despesas intra-orçamentárias.

Tabela 20 – Funções

R\$ Milhões

ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS - JAN a DEZ	
PRINCIPAIS FUNÇÕES	CRÉDITOS ADICIONAIS
PREVIDÊNCIA SOCIAL	4.169
ADMINISTRAÇÃO	2.728
SEGURANÇA PÚBLICA	1.325
SUBTOTAL	8.222
OUTRAS FUNÇÕES	2.884
TOTAL	11.106

Fonte: SIAFE Rio / Flexvision

Obs: Dados extraídos em 18/01/2019

*Exclui CEDAE, Imprensa Oficial.

**INCLUI DESPESA INTRA-ORÇAMENTÁRIA.



(acréscimo de R\$ 587,11 milhões), em Pagamento de Despesas com Serviços de Utilidade Pública (crescimento de R\$ 302,22 milhões) e em Atividades Operacionais de Registro de Veículos (aumento de R\$ 221,88 milhões).

Somando-se aos créditos adicionais das demais funções, o resultado gerado foi de R\$ 11,11 bilhões neste exercício.

A Tabela 20 apresenta as principais alterações orçamentárias ocorridas nas funções contidas no orçamento.

V.III Despesas por Grupo

Este tópico analisa os gastos pela ótica da Categoria Econômica (Corrente ou Capital) e pelo Grupo de Despesa, classificações que proporcionam uma melhor visibilidade das ações executadas.

A Tabela 21 apresenta os dados apurados até o final de 2018 comparando-os com os do ano anterior.

A Categoria das Despesas Correntes, grupo que engloba as despesas de Pessoal e Encargos Sociais, Juros e Encargos da Dívida e demais despesas como custeio e atividades finalísticas, foi responsável por 96,8% (R\$ 59,31 bilhões) do total liquidado do exercício.

A Categoria das Despesas de Capital (Investimentos, Inversões Financeiras e Amortização da Dívida) executou R\$ 1,96 milhão, o equivalente a 3,2% do total liquidado pelo ERJ em 2018.

Cabe ressaltar que as despesas intraorçamentárias foram excluídas desta análise.

Nos próximos tópicos serão averiguados os gastos, as variações e as justificativas apresentado por cada grupo de despesa.

Tabela 21 – Despesas por Grupo

R\$ Milhões

CATEGORIA ECONÔMICA	GRUPO	JANEIRO A DEZEMBRO		
		2017	2018	Varição %
CORRENTE	1 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	38.722	40.539	4,7%
	1.1 - DESPESAS COM ATIVOS	19.439	21.635	11,3%
	1.1.1 - PODER EXECUTIVO	14.698	16.816	14,4%
	1.1.2 - OUTROS PODERES	4.741	4.818	1,6%
	1.2 - DESPESAS COM INATIVOS**	14.608	14.326	-1,9%
	1.2.1 - PODER EXECUTIVO	11.954	11.762	-1,6%
	1.2.2 - OUTROS PODERES	2.654	2.564	-3,4%
	1.3 - DESPESAS COM PENSIONISTAS**	4.675	4.579	-2,1%
	2 - JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	902	116	-87,1%
	3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	18.870	18.656	-1,1%
	3.1 - DESPESAS DE CUSTEIO	17.858	17.741	-0,7%
	3.1.1 - PODER EXECUTIVO	15.799	15.654	-0,9%
	3.1.2 - OUTROS PODERES	2.059	2.088	1,4%
	3.3 - TRANSFERÊNCIAS OBRIGATÓRIAS	1.012	915	-9,6%
	3.3.1 - ENC. COM A UNIÃO / ROYALTIES (EGE)	1.012	915	-9,6%
TOTAL CORRENTE		58.493	59.312	1,4%
CAPITAL	4 - INVESTIMENTOS	987	1.482	50,2%
	4.1 - PODER EXECUTIVO	885	1.384	56,4%
	4.2 - OUTROS PODERES	103	99	-3,7%
	5 - INVERSÕES FINANCEIRAS	17,64	12,43	-29,5%
	6 - AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	900	465	-48,3%
TOTAL CAPITAL		1.905	1.960	2,9%
TOTAL GERAL		60.398	61.272	1,4%

Fonte: SIAFE Rio / Flexvision

Obs: Dados extraídos em 18/01/2019

*Exclui CEDAE, Imprensa Oficial e despesas intra-orçamentárias

**A partir de 2017, Inativos e Pensionistas passaram a constar no Grupo de Despesa 1 de Pessoal.



➤ **Despesas de Pessoal**

A Tabela 22 demonstra o comportamento dos gastos realizados pelo Governo do Estado na área de pessoal no exercício de 2018. Observa-se uma execução de R\$ 40,54 bilhões liquidados, ocasionando uma variação positiva de 4,7% em relação a 2017. Em grande parte, essa variação se deu em virtude de reajustes concedidos à área de Segurança Pública, conforme Lei Nº 6.840 de 30 de junho de 2014 e Lei Nº 6.833 de 30 de junho de 2014, bem como do pagamento de horas extras pendentes de 2017 aos profissionais dessa área por meio do Regime Adicional de Serviço (RAS), do Programa Estadual de Integração na Segurança (PROEIS) e do Sistema Integrado de Metas (SIM).

Ainda assim o governo procurou manter um perfil conservador com relação aos gastos com pessoal, aludindo à importância da contenção de gastos nessa rubrica para enfrentar as restrições financeiras atuais e futuras.

Quando consideradas as despesas intraorçamentárias (R\$ 3,79 bilhões), o gasto de pessoal atinge os R\$ 44,33 bilhões em razão do aumento do percentual recolhido para as contribuições patronais, justificando o crescimento de 5,6% se comparado com 2017.

Ainda na esfera do Poder Executivo, outra área relevante foi a Educação, em razão da progressão salarial concedida aos servidores da Fundação de Apoio à Escola Técnica do Estado do Rio de Janeiro – FAETEC –, com base na Lei Nº 6.720 de 24 de março de 2014. Nas demais áreas, as despesas liquidadas somaram R\$ 10,43 bilhões.

Por fim, a despesa de pessoal realizada pelos Outros Poderes representaram 12,5% do montante liquidado: R\$ 5,07 bilhões, financiados com FR 100 (Ordinários Provenientes de Impostos).

Tabela 22 – Despesas de Pessoal

FUNÇÃO	R\$ Milhões		VARIÇÃO
	JANEIRO A DEZEMBRO		
	2017	2018	%
Previdência Social	19.327	18.948	-2,0%
Segurança Pública	6.931	7.235	4,4%
Educação	3.858	3.924	1,7%
*Demais Áreas	8.606	10.432	21,2%
Subtotal	38.722	40.539	4,7%
DESPESAS INTRAORÇAMENTÁRIAS	3.257	3.787	16,3%
TOTAL GERAL	41.979	44.327	5,6%

Fonte: SIAFE-Rio

Obs.: Dados extraídos 18/01/2019

Exclui despesas intraorçamentárias / Exclui CEDAE e Imprensa

*Em 2017 a despesa com Inativos foi reclassificada e passou a ser executada no Grupo de Pessoal e Encargos Sociais.

➤ Outras Despesas Correntes

Tradicionalmente, as despesas com custeio e pessoal consomem a maior parte dos recursos em uma administração pública. A Tabela 23 demonstra o gasto realizado pelo Governo do ERJ na manutenção dos Serviços Públicos em funcionamento, bem como a manutenção do patrimônio público.

O grupo apresentou uma despesa liquidada de R\$ 18,66 bilhões neste exercício de 2018. Comparando-se com o exercício anterior, houve uma pequena variação negativa de 1,1%, uma execução bem próxima da que foi realizada em 2017, evidenciando um perfil conservador adotado pelo governo, no sentido de otimizar o custeio da máquina pública, uma vez que o cenário financeiro ainda não é favorável.

No que se refere às atividades governamentais, a Saúde destacou-se sobre as demais áreas do governo, ainda que com uma execução menor se compararmos com 2017. Identificou-se uma relevância nas aplicações para os programas de Apoio a Entes para Ações de Saúde (R\$ 1,38 bilhão), Assistência Ambulatorial e Hospitalar (R\$1,34 bilhão) e Fomento à Expansão e à Qualificação da Atenção Básica nos Municípios (R\$ 399,81 milhões).

Em seguida a Educação, apresentou uma variação positiva de 29,1% em relação a 2017, destinando grande parte de seus recursos a: Autonomia Financeira de Unidades Escolares (R\$ 611,21 milhões), um programa que presta assistência financeira para as escolas, a fim de contribuir para a manutenção e melhoria da infraestrutura física dessas unidades; Manutenção de Unidades Educacionais e Tecnológicas (R\$ 592,90 milhões) e Nutrição Escolar (R\$ 260,62 milhões).

A Segurança Pública, sendo também uma área governamental prioritária, apresentou uma variação positiva de 29,0% nas aplicações. As maiores despesas se destinaram a Serviços de Utilidade Pública - Concessionárias (R\$ 367,26 milhões); ao Fornecimento de Alimentação aos Custodiados (R\$ 336,26 milhões) e a Manutenção Operacional dos Órgãos de Segurança (R\$ 309,94 milhões).

Tabela 23 – Custeio

FUNÇÃO	R\$ Milhões		VARIÇÃO
	JANEIRO A DEZEMBRO		
	2017	2018	%
Saúde	5.158	4.921	-4,6%
Educação	2.100	2.713	29,1%
Segurança	1.606	2.072	29,0%
Demais Despesas de CUSTEIO	3.506	4.124	17,6%
Subtotal CUSTEIO	12.371	13.830	11,8%
PREVIDÊNCIA SOCIAL	4.249	2.604	-38,7%
ENCARGOS ESPECIAIS	2.251	2.222	-1,3%
TOTAL	18.870	18.656	-1,1%

Fonte: SIAFE-Rio

Obs.: Dados extraídos 18/01/2019

Exclui despesas intraorçamentárias / Exclui CEDAE e IMPRENSA

➤ Investimentos e Inversões Financeiras

Em 2018, o Estado do Rio de Janeiro investiu R\$ 1,49 bilhão, uma variação positiva de 48,8%, em relação ao montante investido em 2017 (R\$ 1 bilhão).

A Tabela 24 demonstra as funções governamentais que mais se destacaram em 2018. Dentro dessas funções, houve uma elevação nos gastos com Execução de Obras e Veículos Ferroviários (R\$ 855,05 milhões).

Os principais projetos foram:

- Intervenções em Saneamento Ambiental – R\$ 299,36 milhões;
- Implantação de Projetos de Infraestrutura – R\$ 187,11 milhões;
- Melhoria na Infraestrutura dos Corpos Hídricos - R\$ 153,70 milhões;

Melhoria no Sistema de Transporte Ferroviário – R\$ 100,81 milhões.

Tabela 24 – Investimentos e Inversões Financeiras

FUNÇÃO	R\$ Milhões		Variação %
	JANEIRO A DEZEMBRO 2017	2018	
17 - Saneamento	416.887.754	347.033.065	-16,8%
15 - Urbanismo	27.783.754	260.806.258	838,7%
18 - Gestão Ambiental	89.798.388	216.120.011	140,7%
06 - Segurança Pública	14.884.284	154.458.240	937,7%
12 - Educação	74.405.598	107.423.176	44,4%
SUBTOTAL	623.759.777	1.085.840.751	74,1%
DEMAIS AÇÕES	381.145.244	408.969.437	7,3%
TOTAL GERAL	1.004.905.021	1.494.810.188	48,8%

Fonte: SIAFE-Rio

Obs.: Dados extraídos 18/01/2019

Exclui despesas intraorçamentárias / Exclui CEDAE e IMPRENSA



V.IV - Cumprimento das despesas vinculadas aos índices constitucionais e legais: Educação, Saúde, FAPERJ¹⁴, FECAM¹⁵, FEHIS¹⁶ e FISED

A Tabela 25 ao lado, apresenta os percentuais verificados pelos índices constitucionais e legais com base na arrecadação da receita e a liquidação das despesas acumuladas de 2017 e 2018.

O acompanhamento ao longo do ano e a divulgação de tais resultados por meio deste Boletim de Transparência tem a finalidade de balizar a gestão orçamentária e financeira adequada ao cumprimento dos percentuais.

A apuração dos índices leva em consideração as receitas e despesas previstas pela respectiva legislação: para os Índices de Educação e Saúde são contabilizados os recursos provenientes da arrecadação de impostos e de transferências recebidas pelo Estado e as despesas por eles financiados; para o Índice da FAPERJ a receita base são os recursos líquidos de impostos (deduzida a transferência aos municípios) subtraídos dos montantes equivalentes à aplicação em Educação e Saúde; para o FECAM, a aplicação mínima em gastos com meio ambiente é igual a 5% dos recursos de royalties oriundos da exploração dos campos de pós-sal, mais um percentual do pré-sal, que foi de 10% no exercício de 2017 e passou a ser de 5% em 2018 após a criação do FISED; para o FEHIS, o mínimo equivale a 10% dos recursos provenientes do Fundo de Estadual de Combate à Pobreza e às Desigualdades Sociais – FECP, receita tributária que incide adicionalmente ao ICMS; e por fim, o FISED, fundo criado em 2017 para aplicação em programas na área de segurança pública e desenvolvimento social, composto por 5% dos recursos do pré sal a partir de janeiro de 2018, equivalente a R\$ 319,80 milhões conforme dotação atualizada do final do exercício.

Tabela 25 – Execução dos Índices Constitucionais

R\$ Milhares

EXECUÇÃO ÍNDICES CONSTITUCIONAIS			
PERÍODO	2017	2018	Variação %
EDUCAÇÃO			
RECEITA BASE	37.756.791	41.918.297	11,0%
DESPESA LIQUIDADADA	9.216.383	10.444.731	13,3%
(+) UO's	3.376.284	4.126.005	22,2%
(+) FUNDEB	5.840.099	6.546.896	12,1%
(-) Restos a Pagar Cancelados	-	195	-
(-) Despesas Custeadas com Recursos Vinculados à Parcela do Percentual Mínimo que não foi Aplicada em MDE em Exercícios Anteriores	-	227.975	-
MÍNIMO A SER APLICADO (25%)	9.439.198	10.479.574	11,0%
% ÍNDICE	24,4%	24,9%	0,5%
SAÚDE			
RECEITA BASE	37.756.690	41.918.249	11,0%
DESPESA LIQUIDADADA	4.612.357	5.095.917	10,5%
MÍNIMO A SER APLICADO (12%)	4.530.803	5.030.190	11,0%
% ÍNDICE	12,2%	12,2%	-0,1%
FAPERJ			
RECEITA BASE	22.588.708	25.002.632	
DRE (30% - EC 93/2016)	6.776.612	7.500.790	10,7%
BASE CÁLCULO	15.812.095	17.501.843	
DESPESA LIQUIDADADA	318.159	347.861	9,3%
MÍNIMO A SER APLICADO (2%)	316.242	350.037	10,7%
% ÍNDICE	2,0%	2,0%	0,0%
FECAM			
RECEITA BASE	7.155.497	12.745.194	
Pós-sal	4.762.109	3.469.407	
Pré-sal	2.393.388	9.275.787	78,1%
DRE (30% - EC 93/2016)	2.146.649	3.823.558	
BASE CÁLCULO	5.008.848	8.921.636	
DESPESA LIQUIDADADA	400.996	465.151	16,0%
(-) RP Cancelado	758	3.127	312,7%
MÍNIMO A SER APLICADO	233.948	312.257	33,5%
% ÍNDICE	18,6%	12,1%	-6,6%
FEHIS			
RECEITA BASE	4.601.634	4.742.628	
DRE (30% - EC 93/2016)	1.380.490	1.422.788	3,1%
BASE CÁLCULO	3.221.144	3.319.839	
DESPESA LIQUIDADADA	47.903	53.090	10,8%
MÍNIMO A SER APLICADO (10%)	460.163	474.263	3,1%
% ÍNDICE	1,5%	1,6%	7,5%
FISED			
RECEITA BASE	-	9.275.787	
DRE (30% - EC 93/2016)	-	2.782.736	-
BASE CÁLCULO	-	6.493.051	
DESPESA LIQUIDADADA	-	123.948	-
MÍNIMO A SER APLICADO	-	250.000	-
% ÍNDICE	-	1,9%	-

Fonte: SIAFE Rio / Flexvision

Dados extraídos do Flexvision no dia 06/02/2019.

¹⁴ FAPERJ- Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro

¹⁵ FECAM- Fundo Estadual de Conservação Ambiental

¹⁶ FEHIS- Fundo Estadual de Habitação de Interesse Social

As Receitas (Bases de Cálculo) dos Índices Constitucionais apresentaram crescimento em relação ao mesmo período do ano passado, consequência da melhora na arrecadação dos principais tributos estaduais.

A Tabela 25 mostra execução dos índices e os respectivos percentuais alcançados em comparação com o exercício anterior. O FISED só apresentou aplicação a partir de 2018 devido à data de sua criação. Por esse motivo, ainda não há nenhum comparativo com o ano anterior.

A seguir, os gastos correspondentes aos índices serão tratados detalhadamente, de forma a esclarecer como o Estado está aplicando obrigatoriamente tais recursos.

➤ Educação

A despesa liquidada na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino alcançou R\$ 10,44 bilhões, um aumento de R\$ 13,3% (+R\$ 1,23 bilhão). O índice da Educação atingiu 24,9% contabilizando a aplicação até dezembro de 2018. Apesar da elevação dos gastos, o índice não foi cumprido integralmente (25,0%) devido à dedução do valor de R\$ 222,97 milhões das despesas custeadas com os recursos vinculados, referentes à parcela do percentual mínimo que não foi aplicada na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino em 2017.

Analisando a aplicação dos recursos por grupo de despesa, a Tabela 26, demonstra que a despesa de pessoal liquidada apresentou uma variação positiva de 3,9% (equivalente a +R\$ 181,62 milhões). O Grupo de pessoal é financiado em parte com recursos do Tesouro e a maior parcela é custeada com recursos do FUNDEB (FR 215), recurso responsável pelo pagamento quase integral da folha de pessoal da SEEDUC. Os recursos com fonte Tesouro neste grupo totalizaram R\$ 2,38 bilhões.

O grupo de Outras Despesas Correntes, quando comparado ao total apurado em 2017, apresentou uma variação positiva de 41,5% (+R\$ 565,10 milhões). A fonte Tesouro contribuiu com R\$ 1,68 bilhão e, deste montante, a SEEDUC destinou R\$ 784,75 milhões para o

Tabela 26 – Aplicação do Índice Educação por Grupo de Despesa

Em R\$ Milhares

GRUPO DE DESPESA	APLICAÇÃO NO ÍNDICE			
	JANEIRO A DEZEMBRO		Variação %	Participação em 2018
	2017	2018		
Pessoal	4.630.952	4.812.573	3,9%	46,1%
FR TESOURO	2.231.816	2.384.473	6,8%	
FUNDEB (retorno)	2.399.136	2.428.100	1,2%	
Outras Desp. Correntes	1.360.323	1.925.424	41,5%	18,4%
FR TESOURO	1.129.472	1.680.343	48,8%	
FUNDEB (retorno)	230.851	245.012	6,1%	
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA		69		
Investimento/Inversões	14.988.953	61.373.589	309,5%	0,6%
FR TESOURO	14.988.953	61.119.637		
FUNDEB (retorno)	-	253.952		
Amortização da Dívida	6.968	-		
SUB TOTAL	6.006.271	6.799.370	13,2%	65,1%
FUNDEB (Perda Líquida)	3.241.198	3.873.531	19,5%	37,1%
(-) Restos a Pagar Cancelado	-	195		0,0%
(-) Aplicação Financeira FUND	31.086	-	-100,0%	
(-) Despesas Custeadas com Recursos Vinculados à	-	227.975		2,2%
TOTAL GERAL**	9.216.383	10.444.731	13,3%	100,0%

Fonte: SIAFE-RIO FLEXVISION

Obs: Dados extraídos em 18/01/2019

*A participação do Custeio e do FUNDEB foi calculada com base no Total Geral



custeio, seguida de R\$ 502,41 milhões da FAETEC com a finalidade de atender a manutenção e a autonomia financeira das unidades.

Para evitar descontinuidade na qualidade dos serviços prestados, boa parte das despesas de custeio das atividades da SEEDUC está sendo financiada com recursos da FR 105 (Salário Educação), cujos gastos não são contabilizados no índice.

A Tabela 27 permite demonstrar a distribuição da despesa do índice por unidades orçamentárias do ERJ.

Tabela 27 – Distribuição do Índice por UO

Em R\$

DISTRIBUIÇÃO DO ÍNDICE POR UO				
UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS*	ATÉ O 3º QUADRIMESTRE		Variação %	Participação em 2018
	2017	2018		
SEEDUC - Secretaria de Estado de Educação	1.292.032.455	1.503.968.573	16,4%	14,4%
DEGASE - Depart.Geral Ações Socio-Educat.	207.294.651	232.335.057	12,1%	2,2%
UERJ - Fundação Universidade do Estado do RJ	993.280.560	1.110.916.995	11,8%	10,6%
FAETEC - Fund de Apoio à Escola Técnica do Est do RJ	676.786.249	1.046.942.351	54,7%	10,0%
UENF - Fund Univ Est Norte Fluminense Darcy Ribeiro	156.688.941	172.060.552	9,8%	1,6%
CECERJ - Fund Centro Ciên Educ Sup Distân do Est RJ	32.073.976	39.124.265	22,0%	0,4%
UEZO - Fund Centro Univers Estad da Zona Oeste	18.126.979	20.656.852	14,0%	0,2%
Total das Unidades Orçamentárias*	3.376.283.811	4.126.004.645	22,2%	39,5%
FUNDEB**	5.871.185.201	6.546.896.498	11,5%	62,7%
(-) Restos a Pagar Cancelado	-	195.113		0,0%
(-) Aplicação Financeira FUNDEB	31.086.419	-	-100,0%	0,0%
(-) Despesas Custeadas com Recursos Vinculados à Parcela do Percentual Mínimo que não foi Aplicada em MDE em Exercícios Anteriores	-	227.974.595		2,2%
TOTAL DO ÍNDICE	9.216.382.592	10.444.731.434	13,3%	100,0%

Fonte: SIAFE-RIO FLEXVISION

Obs: Dados extraídos em 18/01/2019

* A participação de cada unidade orçamentária foi calculada com base no valor apurado em Total das Unidades Orçamentárias.

** Contribuição do FUNDEB (retorno mais perda líquida)

O somatório das despesas desembolsadas apresenta uma variação positiva de 13,3% (+R\$ 1,23 bilhão).

- A Secretaria de Estado de Educação (SEEDUC), em 2018, atendeu 657.439 alunos em 1.231 unidades escolares, aplicando R\$ 1,50 bilhão (+R\$ 211,94 milhões). Desse montante, R\$ 718,41 milhões foram alocados em gastos com pessoal, incluindo décimo 13º salário e férias, e R\$ 784,75 milhões foram no custeio da secretaria, com a execução de despesas com pagamento de concessionárias (R\$ 120,08 milhões), de vale-transporte (R\$ 41,82 milhões) e de transferências através das descentralizações (R\$ 554,53 milhões), dando o suporte necessário às unidades escolares.

- A Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) registrou neste exercício uma participação de 10,6%, a segunda maior participação na execução do índice. Houve um aumento de R\$ 117,64 milhões (+11,8%) frente a 2017. De R\$ 1,11 bilhão desembolsado, foram alocados R\$ 794,43 milhões em pessoal e R\$ 265,95 milhões em despesas de custeio. Neste último grupo de despesa, foi relevante o valor desembolsado pela UERJ, de R\$ 84,23 milhões, nos auxílios e serviços prestados para os estudantes, e os R\$ 181,72 milhões restantes foram inerentes às despesas de custeio relacionadas ao funcionamento da Universidade.
- A Fundação de Apoio à Escola Técnica do Estado do Rio de Janeiro teve participação de 10,0% do total liquidado até o final deste exercício. A FAETEC liquidou R\$ 1,05 bilhão, uma variação de 54,7% (+R\$ 370,16 milhões). A Fundação aplicou R\$ 541,09 milhões na folha de pessoal e o restante em custeio (R\$ 502,41 milhões). Deste montante, R\$ 413,98 milhões foram direcionados para atender toda a rede da FAETEC (CETEP - CVT- ETE - FAETERJ).

➤ Educação – Demais Fontes de Recursos

Do montante de R\$ 738,48 milhões executados na FR 225, R\$ 346,52 milhões foram direcionados para despesas de pessoal decorrentes de contrato de terceirização e R\$ 220,96 milhões para a Gestão de Serviços de Saúde (custeio das OS's); dentre outras despesas menores.

A Função Educação conta com outras fontes de financiamento que são responsáveis por montante significativo da despesa dentro da área. A Tabela 28 apresenta a destinação dos recursos não provenientes do Tesouro na Função Educação (Demais Fontes de Recursos). No ano de 2018, a despesa total liquidada foi de R\$ 538,04 milhões, com variação registrada de 7,3% (+R\$ 36,55 milhões).

O Salário Educação (FR 105) é uma contribuição social destinada exclusivamente a ações de desenvolvimento da educação básica. Em 2018 representou a maior participação dos recursos não provenientes do Tesouro dentro da função (60,6%), apesar de ter apresentado um pequeno decréscimo de 1,7% (-R\$ 5,60 milhões). Até o terceiro

Tabela 28 – Demais Fontes de Recursos

FUNÇÃO EDUCAÇÃO					Em R\$
FR - FONTES NÃO TESOURO	ATÉ O 3º QUADRIMESTRE		Variação %	Participação em 2018	
	2017	2018			
SALÁRIO EDUCAÇÃO (FR 105)	331.390.948	325.793.272	-1,7%	60,6%	
TRANSF. VOLUNT. DA UNIÃO NÃO REFERENTES CONVÊNIOS (FR 224)	88.594.979	110.510.434	24,7%	20,5%	
RECURSOS PRÓPRIOS (FR 230)	32.270.830	34.960.429	8,3%	6,5%	
SUS (FR 225)	27.559.489	30.946.613	12,3%	5,8%	
CONVÊNIOS (FR 212)	21.678.159	35.830.004	65,3%	6,7%	
TOTAL	501.494.405	538.040.752	7,3%	100,0%	

Fonte: SIAFE-RIO FLEXVISION

Obs: Dados extraídos em 18/01/2019

1. Exclui despesas intra-orçamentárias, CEPERJ e FAPERJ

quadrimestre, do montante aplicado (R\$ 325,79 milhões), a SEEDUC alocou R\$ 202,49 milhões na Oferta de Nutrição Escolar com o preparo e distribuição de alimentos, e R\$ 146,28 milhões no regime de desembolso descentralizado para atender as unidades escolares. Outra ação relevante atendida por este recurso foi o Transporte Escolar, com aplicação de R\$ 23,25 milhões. O restante foi consumido por despesas inerentes ao custeio relacionadas ao funcionamento das escolas, serviços operacionais de apoio à limpeza, serviços administrativos e as descentralizações para atender a manutenção.

As despesas liquidadas por meio das Transferências Legais recebidas da União (FR 224) apresentaram variação positiva de 24,7% (+R\$ 21,91 milhões) e totalizaram R\$ 110,51 milhões em 2018. A Secretaria de Educação executou R\$ 94,77 milhões, aplicando R\$ 54,65 milhões no Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE –, receita oriunda do FNDE, que atingiu R\$ 58,10 milhões.

A Secretaria de Educação, em cumprimento à Lei Nº 13.415 de 16/02/2017, que instituiu a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral em conjunto com a Portaria do MEC nº 727 de 2017, começou a fazer o processo de seleção atingindo inicialmente 36 unidades escolares. Em 2018, a despesa realizada de R\$ 595,21 mil foi utilizada em custeio e investimento para atender as necessidades iniciais do programa. Em 2019, a Secretaria de Estado pretende implementar em mais 70 escolas com ênfase em Empreendedorismo em tempo integral.

A FAETEC alocou R\$ 15,74 milhões no pagamento de manutenção da rede, nas bolsas-auxílio de professores e aos alunos do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - PRONATEC.

Os recursos diretamente arrecadados (FR 230) liquidaram montante de R\$ 34,96 milhões, dos quais R\$ 32,15 milhões foram gastos no custeio e investimento da UERJ. A CECIERJ investiu R\$ 2,75 milhões na operacionalização do curso superior à distância, na aplicação, correção e revisão do vestibular CEDERJ e no fortalecimento da educação básica do CEJA.

O repasse do SUS (FR 225) aplicou neste ano R\$ 30,95 milhões, uma variação de 12,3% (+R\$ 3,39 milhões em relação a 2017). A UERJ direcionou os gastos basicamente à operacionalização do Hospital Universitário Pedro Ernesto, atendendo ao custeio e a

aquisição de aparelhos e utensílios médico-odontológico, laboratorial e hospitalar.

➤ **Saúde**

No exercício de 2018, a aplicação de recursos em ações direcionadas à Rede de Saúde Pública do ERJ foi positiva em 10,5% em relação ao ano passado. Ao compararmos com o exercício de 2017, observamos uma aplicação superior em R\$ 483,56 milhões, conforme demonstrado na Tabela 29:

Tabela 29 – Aplicação do Índice por Grupo de Despesa

Em R\$

APLICAÇÃO DO ÍNDICE POR GD				
GRUPO DE DESPESA	JAN a DEZ		Variação %	Participação em 2018
	2017	2018		
Pessoal	746.586.997	785.039.636	5,2%	15,4%
Outras Desp. Correntes	3.861.142.673	4.295.043.151	11,2%	84,3%
Investimentos / Inversões	4.627.767	15.834.463	242,2%	0,3%
TOTAL	4.612.357.437	5.095.917.250	10,5%	100,0%

Fonte: SIAFE RIO/FLEXVISION

Obs: Dados extraídos em 18/01/2019.

O grupo de despesa de Outras Despesas Correntes participou com 84,3% na execução do índice com aplicações em Ações e Serviços Públicos de Saúde. A análise das principais ações desenvolvidas nesse grupo em 2018 será abordada abaixo conforme as destinações finais mais expressivas, em ordem decrescente:

1 - Apoio a Entes para Ações de Saúde: despesa realizada de R\$ 1,38 bilhão, sendo R\$ R\$ 1,37 bilhão referente ao repasse de recursos financeiros para Fundos Municipais de Saúde.

2 - Assistência Ambulatorial e Hospitalar: investiu-se R\$ 1,11 bilhão, dos quais R\$ 681,52 milhões são referentes às despesas de pessoal decorrentes de contrato de terceirização e R\$ 339,74 milhões foram direcionados para a Gestão de Serviços de Saúde (custeio das OS's). Os valores referentes às despesas com pessoal e ao custeio supracitados foram distribuídos nos Hospitais conforme a Tabela 30, totalizando R\$ 1,02 bilhão.

3- Fomento à Expansão e à Qualificação da Atenção Básica nos Municípios: despesa realizada de R\$ 399,81 milhões, referente a repasses de recursos financeiros para os Fundos Municipais de

Tabela 30 – Repasse para OS's

Em Milhões
R\$

REPASSE PARA AS OS's -2018		
UNIDADES COM GESTÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE	LOCALIZAÇÃO	JANEIRO ATÉ DEZEMBRO
HOSPITAL DA MULHER HELENEIDA STUDART	SÃO JOÃO DE MERITI	95,94
HOSPITAL ESTADUAL CARLOS CHAGAS	MARECHAL HERMES	11,70
HOSPITAL ESTADUAL DA CRIANÇA	VILA VALQUEIRE	74,31
HOSPITAL ESTADUAL ADÃO PEREIRA NUNES	DUQUE DE CAXIAS	181,20
HOSPITAL ESTADUAL GETÚLIO VARGAS	PENHA	127,59
HOSPITAL DE TRAUMATOLOGIA E ORTOPEDIA DONA LINDU	PARAÍBA DO SUL	6,00
HOSPITAL ESTADUAL AZEVEDO LIMA	NITERÓI	133,70
HOSPITAL ROBERTO CHABO e HOSPITAL ESTADUAL N.Sra. NAZARETH	ARARUAMA E SAQUAREMA	94,76
HOSPITAL DE TRAUMATOLOGIA E ORTOPEDIA DA BAIXADA FLUMINENSE VEREADOR MELCHIADES CALAZANS	NILÓPOLIS	6,39
HOSPITAL ESTADUAL DA MÃE	MESQUITA	37,29
HOSPITAL REGIONAL MÉDIO PARAÍBA DRA. ZILDA ARNS NEUMANN.	VOLTA REDONDA	24,75
INSTITUTO ESTADUAL DO CÉREBRO PAULO NIEMEYER	CENTRO RJ	58,09
HOSPITAL ESTADUAL ALBERTO TORRES HEJBC e UPA SÃO GONÇALO I	SÃO GONÇALO	225,33
INSTITUTO ESTADUAL DO CÉREBRO PAULO NIEMEYER E HEANCH	CENTRO RJ	,67
CANCELAMENTO EM DIVERSOS HOSPITAIS		-56,46
TOTAL REPASSADO		1.021,26

Fonte: SIAFE RIO/FLEXVISION

Obs: Dados extraídos em 18/01/2019.



Saúde, visando o Fomento da Atenção Básica nos Municípios, conforme demonstrado na Tabela 31.

4- Execução do Contrato de Gestão – FES: houve uma aplicação de R\$ 360,10 milhões. Nesse programa de trabalho são executadas as despesas da Fundação Saúde com seus postos de assistência médica e com outras unidades da Secretaria de Estado de Saúde, incluindo as despesas com pessoal, despesas obrigatórias e de custeio.

No grupo Investimento/Inversões foram liquidados R\$ 15,83 milhões em 2018. Foi constatada neste grupo uma expressiva variação de 242,2% em relação ao ano anterior. Do montante liquidado, R\$ 15,48 milhões foram para construção, reforma e aparelhamento de unidades de saúde, sendo R\$ 10,62 milhões de custo de investimentos para terceiros e R\$ 4,0 milhões para aparelhos e utensílios médico-odontológico, laboratorial e hospitalar.

Já no grupo de Despesa referente às despesas de Pessoal, houve uma variação de positiva de 5,2% (+R\$ 38,45 milhões) em relação ao ano passado. Neste ponto, é importante ressaltar que recentemente houve migração dos valores executados em pessoal da Fundação Saúde, do grupo de despesa de Pessoal para o grupo de despesa de Outras Despesas Correntes, fruto de modificação na classificação dos gastos por determinação do TCE/RJ.

Há de se destacar também que, a partir do segundo quadrimestre de 2017, novas determinações do TCE/RJ acarretaram alterações na metodologia de cálculo do índice da saúde. O modelo calculado nesse boletim está em consonância com os relatórios oficiais da LRF. Assim sendo, o FES (Fundo Estadual de Saúde) é a única Unidade Orçamentária da Função Saúde que contabilizará para a aplicação das Ações e Serviços Públicos de Saúde do índice. Com isso, a Unidade Orçamentária da Fundação Saúde está sendo inteiramente executada em um programa de trabalho no FES, dentro do grupo de despesa de Outras Despesas Correntes (Ação nº 2911).

Além dos recursos do Tesouro, a Função Saúde também é financiada com recursos de Outras Fontes, não contabilizados para fins de apuração do Índice Constitucional. A Tabela 32 abaixo discrimina o detalhamento da execução de tais fontes.

Tabela 31 – Repasse para Fundos Municipais de Saúde, visando o Fomento da Atenção Básica nos Municípios

Em R\$

REPASSE PARA FUNDOS MUNICIPAIS DE SAÚDE - 2018	
METROPOLITANA	220.376.636
NORTE	32.449.989
SERRANA	35.307.045
MÉDIO PARAÍBA	33.169.777
BAÍA DA ILHA GRANDE	10.297.998
BAIXADA LITORANEA	29.477.829
NOROESTE	10.264.477
CENTRO SUL	14.308.165
REGIÕES NÃO ESPECIFICADAS	14.163.153
TOTAL REPASSADO	399.815.070

Fonte: SIAFE RIO/FLEXVISION

Obs: Dados extraídos em 18/01/2019.

Tabela 32 – Distribuição da Função Saúde nas Fontes Não Tesouro

Em R\$

FUNÇÃO SAÚDE				
FR - FONTES NÃO TESOURO	JAN a DEZ		Variação %	Participação em 2018
	2017	2018		
RECURSOS PRÓPRIOS (FR 230)	133.503.940	89.424.439	-33%	7,4%
TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS (FR 212)	8.011.470	6.701.501	-16,4%	0,6%
CONTRATOS INTRAORÇAMENTÁRIOS GESTÃO DE SAÚDE (FR 223)	295.246.005	367.892.588	25%	30,6%
SUS (FR 225)	813.441.483	738.484.491	-9%	61,4%
TOTAL	1.250.202.898	1.202.503.018	-3,8%	100,0%

Fonte: SIAFE RIO/FLEXVISION

Obs: Dados extraídos em 18/01/2019.

1. Exclui despesas intra-orçamentárias

No exercício de 2018, as despesas do Sistema Único de Saúde (SUS - FR 225) foram o grande destaque de aplicação na Função Saúde com recursos Não Tesouro, correspondendo a 61,4%. Entretanto, houve um decréscimo de 9% (-R\$ 74,96 milhões) em relação ao ano de 2017.

➤ FAPERJ

A Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do ERJ (FAPERJ), órgão executor das ações na área de Ciência e Tecnologia, executou R\$ 347,86 milhões em 2018, valor 9,3% superior ao exercício de 2017. A despesa liquidada pela Fundação representou 2,0% da receita base do índice (conforme Tabela 25 no início desse capítulo). A Tabela 33 demonstra a execução do índice nas principais ações do ano.

A maior parte da despesa foi para o programa de Apoio a Estudantes e Pesquisadores, com R\$ 120,11 milhões, uma variação positiva de 9,6% no ano (+R\$ 10,56 milhões), destinado à concessão de auxílio financeiro a estudantes e pesquisadores.

A segunda maior despesa neste exercício foi implementada no Fomento à Inovação Tecnológica, com uma variação a maior de 30% (+R\$18,61 milhões). Essa ação é destinada a atender profissional de nível médio e superior com experiências em atividades de desenvolvimento tecnológico no Estado do Rio de Janeiro.

A FAPERJ ainda custeou R\$ 28,50 milhões (variação de 128,8% em relação ao ano anterior) com auxílios financeiros a bolsistas e pesquisadores no programa de Fomento para Estudos e Pesquisas da UERJ, concentrando os bolsistas no Programa Nacional de

**Tabela 33 – Execução Orçamentária
Fonte Tesouro FAPERJ**

Em R\$

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA			
FONTE TESOURO			
PROJETO/ATIVIDADE	JAN a DEZ		Variação %
	2017	2018	
Apoio a Estudantes e Pesquisadores	109.554.325	120.115.306	9,6%
Fomento à Inovação Tecnológica	60.396.595	79.012.156	30,8%
Desenvolvimento de Estudos e Pesquisas através da FAPERJ	110.741.780	74.537.448	-32,7%
Fomento para Estudos e Pesquisas da UERJ	12.454.600	28.502.008	128,8%
Fomento à Formação Superior à Distância - CECIERJ	16.861.809	21.162.579	25,5%
Fomento para Estudos e Pesquisas da UENF	12.024.464	14.484.981	20,5%
Pessoal e Encargos Sociais	7.021.058	7.046.216	0,4%
Fomento ao Desenvol. da Tecnologia da Informação do PRODERJ	-	4.164.874	
Manut Ativid Operacionais / Administrativas	742.640	1.113.623	50,0%
Apoio à Pesquisa na Administração Pública Estadual	1.543.687	834.648	-45,9%
Pagamento de Despesas com Serviços de Utilidade Pública	622.021	73.890	-88,1%
Interiorização do Acesso à Graduação Tecnológica	92.198	-	-100,0%
Despesas Obrigatórias de caráter Primário	500	25.612	5022,4%
SUBTOTAL	332.055.678	351.073.340	5,7%
(-) Restos a Pagar Processados Cancelados	13.896.594	3.212.640	-77%
Valor Total Destinado à Aplicação na FAPERJ	318.159.084	347.860.701	9,3%

Fonte: SIAFE-RIO FLEXVISION

Obs: Dados extraídos em 18/01/2018

Acesso ao Ensino Tecnológico – PROATEC.

A Fundação CECIERJ executou o programa de Fomento à Formação Superior à Distância com R\$ 21,16 milhões. Os recursos atenderam aos auxílios financeiros de incentivo à docência, tutoria, pré-vestibular social e cursos de graduação à distância.

Conforme demonstrado na Tabela 34, as despesas cobertas pelas Outras Fontes apresentaram um pequeno decréscimo de R\$ 114,78 mil em relação ao ano de 2017. O total aplicado (R\$ 730,34 mil) se refere à devolução de saldos de convênio FR 212.

➤ FECAM

O Fundo Estadual de Conservação Ambiental e Desenvolvimento Urbano (FECAM), responsável pela gestão de projetos de investimento direcionados para o setor de meio ambiente do ERJ, conta, a partir de norma estadual, com 5% dos recursos provenientes da indenização pela extração do petróleo e gás do ERJ e com 5% dos recursos, quando provenientes da camada do pré-sal.

Em 2018, a soma das despesas liquidadas no contexto do FECAM foi de R\$ 462,02 milhões, custeadas com recursos da fonte 104 (Compensações Financeiras pela Exploração de Petróleo).

As ações realizadas em 2018, por meio dos recursos do Fundo, estão descritas na Tabela 35 abaixo. Nela são apresentados os projetos desenvolvidos, assim como o órgão responsável pela execução e os valores empenhados até o momento.

A ação com maior expressividade no período foi a 3977 - Intervenções em Saneamento Ambiental, um gasto de R\$ 298,99 milhões, representando 64,7% do total liquidado no ano em questão. Foi seguida das ações de Melhoria da infraestrutura Hidráulica dos Corpos Hídricos/FECAM e das Cidades Sustentáveis, cujos montantes liquidados foram, respectivamente, R\$ 147,02 milhões e R\$ 10,08 milhões.

**Tabela 34 – Execução Orçamentária
Outras Fontes FAPERJ**

EM R\$

OUTRAS FONTES			
PROJETO/ATIVIDADE	JAN A DEZ		Variação %
	2017	2018	
Desenvolvimento de Estudos e Pesquisas através da FAPERJ	682.937	728.541,77	6,7%
Apoio a Estudantes e Pesquisadores	600	1.800	200,0%
Fomento à Inovação Tecnológica	161.590	-	-100,0%
Total Geral	845.126	730.342	-13,6%

Fonte: SIAFE-RIO FLEXVISION

Obs.: Dados extraídos em 18/01/2018

Tabela 35 - Índice FECAM

Em R\$		
ÓRGÃO EXECUTOR	AÇÃO/INVESTIMENTO	Total
CEDAE	3977 - Intervenções em Saneamento Ambiental / Fecam	26.971.821
SEA	3979 - Cidades Sustentáveis	1.358.767
	3977 - Intervenções em Saneamento Ambiental / Fecam	23.078.974
INEA	3979 - Cidades Sustentáveis	8.719.894
	3977 - Intervenções em Saneamento Ambiental / Fecam	241.395.456
	3978 - Melhoria da infraestrutura Hidráulica dos Corpos Hídricos/FECAM	147.016.177
	5452 - Desenvolvimento dos Instrumentos de Gestão Ambiental	49.547
SEA PROG.SANEAMENT O AMBIENTAL BAIA GUANABARA	5452 - Desenvolvimento dos Instrumentos de Gestão Ambiental	188.347
	3977 - Intervenções em Saneamento Ambiental - FECAM	7.546.990
OUTRAS AÇÕES		8.824.932
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS CANCELADOS		-3.127.286
Total Geral		462.023.619

Fonte: SIAFE Rio / Flexvision

Obs: Dados extraídos em 18/01/2019

➤ FEHIS

O Fundo Estadual de Habitação e de Interesse Social (FEHIS) é financiado com 10% dos recursos oriundos do Fundo Estadual de Combate à Pobreza (FECF – FR 122), aplicada na área de habitação. Neste ano de 2018, o Fundo apresentou um comprometimento de R\$ 53,09 milhões, conforme demonstrado na Tabela 36.

Tabela 36 - FEHIS

Em R\$		
ÓRGÃO EXECUTOR	AÇÃO / INVESTIMENTOS	JANEIRO A DEZEMBRO
SEOBAS	Apoio à Urbanização de Comunidades	14.505.119
	Realocação de Moradores de Áreas de Risco e Insalubres	4.800
TOTAL		14.509.919
ITERJ	Regularização Fundiária de Interesse Social	283.713
	Cooperação Técnico-Financeira BNDES/ITERJ - Contrapartida	202.760
TOTAL		486.473
CEHAB	Recuperação de Conjuntos Habitacionais	525.731
SEASDH	Concessão de Aluguel Social	37.231.027
Demais Despesas		336.387
TOTAL GERAL		53.089.539

Fonte: SIAFE-Rio

Obs.: Dados extraídos 18/01/2019



A concessão de aluguéis sociais, financiada pela SEASDH, foi a principal destinação dos recursos do Fundo (R\$ 37,23 milhões). Seguidamente, tivemos a SEOBRAS alocando recursos para Urbanização de Comunidades e Realocação de Moradores de Áreas de Risco (R\$ 14,51 milhões).

➤ **FISED**

O Fundo Estadual de Investimento e Ações de Segurança Pública e Desenvolvimento Social (FISED), criado no final de 2017 por norma estadual, com o objetivo de apoiar programas e projetos na área de segurança pública, de prevenção à violência e de desenvolvimento social que sejam a eles associados, contou, a partir de janeiro de 2018, com 5% dos recursos provenientes da camada do pré-sal, equivalendo à R\$ 319,80 milhões conforme dotação atualizada de 2018.

Nesse exercício de 2018, o Fundo apresentou uma aplicação de R\$ 123,95 milhões, conforme demonstrado na Tabela 37.

Tabela 37 - FISED

Em R\$

AÇÃO / INVESTIMENTOS	ATÉ O 3º QUADRIMESTRE
5576 - APOIO A PROGR E PROJ SEGURANÇA PÚBLICA-FISED	10.486.970
5577 - APOIO A PROGR E PROJ POLÍCIA MILITAR - FISED	33.570.596
5578 - APOIO A PROGR E PROJ DA POLÍCIA CIVIL - FISED	12.975.744
5579 - APOIO A PROGR E PROJ DE ASSIST SOCIAL - FISED	63.454.484
5586 - APOIO A PROGRAMAS E PROJETOS DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA - FISED	3.459.818
Total Geral	123.947.612

Fonte: SIAFE - RIO

Dados extraídos dia 18/01/2019.

Importante salientar que o dispositivo legal do fundo prevê a destinação anual de pelo menos 25% dos recursos disponíveis para a área de desenvolvimento social, relacionada a esses programas de segurança pública. Dessa forma, os programas e projetos de Assistência Social aplicaram R\$ 63,45 milhões.



No detalhamento das aplicações, o outro destaque foi para programas da Polícia Militar, R\$ 33,57 milhões, sendo R\$ 31,37 milhões destinados às gratificações de policiais.

VI – ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA

VI.1 Cota Financeira

Sendo o pagamento de folha do funcionalismo público o objetivo prioritário do governo estadual, a evolução da liberação das cotas financeiras para o pagamento das obrigações relativas a custeio e investimento foram bastante impactadas.

As cotas liberadas no terceiro quadrimestre de 2018 representaram 58,9% das despesas liquidadas e desse total, 51,9% foram utilizadas. As despesas pagas representaram 87,8% das cotas utilizadas.

Com relação às Programações de Desembolso (PD), as áreas prioritárias de educação e segurança consumiram 80,0% e 77,4% das cotas liberadas, respectivamente, conforme demonstrado na Tabela 39.

O Tesouro Estadual pagou o equivalente a 87,8% das PDs emitidas, no quadrimestre.

Tabela 38

ACOMPANHAMENTO DOS GASTOS ATÉ DEZEMBRO DE 2018			
R\$ milhões			
DESPESA LIQUIDADADA (A)	COTA FINANCEIRA LIBERADA (B)	COTA FINANCEIRA UTILIZADA (C)	DESPESA PAGA (D)
9.022	10.233	5.316	4.667
(B)/(A)	(C)/(A)	(C)/(B)	(D)/(C)
113,4%	58,9%	51,9%	87,8%

Fonte: SIAFE-RIO

Tabela 39

ACOMPANHAMENTO DOS GASTOS ATÉ DEZEMBRO DE 2018 POR ÁREAS				
R\$ MLHÕES				
ÁREAS	DESPESA LIQUIDADADA (A)	COTA FINANCEIRA LIBERADA (B)	COTA FINANCEIRA UTILIZADA (C)	DESPESA PAGA (D)
EDUCAÇÃO	882	900	720	382
SAÚDE	4.296	4.498	1.875	1.827
SEGURANÇA	983	1.166	903	725
ASSISTÊNCIA SOCIAL	45	73	45	44
DEMAIS ÁREAS	2.816	3.597	1.773	1.688
TOTAL GERAL	9.022	10.234	5.316	4.666

Fonte: SIAFE-RIO

Obs: Posição acumulada até DEZ/2018

ÁREAS	(B)/(A)	(C)/(A)	(C)/(B)	(D)/(C)
EDUCAÇÃO	102,0%	81,6%	80,0%	53,1%
SAÚDE	104,7%	43,6%	41,7%	97,4%
SEGURANÇA	118,6%	91,9%	77,4%	80,3%
ASSISTÊNCIA SOCIAL	162,2%	100,0%	61,6%	97,8%
DEMAIS ÁREAS	127,7%	63,0%	49,3%	95,2%
TOTAL GERAL	113,4%	58,9%	51,9%	87,8%

Fonte: SIAFE-RIO

Obs: Posição acumulada até DEZ/2018

VI.2 Pagamento de PD's

O prazo médio de pagamento no terceiro quadrimestre foi de 12 dias. Grande parte dos pagamentos, cerca de 91,2%, ocorreu em até 20 dias. Os pagamentos de 21 até 30 dias representaram 5,4% do total e acima de 30 dias, 3,4%.

VI.3 Adimplemento de concessionárias e prestadores de Serviços Públicos

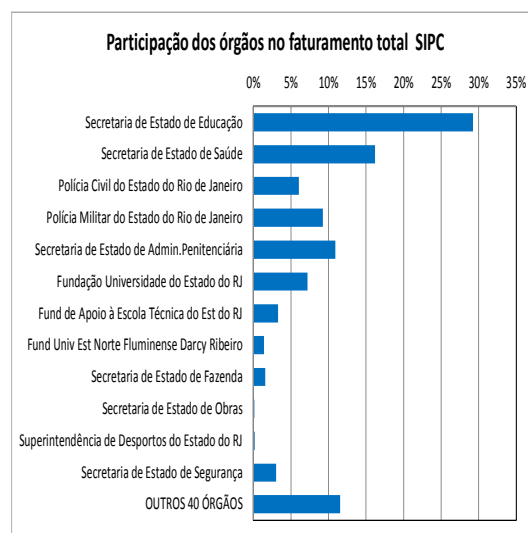
Uma medida que colabora para a eficiência na conciliação das despesas com serviços públicos e celeridade dos pagamentos é o emprego do Sistema Integrado de Pagamento de Concessionárias – SIPC. Este sistema, implantado com a finalidade de centralizar os procedimentos de execução orçamentária e financeira das despesas efetuadas pelos entes estaduais com serviços públicos essenciais, abarca atualmente 19 concessionárias.

Para equilibrar as contas estaduais e garantir os serviços essenciais para os órgãos, em 01/08/2018, a Alerj autorizou o Poder Executivo, através da Lei nº 8.058/2018, alterada parcialmente pela lei 8.080/2018 de 28 de agosto de 2018, a realizar a Compensação de dívidas líquidas e certas do Estado do Rio de Janeiro, referente ao período de 01/06/2017 a 31/07/2018, com concessionárias ou autorizatárias e fornecedoras de combustíveis por conta da prestação de serviço público de telecomunicações, de fornecimento de energia elétrica, de fornecimento de gás canalizado e combustíveis ao Estado do Rio de Janeiro, com créditos tributários devidos relativos ao ICMS, na forma do previsto nos artigos 170 e 170-A do Código Tributário Nacional e no artigo 190 do Código Tributário do Estado do Rio de Janeiro.

Considerando o faturamento de 2018, através do SIPC, foram registrados R\$ 408,44 milhões referentes ao faturamento acumulado de serviços essenciais. Desse montante, incluindo a regularização de dívidas com a compensação realizada com créditos tributários e o parcelamento celebrado com a CEDAE, foram quitados R\$ 228,5 milhões, ou seja, 55,5 % do total devido.

Na área de comunicação, o Estado utiliza vários serviços, como telefonia fixa, telefonia móvel, transmissão de dados e transmissão de dados wireless

Gráfico 9



No tocante aos serviços de telefonia fixa, os quais são prestados pela Oi/Telemar, observa-se que de janeiro a dezembro de 2018 a média do faturamento foi de R\$ 782,61 mil.

Quanto aos serviços de telefonia móvel, ressalta-se que os serviços de mobilidade e conectividade foram migrados para a concessionária CLARO S/A, que passou a integrar ao Sistema Integrado de Pagamentos de Concessionárias – SIPC, conforme Resolução SEFAZ nº 293 de 10 de agosto de 2018.

Em relação aos serviços de transmissão de dados e wireless, a Oi/Telemar (empresa que presta esses serviços ao Estado) aderiu ao SIPC para quitação das faturas por meio de descentralização. Nesse passo, após a implementação das rotinas necessárias, o faturamento abarcado pelo SIPC em 2018 somou R\$ 96,68 milhões.

Na área de distribuição de água e esgoto, em 2018, foram faturados R\$ 156,10 milhões com este tipo de serviço. Vale observar que só a CEDAE compreende cerca de 65,26 % deste total.

VI.4 Requisições Judiciais de Pagamento

Precatórios

Desde 2016, marcos importantes foram fixados para o pagamento de precatórios no Estado do Rio de Janeiro. São eles:

- Emenda Constitucional nº 94, de 15 de dezembro de 2016, que alterou artigo 100 da Constituição Federal e acrescentou os artigos 101 a 105 no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT, instituindo, inclusive, Regime Especial de Pagamento de Precatórios, com prazo de pagamento até final do exercício de 2020.
- Lei nº 7.781, de 10 de novembro de 2017, que permitiu o cancelamento de pagamento de precatórios depositados e não sacados, em prazo superior a 3 anos, para utilização de mesmo volume de recursos em pagamentos de novos precatórios.

- Compromisso firmado entre Governo do Estado e Tribunal de Justiça para repasse mensal de R\$ 87,85 milhões, a partir de janeiro de 2018, inclusive com recursos oriundos do Fundo de Participação dos Estados - FPE, para pagamento de novos precatórios estaduais, à luz da EC 94/2016.
- Emenda Constitucional nº 99, de 14 de dezembro de 2017, que alterou o prazo do Regime Especial de Pagamento de Precatórios para quitação do estoque de precatórios até o exercício de 2024.

Nos termos da Emenda Constitucional nº 94/2016 e da Lei nº 7.781/2017, em 5 de dezembro de 2017, o Estado repassou ao Tribunal de Justiça o montante de R\$ 1,14 bilhão para pagamentos de precatórios estaduais, correspondente à parcela anual devida no Regime Especial de Pagamento de Precatórios.

Dos recursos transferidos ao Tribunal de Justiça em 2017, R\$ 12,51 milhões foram utilizados para pagamento de precatórios ainda no exercício de 2017. Nos três quadrimestres de 2018, consumiu-se o montante de R\$ 996,55 milhões, restando do volume repassado em 2017 ainda R\$ 130,34 milhões para pagamento de precatórios.

Como o Estado solicitou o enquadramento à EC 99/2017, houve redução do repasse mensal de R\$ 87,85 milhões para R\$ 60,55 milhões no âmbito do compromisso firmado com o Tribunal de Justiça. A partir desse montante, o volume anual resultaria em R\$ 726,57 milhões.

No total, os repasses mensais ao Tribunal de Justiça somaram R\$ 768,38 milhões nos três quadrimestres de 2018. Ou seja, o Estado transferiu ao Tribunal de Justiça quantia superior àquela devida para quitação do passivo de precatórios.

Dessa forma, encontra-se disponível ao Tribunal de Justiça para pagamento de precatórios estaduais o volume de R\$ 898,72 milhões, dos quais R\$ 130,34 milhões referem-se aos recursos transferidos ao Tribunal de Justiça em 2017 e R\$ 768,38 milhões referem-se aos repasses mensais efetuados ao longo de 2018.

Tabela 40

Em milhões de reais

Lei nº 7.781/2017		
Repasse Anual		
3º Q 2017	1.139,41	(+)
Pagamento de Precatórios		
3º Q 2017	12,51	
1º Q 2018	759,71	
2º Q 2018	107,98	
3º Q 2018	128,86	
Total	1.009,06	(-)
Saldo a Pagar		
3º Q 2017	130,34	(=)

Acordo entre ERJ e TJ-RJ		
Repasses Mensais		
EC 94/2016	87,85	
EC 99/2017	60,55	
Total de Repasses Mensais		
1º Q 2018	163,48	
2º Q 2018	299,78	
3º Q 2018	305,12	
Total	768,38	(+)

Fonte: SEFAZ e TJ-RJ



Importante informar que o Estado do Rio de Janeiro está adimplente perante ao regime especial de pagamento de precatórios, a vigorar até o exercício de 2024.

A gestão dos recursos destinados aos pagamentos de precatórios é feita pelo Tribunal de Justiça, que rateia os recursos com o Tribunal Regional do Trabalho (TRT) e Tribunal Regional Federal (TRF), e posteriormente informa à Secretaria de Estado de Fazenda os pagamentos realizados para contabilização do pagamento e baixa da obrigação nas contas patrimoniais do Estado.

Requisições de Pequeno Valor – RPV

Requisição de Pequeno Valor é a obrigação judicial para pagamento de valores de até 20 salários mínimos, salvo exceções previstas na Lei Estadual nº 7.507, de 29 dezembro de 2016, oriunda de condenação judicial transitada em julgado contra o Estado do Rio de Janeiro.

No 3º quadrimestre de 2018, não foram depositadas requisições de pequeno valor pelo Tesouro Estadual.

Até dezembro de 2018, o Tesouro Estadual tinha acumulado passivo de RPVs no valor de R\$ 310,95 milhões, que foi liquidado e inscrito em RPP para pagamento no exercício de 2019.

Salienta-se que essas obrigações judiciais, por terem prazo de 60 dias para cumprimento, estão sujeitas a sequestros em contas do Estado, o que gera transtornos pela dificuldade de conciliação das contas e pela necessidade urgente de recompor contas de terceiros, como de convênios e de operações de crédito.

Ressalta-se que o dispêndio direcionado ao adimplemento dessas obrigações não é definido pelo Estado, dado que essas requisições judiciais de pagamento, por seu valor de até 20 vezes o salário mínimo, estabelecido pela Lei 7.507, de 29 de dezembro de 2016, possuem rito de pagamento diferenciado, conforme § 3º, do art. 100, da Constituição Federal¹⁷.

¹⁷ O §3º, do art. 100, da Constituição Federal, dispõe o seguinte: “O disposto no caput deste artigo, relativamente à expedição de precatórios, não se aplica aos pagamentos de obrigações definidas em leis como de pequeno valor que as Fazendas referidas devam fazer em virtude de sentença judicial transitada em julgado”.

VI.5 Evolução da Dívida Financeira do Estado do Rio de Janeiro e de seu Dispendio com a Dívida Pública

O Tesouro Estadual desembolsou, no 3º quadrimestre de 2018, R\$ 196,04 milhões com o serviço da dívida¹⁸, inferior em 18% ao valor pago no mesmo período do anterior.

Esta variação foi influenciada pela adesão, por parte do Estado do Rio de Janeiro, ao Regime de Recuperação Fiscal, em 5 de setembro de 2017, de acordo com a Lei Complementar nº 159, de 19 de maio de 2017.

De acordo com o artigo 9º da LC 159/2017, a União concederá redução extraordinária integral das prestações relativas aos contratos de dívidas administrados pela Secretaria do Tesouro Nacional, por prazo igual ou inferior ao estabelecido para a vigência do Regime de Recuperação Fiscal. Neste caso, o Plano de Recuperação do Estado foi aprovado com a previsão de redução extraordinária das dívidas devidas pelo prazo de 3 anos.

Adicionalmente, o Estado não está sendo executado, pela União, em relação ao inadimplimento em operações de crédito com o sistema financeiro e instituições multilaterais, garantidas pela União¹⁹.

Gráfico 10

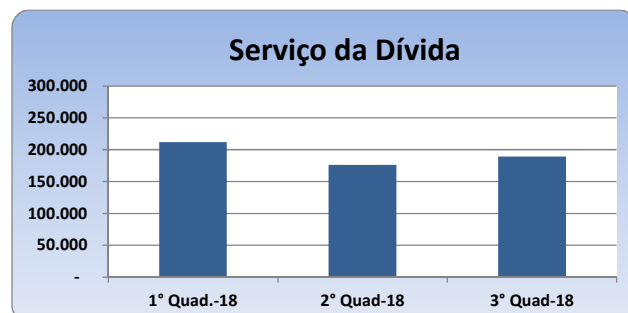


Tabela 41

R\$ mil

Dispendio com a Dívida Pública (Adm. Dir. + Adm. Ind. Honradas)							
	2º Quad. 2018			3º Quad. 2018			Δ % do total
	Principal	Encargos	Total	Principal	Encargos	Total	
ADM. DIRETA	140.488	31.586	172.074	146.698	42.828	189.526	10,14%
INTERNA	140.488	31.586	172.074	146.698	42.828	189.526	10,14%
EXTERNA	-	-	-	-	-	-	-
ADM. INDIRETA HONRADA	2.941	1.225	4.166	3.054	3.460	6.514	56,35%
TOTAL	143.429	32.811	176.240	149.751	46.288	196.040	11,23%

¹⁸ Serviço da Dívida pago com as fontes do Tesouro Estadual.

¹⁹ No artigo 17º, da Lei Complementar nº 159, de 19 de maio de 2017, é previsto que durante a vigência do Regime de Recuperação Fiscal, na hipótese de inandimplência em operações de crédito com o sistema financeiros e instituições multilaterais, garantidas pela União e contratadas em data anterior à homologação do pedido de adesão ao Regime de Recuperação Fiscal, fica a União impedida de executar as contragarantias ofertadas.

Em 2018, os pagamentos do Estado com a dívida da Administração Direta totalizaram R\$ 568,64 milhões. Desse total, R\$ 15,42 milhões (2,7% do total) representaram pagamentos da dívida intralimite, com redução de R\$ 769,97 milhões em relação a 2017, em função da vigência do art. 9º da LC 159/2017.

Os pagamentos da dívida extralimite apresentaram redução de 44,2% em relação ao exercício anterior, influenciada pelo impacto do texto do art. 17º da LC 159/2017.

Além disso, no ano de 2018, o pagamento da dívida da Administração Indireta Honrada com recursos do Tesouro Estadual²⁰ alcançou R\$ 15,55 milhões, 70,0% superior em relação ao exercício de 2017²¹. O aumento ocorreu devido à inclusão de novos parcelamentos da Administração Indireta, com a Receita Federal e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, na Dívida do Estado.

Tabela 42

R\$ mil

Dispêndio com a Dívida Pública (Adm.Dir. + Adm.Ind.Honradas)							
	2017			2018			Δ % do total no ano
	Principal	Encargos	Total	Principal	Encargos	Total	
ADM. DIRETA	882.721	893.865	1.776.586	455.712	112.931	568.643	-67,99%
INTRALIMITE	403.970	381.425	785.395	10.026	5.398	15.424	-98,04%
EXTRALIMITE	478.751	512.440	991.191	445.685	107.534	553.219	-44,19%
INTERNA	329.834	437.001	766.835	445.685	107.534	553.219	-27,86%
EXTERNA	148.917	75.439	224.356	-	-	-	-100,00%
ADM. INDIRETA HONRADA	5.685	3.465	9.150	10.285	5.267	15.552	69,97%
TOTAL	888.406	897.330	1.785.736	465.996	118.199	584.195	-67,29%

²⁰ A Administração indireta honrada com recursos do Tesouro Estadual é formada pelas entidades que não têm recursos próprios para honrar suas dívidas. As demais entidades, como CODERTE, por possuírem fontes de receitas próprias, não são citadas no quadro do serviço da dívida.

²¹ Em 2017, a dívida da Administração Indireta das entidades que não possuem recursos próprios não foi totalmente honrada pelo Tesouro Estadual.

Dívida Financeira x Receita Líquida Real

No 3º quadrimestre de 2018, o estoque da Dívida Financeira alcançou R\$ 151,48 bilhões, 1,2% maior que no quadrimestre anterior. A variação foi decorrente do ingresso de recursos de operações de crédito contratadas em exercícios anteriores, que se encontram em fase de desembolso, pela atualização dos saldos devedores²², conforme cláusulas contratuais específicas e incorporação de juros e encargos não honrados devido à vigência do Regime de Recuperação Fiscal.

O estoque da dívida interna cresceu 12,4%, quando comparado ao mês de dezembro de 2017. Parte desse aumento é justificado pela inclusão, no estoque, do saldo das contas gráficas previstas nos artigos 9º e 17º da Lei Complementar nº 159, de 19 de maio de 2017, conforme apresentado na Tabela 42.

Gráfico 11

Composição Por Índices de Correção

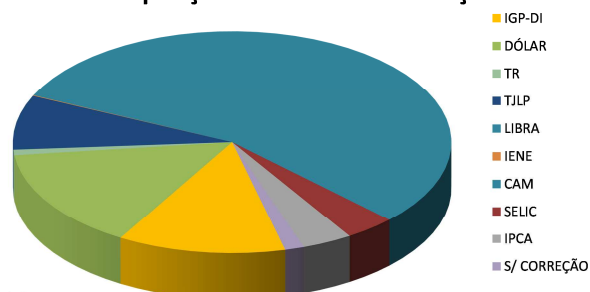


Tabela 43

R\$ mil

DÍVIDA FINANCEIRA X RECEITA LÍQUIDA REAL					
	dez/17	ago/18	dez/18	Δ % no ano	Δ % no Quad.
DÍVIDA FUNDADA TOTAL	134.829.280	149.710.321	151.481.368	12,35%	1,18%
INTERNA	122.811.229	135.091.142	138.045.031	12,40%	2,19%
STN	98.225.238	107.899.812	112.292.330	14,32%	4,07%
BNDES	7.519.391	7.348.412	7.248.179	-3,61%	-1,36%
B. BRASIL	9.962.681	11.809.600	10.737.608	7,78%	-9,08%
CAIXA	1.945.844	1.885.912	1.840.681	-5,40%	-2,40%
CREDIT SUISSE	1.178.373	1.178.373	1.175.516	-0,24%	-0,24%
BNP PARIBAS	2.006.236	3.157.886	3.094.160	54,23%	-2,02%
SRF	1.477.446	1.359.564	1.230.991	-16,68%	-9,46%
MUNICÍPIOS DO E.R.J.	496.020	451.583	425.565	-14,20%	-5,76%
EXTERNA	11.811.456	14.386.612	13.211.030	11,85%	-8,17%
BID	922.573	1.010.731	878.932	-4,73%	-13,04%
BIRD	7.919.289	9.839.588	9.184.374	15,97%	-6,66%
CAF	1.584.608	1.876.127	1.659.765	4,74%	-11,53%
AFD	1.305.006	1.590.591	1.452.178	11,28%	-8,70%
JBIC	75.004	63.387	29.993	-60,01%	-52,68%
Mobiliária	4.976	6.187	5.789	16,33%	-6,45%
ADM INDIRETA - CUSTEADA (F.TESOURO)	206.595	232.567	225.307	9,06%	-3,12%
DÍVIDA FINANCEIRA	134.829.280	149.710.321	151.481.368	12,35%	1,18%
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	50.194.045	55.885.749	58.290.778	16,13%	4,30%
RELAÇÃO DÍVIDA FINANCEIRA / RCL	2,69	2,68	2,60	-3,26%	-2,99%

Valores a preços correntes.

²² O contrato de Assunção de Dívidas do BERJ, segundo maior contrato do Estado, é corrigido pelo IGP-DI do mês anterior, o qual no 3º quadrimestre fechou em 1,3% (IGP-DI de set/18 a dez/18) e nos últimos 12 meses (de jan/18 a dez/18) em 7,1%.



Tabela 44

R\$ mil

MOVIMENTAÇÃO DAS CONTAS GRÁFICAS					
Exercício	Transferido Contratos Com União	Transferido Contratos Com Outros Entes	Juros e Encargos União	Juros e Encargos Outros Entes	Saldo
dez/17	9.115.115	2.969.220	152.462	48.722	12.285.519
dez/18	6.114.617	3.999.782	1.103.610	706.769	24.210.298
TOTAL	15.229.732	6.969.002	1.256.072	755.491	

O estoque da dívida externa, que corresponde a 8,7% do total da dívida financeira, encerrou o 3º quadrimestre de 2018 com saldo de R\$ 13,21 bilhões, ou seja, 11,8% superior ao final de 2017, consequência da desvalorização do real frente ao dólar²³.

O saldo devedor da dívida da Administração Indireta fechou o exercício de 2018 em R\$ 225,30 milhões, com aumento de 9,1% em relação ao saldo verificado no 3º quadrimestre de 2017. O aumento ocorreu devido à adesão, pelo Estado, aos parcelamentos com a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e Secretaria da Receita Federal, de acordo com as Leis nº 13.485, de 02 de outubro de 2017, e nº 13.496, de 24 de outubro de 2017.

Tabela 45

COMPOSIÇÃO DO ESTOQUE POR FAIXAS DE TAXA DE JUROS			
R\$ mil			
Prefixado			
Taxa de Juros (%)	Estoque	Estoque/ Subtotal	Estoque/ Total
0 - 2	1.116.892	0,92%	0,74%
2,1 - 4	157.688	0,13%	0,10%
4,1 - 6	107.325.747	88,07%	70,85%
acima de 6,1	13.261.276	10,88%	8,75%
Subtotal	121.861.603	100,00%	80,45%
Pósfixado			
Taxa de Juros (%)	Estoque	Estoque/ Subtotal	Estoque/ Total
0 - 2	7.847.342	26,49%	5,18%
2,1 - 4	6.856.740	23,15%	4,53%
4,1 - 6	13.015.683	43,94%	8,59%
acima de 6,1	1.900.000	6,41%	1,25%
Subtotal	29.619.765	100,00%	19,55%
Total	151.481.368		100,00%

²³ A cotação do dólar (US\$) no dia 31 de dezembro de 2018 foi de 3,8748. Ou seja, 17,1% superior a cotação do dia 31 de dezembro de 2017 que foi de 3,3080.

Perfil da Dívida Financeira

A parcela pré-fixada da Dívida Financeira representou 80,5% do estoque. Desse montante, 88,07% está vinculado a taxas de juros fixadas entre 4,1% e 6,0%. A taxa média geral dos contratos é de 4,49%.

No tocante ao cálculo do total do serviço a pagar até 2043, os vencimentos de curto prazo²⁴ representam 0,001% e, desse percentual, 0,32% está exposto a taxas variáveis. A porcentagem é justificada pela aplicação da suspensão dos pagamentos dos contratos com a União e garantidos pela União prevista no RRF.

O Gráfico 12 apresenta a relação entre o serviço a pagar, vinculado às taxas variáveis e fixas. Vale ressaltar que os custos variáveis, em média, são de 12,2%, alcançando seu máximo no ano de 2021. O Gráfico 13 apresenta o serviço a pagar por natureza da operação. Verifica-se que, mesmo com a contratação de novas operações de crédito, interna e externa, ao longo dos exercícios, a União continua sendo a maior credora do Estado.

Em relação ao prazo médio de amortização²⁵ e ao prazo médio de repactuação²⁶, estes atingiram 16,0 anos e 14,3 anos, respectivamente.

Gráfico 12

RELAÇÃO ENTRE SERVIÇO FIXO E VARIÁVEL

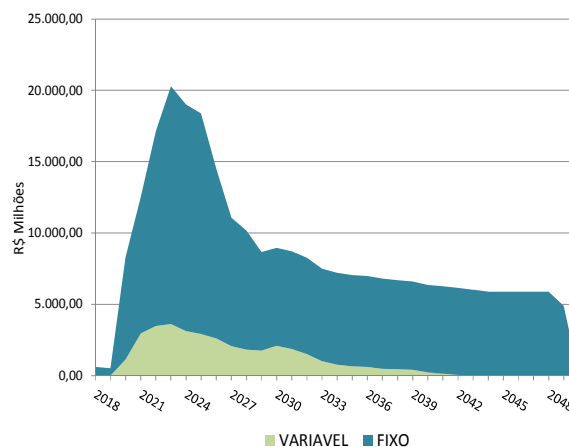
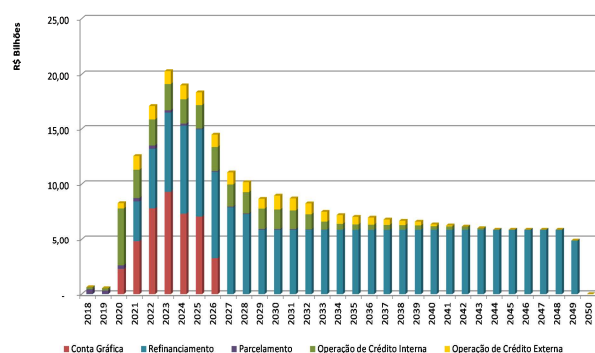


Gráfico 13



²⁴ Dívidas vencidas até o exercício seguinte.

²⁵ Prazo médio de Amortização – Período médio ponderado entre o bimestre e as amortizações vencidas (excluindo as contas gráficas no Regime de Recuperação Fiscal).

²⁶ Prazo médio de Repactuação de Taxas – Período médio ponderado entre o bimestre e as amortizações vencidas, considerando o prazo de repactuação das taxas flutuantes (pós-fixadas) (excluindo as contas gráficas no Regime de Recuperação Fiscal).

**Análise de Sensibilidade Por Variável Chave**

A análise de sensibilidade tem por objetivo mensurar as mudanças no serviço e estoque da dívida pública, dada uma oscilação em variáveis chaves, tais como taxas de câmbio e taxas de juros.

Tabela 46

CENÁRIO ATUAL			CENÁRIO OTIMISTA			CENÁRIO PESSIMISTA		
R\$ mil			R\$ mil			R\$ mil		
Índices	%	ESTOQUE	Índices	%	ESTOQUE	Índices	%	ESTOQUE
IGP-DI	12,94%	20.951.979,71	IGP-DI	12,62%	20.167.096,77	IGP-DI	13,30%	21.874.764,42
CAM	56,78%	91.933.243,30	CAM	56,69%	90.598.228,52	CAM	56,89%	93.583.435,34
DÓLAR	18,65%	30.191.030,43	DÓLAR	18,89%	30.191.030,43	DÓLAR	18,35%	30.191.030,43
TR	0,71%	1.155.516,34	TR	0,72%	1.155.516,34	TR	0,70%	1.155.516,34
TJLP	5,21%	8.429.039,40	TJLP	5,27%	8.429.039,40	TJLP	5,12%	8.429.039,40
LIBRA	0,00%	5.827,97	LIBRA	0,00%	5.827,97	LIBRA	0,00%	5.827,97
IENE	0,08%	133.686,66	IENE	0,08%	133.686,66	IENE	0,08%	133.686,66
SELIC	2,08%	3.375.481,75	SELIC	2,11%	3.375.481,75	SELIC	2,05%	3.375.481,75
IPCA	2,24%	3.629.745,72	IPCA	2,27%	3.629.745,72	IPCA	2,21%	3.629.745,72
S/ CORREÇÃO	1,31%	2.114.207,47	S/ CORREÇÃO	1,32%	2.114.207,47	S/ CORREÇÃO	1,29%	2.114.207,47
TOTAL	100,00%	161.919.759	TOTAL	100,00%	159.799.861	TOTAL	100,00%	164.492.736

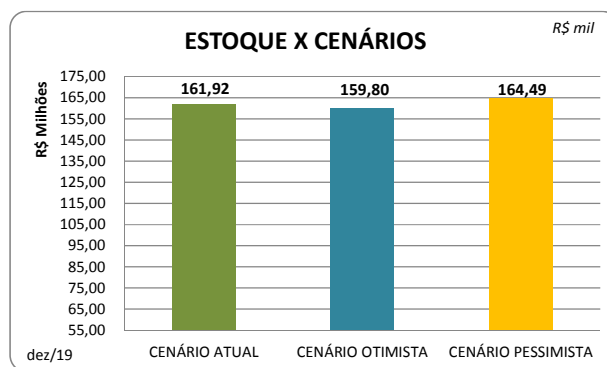
dez/19

dez/19

dez/19

Coeficiente de Atualização Monetária – CAM

A partir da série histórica de 5,0 anos do coeficiente de atualização divulgado pela STN²⁷, utilizando o cálculo de duas vezes o desvio padrão para se chegar a um intervalo de 95% de confiança, foram construídos os cenários otimista e pessimista com variação acumulada de 1,6%a.a. e 5,1%a.a., respectivamente. Considerando os possíveis cenários de variação da projeção do CAM, gera-se diferença na dívida atrelada a esse índice, em valores absolutos, entre o cenário otimista e pessimista de aproximadamente R\$ 2,9 bilhões, equivalente a 0,2% na participação total na dívida. Passando de 56,69% no cenário otimista para 56,89% no cenário pessimista.

Gráfico 14

²⁷ A LC nº 148/2014, alterou o indexador do contrato de refinanciamento firmado no âmbito da Lei nº 9.496/97.

A partir de 1º de janeiro de 2013, deverão ser aplicados, juros debitados mensalmente à taxa nominal de 4% ao ano e atualização monetária calculada pelo IPCA limitados à taxa SELIC. Para fins da limitação será comparada mensalmente a variação acumulada do IPCA, acrescida de juros nominais de 4% ao ano, com a variação acumulada da taxa Selic. A Secretaria do Tesouro Nacional divulga, mensalmente, no site seu eletrônico, o coeficiente de atualização monetária – CAM.



IGP-DI

A partir da série histórica de 10 anos do IGP-DI, utilizando o cálculo de duas vezes o desvio padrão para se chegar a um intervalo de 95% de confiança, foram construídos os cenários otimista e pessimista com variação acumulada de -0,6%a.a. e 9,0%a.a., respectivamente. Considerando os possíveis cenários de variação da projeção do IGP-DI, ocorre uma diferença na dívida atrelada a esse índice, em valores absolutos, entre o cenário otimista e pessimista de aproximadamente R\$ 1,71 bilhão, equivalente a 0,68% na participação total na dívida. Passando de 12,62% no cenário otimista para 13,30% no cenário pessimista.

Quando observada a composição total da dívida por índices, nota-se uma variação absoluta de R\$ 4,7 bilhões entre o cenário otimista e pessimista e, em valores relativos de 2,9%.

Moeda Estrangeira

No período de 12 meses, o estoque da dívida atrelado ao dólar norte-americano passou de R\$ 21,97 bilhões para 22,55 bilhões e de 17,9% para 14,6 %, no total da composição da dívida. A queda percentual deu-se em consequência da inclusão dos saldos não pagos, em conta gráfica a pagar, à União, alterando o perfil da dívida de externa para dívida interna diminuindo o percentual de participação na dívida total apesar do aumento em valor absoluto.

A Tabela 47 demonstra o quanto varia o estoque da dívida no período de 12 meses, em função de uma oscilação de dez pontos percentuais (10%), nas variáveis chaves.

Tabela 47

R\$ mil			
Variável Chave	Variação	Estoque	%
MOEDA ESTRANGEIRA			
Dólar Americano	+10%	+2.419.522,74	+1,628
Iene Japonês	+10%	+9.981,54	+0,007

Analisando-se o estoque ao final dos próximos 12 meses observa-se que um aumento de 10%, no dólar norte-americano e no iene



japonês, gera um aumento de no máximo 1,6 % e 0,01% em relação ao estoque vinculado a essas moedas, respectivamente.

Receita de Operações de Crédito

Foram liberados ao longo do ano R\$ 1,09 bilhões de receita oriunda de operações de créditos:

Desembolsos pertinentes aos Contratos Firmados em Exercícios Anteriores

- R\$ 900,00 milhões referentes à Antecipação da Receita da CEDAE (recursos provenientes do BNP - PARIBAS);
- R\$ 102,40 milhões destinados ao Programa Estadual de Transportes II Adicional – PET II Adic. (recursos provenientes do BIRD);
- R\$ 85,793 milhões destinados ao Financiamento Adicional ao Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável em Microbacias Hidrográficas (recursos provenientes do BIRD);e
- R\$ 322,00 mil destinados ao Programa Saneamento para Todos (recursos provenientes da CAIXA).

Tabela 48

Cronograma de Liberações

Operações Contratadas, Autorizadas e em Tramitação na STN e no Senado Federal

Data: 31/12/2018

R\$ mil

	2018		2019/24
	Liberado (¹)	a Liberar (²)	a Liberar (²)
1. Operações de Crédito Contratadas	1.088.515	-	2.547.321
Operações contratadas com o Sistema Financeiro Nacional	900.322	-	646.604
1. SANEAMENTO PARA TODOS I - CAIXA	322	-	248.599
2. CONTRAPARTIDA PAC - CAIXA	-	-	20.040
3. PROGRAMA SANEAMENTO P TODOS II - CAIXA	-	-	314.404
4. PROCOI - CAIXA	-	-	63.561
5. ANTECIP. CEDAE - BNP	900.000	-	-
Demais	188.194	-	1.900.716
6. PET II - BIRD	-	-	26.688
7. PRODETUR - BID	-	-	89.714
8. PSAM - BID	-	-	1.357.370
9. PET II Adicional - BIRD	102.405	-	390.204
10. RIO RURAL ADICINAL FA - BIRD	85.788	-	36.740
2. Operações de Crédito a Contratar Incluídas no PRF	-	-	3.308.724
Total	1.088.515	-	5.856.045

Fonte: SOC - Sistema de Operações de Crédito, 2018.

(1) Valores realizados em 2018, a preços correntes

(2) Contém o valor total a ser liberado das operações de crédito contratadas, a preços de DEZ/2018

Tabela 49

Liberações ocorridas dos Contratos em Fase de Desembolso

Data: 31.12.2018

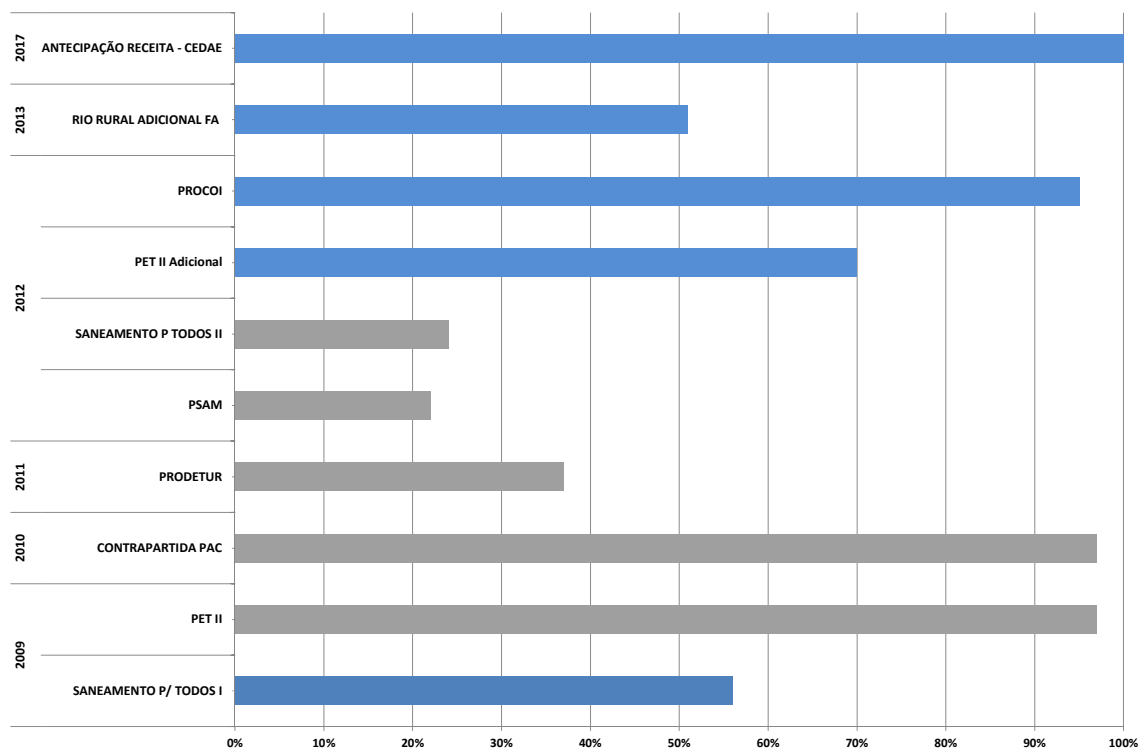
DATA DA ASSINATURA	OPERAÇÃO	INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	ORGÃO EXECUTOR	MOEDA CONTRATUAL	VALORES EM MOEDA CONTRATUAL		%	VALORES EM REAIS	
					CONTRATADO	LIBERADO		CONTRATADO	LIBERADO
2009									
07/07/2009	SANEAMENTO P/ TODOS I	CAIXA	CEDAE	REAL	558.000.000,00	312.526.229,07	56%	558.000.000,00	312.526.229,07
24/09/2009	PET II	BIRD	SETRANS	DÓLAR	211.700.000,000	204.812.405,46	97%	820.295.160,00	396.769.308,74
2010									
24/06/2010	CONTRAPARTIDA PAC	CAIXA	SEOBRAS	URTJLP	307.002.052,90	296.848.677,73	97%	627.948.139,04	586.006.600,71
2011									
08/08/2011	PRODETUR	BID	SEOBRAS	DÓLAR	112.000.000,00	41.486.692,47	37%	433.977.600,00	100.942.714,48
2012									
20/03/2012	PSAM	BID	SEA	DÓLAR	451.980.000,00	101.673.000,00	22%	1.751.332.104,00	297.005.905,80
22/06/2012	SANEAMENTO P TODOS II	CAIXA	CEDAE	REAL	415.372.248,98	100.968.042,49	24%	415.372.248,98	100.968.042,49
05/09/2012	PET II Adicional	BIRD	SETRANS	DÓLAR	600.000.000,00	418.611.723,38	70%	2.324.880.000,00	1.347.521.493,60
20/12/2012	PROCOI	CAIXA	SEOBRAS	REAL	1.199.871.427,00	1.136.310.761,55	95%	1.199.871.427,00	1.136.310.761,55
2013									
22/02/2013	INCLUSÃO SOCIAL	BID	SEELJE	DÓLAR	60.000.000,00	20.102.483,24	34%	232.488.000,00	62.757.422,65
19/08/2013	RIO RURAL ADICIONAL FA	BIRD	SEAPEC	DÓLAR	100.000.000,00	50.518.222,14	51%	387.480.000,00	172.664.199,79
2014									
30/04/2014	PRÓ - GESTÃO II	BIRD	SEOBRAS	DÓLAR	48.000.000,00	9.923.031,07	21%	185.990.400,00	30.246.060,24
2017									
15/12/2017	ANTECIPAÇÃO RECEITA - CEDAE	BNP PARIBAS	SEFAZ	REAL	2.900.000.000,00	2.900.000.000,00	100%	2.900.000.000,00	2.900.000.000,00

Fonte: Sistema de Operações de Crédito - SOC / SEFAZ



Gráfico 15

OPERAÇÕES CONTRATADAS EM FASE DE DESEMBOLSO
PERCENTUAL LIBERADO POR CONTRATO



Fonte: Sistema de Operações de Crédito - SOC / SEFAZ

VI.6 Acompanhamento Financeiro de Convênios²⁸

O Estado do Rio de Janeiro encerrou o 3º Quadrimestre de 2018 com 348 convênios de despesa e 188 convênios de receita vigentes.

Entre os convênios de despesa, os mais importantes para o Estado são aqueles celebrados no âmbito do Programa Somando Forças. Na esfera dos convênios de receita, o Programa de Aceleração do Crescimento Econômico – PAC engloba os investimentos de maior relevância.

Os Convênios de Despesa vigentes, abrangendo programas em infraestrutura, saúde, educação, esporte e lazer, encerram o 3º quadrimestre de 2018 com o montante total de R\$ 4.121 milhões.

Os Convênios de Receita vigentes, abrangendo programas em segurança, infraestrutura, saúde, educação, esporte e lazer, encerram o 3º quadrimestre de 2018 com o montante total de R\$ 5.024 milhões.

VI. 7 Análise de Viabilidade Econômica de PPP

No ano de 2018, o Programa Estadual de Parcerias Público-Privadas – PROPAR, destinado a disciplinar e promover a realização de Parceria Público-Privada (PPP) no âmbito da Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro, realizou com 03 (três) Procedimentos de Manifestação de Interesse para obtenção de estudos técnicos com vistas à consolidação e modelagem de projetos de Parceria:

- **Concessão Rodovias:** Projeto destinado à Concessão de um conjunto de rodovias estaduais do interior e de vias urbanas metropolitanas do Rio de Janeiro, consolidadas em três lotes que formam o Grupo 1, três lotes de vias urbanas metropolitanas implantadas mas com trechos novos a serem construídos para ampliação, formando o Grupo 2, e uma rodovia formando o Grupo 3.
- **PPP Saneamento:** Projeto destinado à prestação de serviços de saneamentos a regiões da Baixada Fluminense e Bacia do Rio Guandu, beneficiando uma população de 12 milhões de

²⁸ Os dados utilizados nesta seção foram extraídos de relatórios do Sistema Integrado de Administração Financeira do Estado do Rio de Janeiro - SIAFE-Rio.

peças. O intuito é alcançar de forma progressiva a total despoluição da Baía de Guanabara. Os estudos técnicos estão sendo elaborados pela Empresa Brasileira de Projetos – EBP.

- **PPP Ilha Grande:** Projeto destinado à prestação de serviço de apoio à gestão, conservação e visitação pública das Unidades de Conservação²⁹, da Ilha Grande.

O Estado possui uma PPP em execução, o Contrato Casa Civil nº 27/2013, cujo objeto compreende a concessão administrativa de serviços de gestão, operação e manutenção dos Estádios Maracanã e Maracanãzinho, que encerra o ano de 2018 em processo de reequilíbrio econômico-financeiro em andamento na Câmara FGV de Conciliação e Arbitragem³⁰, obedecendo às diretrizes previstas na Lei Federal nº 9.307, de 23 de setembro de 1996.

VI.8 Captação de Recursos

No terceiro quadrimestre de 2018, no que tange à captação de recursos, área responsável por identificar, fomentar e negociar as contratações de operações de crédito para o Estado do Rio de Janeiro, em vista da publicação da Lei Estadual nº 8.007, de 26 de junho de 2018, que autoriza a contratação de operações de crédito pelo Estado do Rio de Janeiro até o valor de R\$ 3,05 bilhões, junto a instituições financeiras nacionais ou internacionais, organismos

²⁹ À luz do art. 2º, I da Lei 9.985, de 18 de julho de 2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), uma Unidade de Conservação é um “espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção.”

³⁰ “A Câmara FGV de Mediação e Arbitragem é presidida pelo Presidente da Fundação Getúlio Vargas, assistido, em suas funções, por dois Vice-Presidentes egressos do Conselho Diretor da Instituição. Completam a Direção da Câmara um Diretor Executivo, um Diretor Jurídico e o Presidente da Comissão de Arbitragem, tal como previsto no respectivo Regulamento. A função precípua da Câmara é a de administrar e monitorar os procedimentos da mediação e o arbitral, garantindo que todas as suas fases e prazos sejam cumpridos rigorosamente de acordo com os respectivos regimentos.”, informa a Fundação Getúlio Vargas.



multilaterais e bilaterais de crédito, agências de fomento ou agência multilateral de garantia de financiamentos, destinadas ao financiamento dos leilões de pagamento, autorizados pela Lei Estadual nº 7.629, de 09 de junho de 2017, para fins de prioridade na quitação de obrigações inscritas em restos a pagar ou inadimplidas, nos quais será adotado o critério de julgamento por maior desconto, observada a legislação vigente, em especial as disposições da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, e da Lei Complementar nº 159, de 19 de maio de 2017, iniciaram-se estudos e tratativas para modelagem da dinâmica dos referidos leilões.

Em 14 de dezembro de 2018, foi convocada, por meio de publicação no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro nº 231 e no Jornal O Fluminense, Audiência Pública para a apresentação e discussão da oferta pública de recursos por meio de leilão de pagamento autorizado pela Lei Estadual nº 7.629, de 09 de junho de 2017, para fins de prioridade na quitação de obrigações inscritas em restos a pagar ou inadimplidas. No entanto, em vista do não comparecimento de público externo e representantes da sociedade civil, não foi realizada a audiência, necessitando ser remarcada em data oportuna.



Glossário

- **Receitas correntes**³¹: são os ingressos de recursos financeiros oriundos das atividades operacionais que não decorrem de uma mutação patrimonial, ou seja, são receitas efetivas.

As receitas correntes são classificadas nos seguintes níveis de origem³²:

a) Receita Tributária: Arrecadação de impostos, taxas e contribuições de melhoria.

b) Receita de Contribuições: Contribuições sociais, de intervenção no domínio econômico e de interesse das categorias profissionais ou econômicas.

c) Receita Patrimonial: Rendimentos sobre investimentos do ativo permanente, de aplicações de disponibilidades em operações de mercado e outros rendimentos oriundos de renda de ativos permanentes.

d) Receita Agropecuária: Receita da atividade ou da exploração agropecuária de origem vegetal ou animal.

e) Receita Industrial: Receita da atividade industrial de extração mineral, de transformação, de construção e outras, definidas como atividades industriais, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

f) Receita de Serviços: Receita da prestação de serviços de transporte, saúde, comunicação, portuária, armazenagem, inspeção e fiscalização, judiciária, processamento de dados, vendas de mercadorias e produtos inerentes à atividade da entidade e outros serviços.

g) Transferência Corrente: Ingresso proveniente de outros entes ou entidades, referente a recursos pertencentes ao ente ou entidade recebedora ou ao ente ou entidade transferidora, efetivado mediante condições preestabelecidas ou mesmo sem qualquer exigência, desde que o objetivo seja a aplicação em despesas correntes.

³¹ Fonte: Manual de Procedimentos de Receitas Públicas do Tesouro Nacional, página 24, 4ª Edição.

³² Fonte: Manual de Procedimentos de Receitas Públicas do Tesouro Nacional, página 25, 4ª Edição.



h) Outras Receitas Correntes: Ingressos correntes provenientes de outras origens não classificáveis nas anteriores.

- **Receitas de capital**³³: são as entradas de recursos financeiros decorrentes de atividades operacionais ou não operacionais derivadas da obtenção de recursos mediante a constituição de dívidas, amortização de empréstimos e financiamentos ou alienação de componentes do ativo permanente.

De acordo com a Lei nº 4.320/64, as receitas de capital são classificadas nos seguintes níveis de origem:

a) Operações de Crédito: São os ingressos provenientes da colocação de títulos públicos ou da contratação de empréstimos e financiamentos obtidos junto a entidades estatais ou privadas.

b) Alienação de Bens: Valores oriundos da alienação de componentes do ativo permanente.

Amortização de Empréstimos: É o ingresso decorrente da amortização, ou seja, parcela referente ao recebimento de parcelas de empréstimos ou financiamentos concedidos em títulos ou contratos.

c) Transferência de Capital: É o ingresso resultante de outros entes ou entidades, referente a recursos pertencentes ao ente ou entidade recebedora ou ao ente ou entidade transferidora, efetivado mediante condições preestabelecidas ou mesmo sem qualquer exigência, desde que o objetivo seja a aplicação em despesas de capital.

d) Outras Receitas de Capital: São os ingressos de capital advindos de outras origens não classificáveis nas anteriores.

³³Fonte: Manual de Procedimentos de Receitas Públicas do Tesouro Nacional, página 27, 4ª Edição.

- **Natureza da Receita**³⁴: A classificação orçamentária por Natureza de Receita é estabelecida pelo § 4º do art. 11 da Lei no 4.320, de 1964. No

âmbito da União, sua codificação é normatizada por meio de Portaria da SOF, órgão do Ministério do Planejamento,

Desenvolvimento e Gestão. A normatização da codificação válida para Estados e Municípios é feita por meio de Portaria

Interministerial (SOF e STN). Importante destacar que a classificação da receita por natureza é utilizada por todos os entes da

Federação e visa identificar a origem do recurso segundo o fato gerador, acontecimento real que ocasionou o ingresso da

receita nos cofres públicos. (Fonte: MTO-2018)

A partir de 2018 o código da natureza da receita passa a ser constituído por dez algarismos, que indicam:

- 1º = Categoria Econômica
- 2º = Origem
- 3º = Espécie
- 4º a 7º = Desdobramento
- 8º = Tipo
- 9º e 10º = Detalhamento

O Tipo, correspondente ao 8º dígito na natureza de receita, tem a finalidade de identificar o tipo de arrecadação a que se

refere aquela natureza, sendo:

³⁴ A Receita Pública é classificada por diversos aspectos com o objetivo de possibilitar sua estimativa, execução, acompanhamento, avaliação e controle. Portanto, a classificação das receitas é fundamental para evidenciar as suas origens e aplicações no âmbito do orçamento público.

A Classificação das Receitas compreende, dentre outras classificações, as Fontes de Recursos (FR) e a Natureza da Receita (NR). O Classificador de Receita poderá ser consultado no site de Transparência Fiscal do Estado do Rio de Janeiro (<http://www.transparencia.rj.gov.br/>).



- 0- Natureza de receita não valorizável ou agregadora;
- 1- Principal da receita;
- 2- Multas e Juros de Mora da respectiva receita;
- 3- Dívida Ativa da respectiva receita;
- 4- Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa da respectiva receita.